



# Finibanco

## RELATÓRIO E CONTAS 2006

**Finibanco, S.A.**

**Sede:** Rua Júlio Dinis, 157 Porto **Capital Social:** EUR 104.000.000

**Matriculado** na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 10.487 **Pessoa Colectiva** n.º 505 087 286

## Índice

	Órgãos Sociais
	Principais Indicadores
	Apresentação do Relatório
	Relatório de Gestão do Grupo
1	Enquadramento Macroeconómico
1.1	Economia Internacional
1.2	Enquadramento Nacional
1.3	Mercado de Capitais
2	Actividade do Finibanco, SA
2.1	Linhas de Acção
2.2	Banca Comercial
2.2.1	Banca de Empresas
2.2.2	Banca de Negócios e Particulares
2.3	Banca de Investimentos
2.3.1	Private Banking
2.3.2	Gestão de Activos e Desintermediação
2.3.3	Mercado de Capitais
2.4	Área Financeira e Internacional
2.5	Gestão do Risco
2.6	Área de Operações, Organização e Sistemas de Informação
2.7	Recursos Humanos
2.8	Análise Económica e Financeira
2.8.1	Balanço
2.8.2	Demonstração de Resultados
3	Aplicação de Resultados
4	Nota Final
	Demonstrações Financeiras
	Notas às Demonstrações Financeiras
	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
	Relatório e Parecer do Fiscal Único

## Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

<i>Presidente</i>	António Moreira Barbosa de Melo
<i>Vice-Presidente</i>	Vitorino Pereira d'Almeida Borges Allen Brandão
<i>Secretário</i>	Ana Beatriz Magalhães Reis Prado de Castro

### Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Álvaro Pinho da Costa Leite
<i>Vice-Presidente</i>	Humberto da Costa Leite
<i>Vogal</i>	Armando Esteves
<i>Vogal</i>	Daniel Bessa Fernandes Coelho
<i>Vogal</i>	Joaquim Mendes Cardoso

### Fiscal Único

<i>Efectivo</i>	Ernst & Young Audit & Associados SROC, SA representada por João Carlos Miguel Alves
<i>Suplente</i>	Óscar Manuel Machado de Figueiredo

## **Apresentação do Relatório**

Cumprindo o que sobre a matéria dispõe o Código das Sociedades Comerciais e o contrato de sociedade do Finibanco, SA, aqui estamos, nos termos habituais, a dar nota do modo como evoluiu a sua actividade no exercício de 2006.

Em matéria de organização:

- Criou-se o Plano de Contingência para, nos termos da Carta-Circular do Banco de Portugal, nº 100/2005/DSB, dar resposta a hipotéticas situações de crise, garantindo o contínuo funcionamento da Instituição e minimizando perdas de diversa ordem;
- Estabeleceu-se o Plano de Contingência de Liquidez, para assegurar a capacidade de resposta em situações de crise de liquidez, quer em consequência de eventos internos, quer externos;
- Constitui-se uma Comissão de Prevenção de Branqueamento de Capitais, para analisar e coordenar a informação disponível sobre todas as operações potencialmente suspeitas ou susceptíveis de envolver risco de branqueamento de capitais ou de estarem relacionadas com a criminalidade organizada;
- Procedeu-se à revisão e à actualização de diversos manuais de procedimentos e à criação de novos, sobre várias matérias, de entre as quais merecem especial destaque a gestão do risco de liquidez e as imparidades no crédito.

Ainda no que concerne à organização, aprovou-se a nova estrutura orgânica e funcional do órgão que incorporou as funções da Participada Título, absorvida pelo Finibanco no exercício anterior, e também dos que foram criados para tratar matérias que têm a ver com meios de pagamento e transacções imobiliárias, e fizeram-se ainda as seguintes reestruturações:

- Da área de crédito, em consequência do que se autonomizaram os perfis de auditoria e de recuperação e contencioso;
- Das matérias ligadas ao marketing, que englobavam a vertente comunicação e se encontravam dispersas por dois órgãos com características idênticas, as quais foram distribuídas por dois novos órgãos, um para tratar a função marketing, propriamente dita, e outro a de comunicação e imagem;
- Das áreas do negócio tradicional, que passaram a ser divididas em Centros de Empresas e em Direcções Comerciais, estas repartidas por grandes regiões.

A par destas medidas, outras se tomaram com vista a acompanhar o crescimento sustentado que temos mantido. Por um lado, para compensar a evolução tendencialmente assimétrica de recursos e de aplicações que se tem verificado no sistema bancário (com aqueles a evoluir a um ritmo inferior ao destas), está em curso o lançamento de uma operação de securitização da carteira de créditos das PME's, para a obtenção dos fundos indispensáveis ao incremento que se tem verificado no crédito. Por outro, no que respeita às aplicações, têm-se redobrado os cuidados que se põem na assunção de riscos, fazendo em relação ao crédito novo uma gestão cada vez mais conservadora na sua análise e decisão. Em resultado desta acção, é notória já uma melhoria na qualidade da nossa carteira, mas não se conseguiu ainda a redução do custo do provisionamento na medida do pretendido.

Ultimaram-se os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos para acolher o conteúdo da Acordo Basileia II, cuja entrada em vigor se verificou no dia um de Janeiro do ano corrente.

A actividade do Finibanco apoiou-se fundamentalmente na rede tradicional que a serve, a qual dispõe agora de cento e vinte e sete Balcões (mais dezasseis do que no fim do exercício de 2005).

Apoiou-se ainda no *Homebanking*, rede que continua a merecer acolhimento cada vez mais relevante por parte de clientes Particulares e, ultimamente com expressão mais significativa, pelos clientes Empresas.

Em termos conjunturais a situação económica melhorou ligeiramente na segunda metade do exercício e os resultados operacionais só não foram mais expressivos do que os do exercício anterior, por força do esforço que se vem desenvolvendo com o alargamento da rede de Balcões, esforço que, como é sabido, só ao fim de três, quatro anos, em média, começa a produzir retorno visível.

Em contrapartida, a evolução do mercado de capitais continuou a evidenciar um dinamismo digno de registo, o que contribuiu também para a obtenção de um resultado líquido de 10,2 milhões de euros.

Álvaro Pinho da Costa Leite  
**Presidente do Conselho de Administração**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## 1. Enquadramento Macroeconómico

### 1.1 Economia Internacional

A economia mundial contabilizou em 2006 o terceiro ano consecutivo de forte dinamismo económico, registando a segunda maior taxa de crescimento desde os primeiros anos da década de 70. A manutenção dos robustos níveis de actividade decorre da persistência de condições financeiras benignas e deve-se em grande medida à forte expansão do comércio internacional e ao crescimento sustentado de países como a China e a Índia, não obstante a adopção de políticas monetárias menos acomodáticas e o aumento do preço da energia no primeiro semestre do ano.

<i>Projeções sobre a economia mundial (taxas de variação, em %)</i>			
	2005	2006	2007
PIB Mundial	4,9	5,1	4,9
Economias Avançadas	2,6	3,1	2,7
Área Euro*	1,3	2,7	2,0
EUA	3,2	3,4	2,9
Países em Desenvolvimento	7,4	7,3	7,2
China	10,2	10,0	10,0
Volume do Comércio	7,4	8,9	7,6
Importações			
Economias Avançadas	5,5	8,0	6,0
Países em Desenvolvimento	11,8	10,7	10,6
Exportações			
Economias Avançadas	6,0	7,5	6,0
Países em Desenvolvimento	11,9	13,0	12,1
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	2,3	2,6	2,3
Países em Desenvolvimento	5,3	5,2	5,0

Fonte: FMI, World Economic Outlook, Setembro de 2006 e; \* Eurostat para 2006

De acordo com as estimativas de Outono do Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de crescimento do produto mundial acelerou de 4,9% em 2005 para 5,1% em 2006. O crescimento das economias mais avançadas situou-se em 3,1% e o dos países em desenvolvimento em 7,3%, comparativamente com as taxas de crescimento de 2,6% e 7,4% do ano anterior, respectivamente.

Estas estimativas configuram um cenário para 2006 mais favorável do que o apresentado nas previsões iniciais, em especial ao nível da zona euro e de alguns países em desenvolvimento, onde se destaca a China. O FMI estima que a taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) chinês permaneça na casa dos 10%, pelo quarto ano consecutivo, pese embora desacelerando marginalmente de 10,2% em 2005 para 10,0% em 2006, o que lhe permite reforçar o estatuto de segundo maior bloco económico e de motor do crescimento mundial. Quase um terço do crescimento económico mundial teve origem na China, enquanto que os EUA terão contribuído com perto de metade desse valor.

O preço do petróleo subiu acentuadamente na primeira metade do ano, atingindo um máximo de 78 dólares, num movimento que deverá estar associado à procura por fins especulativos, em especial por parte de "hedge funds". No entanto, nos primeiros dias de Agosto a tendência mudou acentuadamente, com a falência de alguns desses fundos de risco, e o preço do barril do petróleo acabou por fechar o ano 24% abaixo dos máximos registados e 1,4% abaixo do valor de fecho em 2005. Esta tendência terá sido ampliada por um início de Inverno particularmente ameno no hemisfério norte e pelos elevados níveis de reservas de petróleo nos países mais desenvolvidos.

A manutenção de um elevado dinamismo permitiu a absorção da capacidade produtiva instalada o que, em conjunto com os efeitos desfasados da subida de preço dos combustíveis, aumentou os riscos à estabilidade de preços e se consubstanciou na subida da inflação nos países mais desenvolvidos. Esta conjuntura recomendava a remoção gradual das condições monetárias acomodáticas, tal como se veio a verificar.

## Economia dos EUA

Como vem sendo tradição nos últimos anos, os EUA lideraram o crescimento entre as economias mais desenvolvidas, com a taxa de crescimento do PIB a acelerar de 3,2% em 2005 para 3,4% em 2006. O crescimento não foi homogéneo ao longo do ano, pois a robustez do primeiro semestre contrastou com um menor dinamismo na segunda metade do ano, consequência do efeito de arrasto da grave crise que se instalou no mercado de habitação.

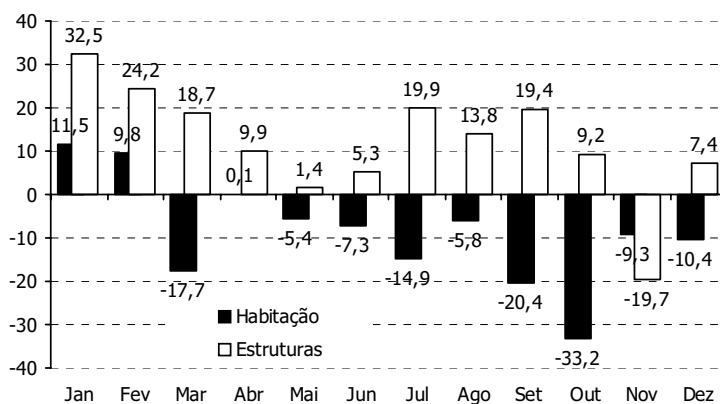
Segundo os dados disponíveis, o investimento residencial privado foi o principal responsável pelo abrandamento económico na segunda metade do ano, produzindo um efeito de arrasto que ascendeu a 1,20 pontos percentuais da taxa de crescimento do PIB, nos terceiro e quarto trimestres. Mais importante, a rapidez e a intensidade dos problemas no mercado de habitação elevaram os receios de um acentuado abrandamento ou mesmo recessão dos EUA, sentimento sustentado em paralelos históricos com outras crises do mercado de habitação, como sejam o caso japonês do início da década de 90 ou o caso alemão pós-reunificação.

Neste contexto, esta crise sectorial dos EUA acabou por influenciar negativamente as expectativas de crescimento do comércio internacional e da economia global, em 2006 e em 2007.

### *Crise do Mercado de Habitação*

Quando a chamada época de construção acabou, em Outubro, as vendas de habitações estavam deprimidas, as existências em máximos históricos, os preços das casas novas e usadas apresentavam variações homólogas negativas e as visitas a casas modelo eram praticamente inexistentes. Sinais inequívocos de uma grave crise no mercado de habitação, que se consubstanciaram numa redução de 8,0% no investimento residencial privado, no espaço de um ano.

***Postos de trabalho na construção, por sector (variação mensal, mil)***



Fonte: Bureau of Labor Statistics



Como consequência directa do menor nível de actividade, entre Março e Dezembro foram destruídos cerca de 124 mil empregos na construção de residências, o que equivale a 5,5% da força de trabalho do sector e a uma perda mensal de cerca de 12 mil empregos. Dado que as obras iniciadas e licenciadas caíram mais de 30%, existem fundadas expectativas de que estes despedimentos continuem em 2007.

Esta situação poder-se-á agravar significativamente se, em simultâneo, assistirmos ao arrefecimento da construção de estruturas, actividade que apresentou um elevado dinamismo e colmatou a quase totalidade das perdas de emprego na habitação – o sector da construção perdeu 39 mil postos de trabalho, entre Março e Dezembro.

Adicionalmente outros sectores apresentaram um elevado dinamismo, pelo que o mercado de emprego permaneceu pujante, criando cerca de 140 mil empregos por mês e conduzindo a uma descida da taxa de desemprego de 4,9% em Dezembro de 2005, para 4,5% em Dezembro de 2006, portanto em níveis tidos como próximos do pleno emprego.

No entanto, mais importantes que os efeitos directos, temia-se que os efeitos de contágio chegassem às famílias, via efeito riqueza negativo, e que levassem a um retraimento do consumo privado. O canal de contágio considerado é o preço das habitações, cujo efeito riqueza patrimonial negativo pesará nas decisões de consumo e de investimento em 2007.

Em 2006, as vendas a retalho mostraram um ligeiro recuo no comércio de materiais de construção e de jardinagem, em simultâneo com uma moderação nas despesas de mobiliário e outros bens associados à compra de casa. Esta situação foi colmatada por robustas aquisições de automóveis e de bens eléctricos e electrónicos e eléctricos diversos. Ainda assim as famílias mostraram alguma precaução, já que a taxa de poupança recuperou de um mínimo de -1,6% em Maio e Junho, para -1,0% em Dezembro.

Esta inesperada resiliência da economia norte-americana, em geral, e das famílias, em particular, pode ser explicada pela conjugação favorável de alguns factores: o elevado dinamismo dos serviços elevou os ganhos salariais reais, os quais aumentaram a capacidade financeira das famílias; a valorização do sector accionista teve um efeito riqueza positivo; a descida do preço da gasolina, nos últimos meses do ano, libertou recursos para outras aplicações (consumo, investimento ou poupança).

**Índices de taxa de câmbio efectiva nominal do dólar**

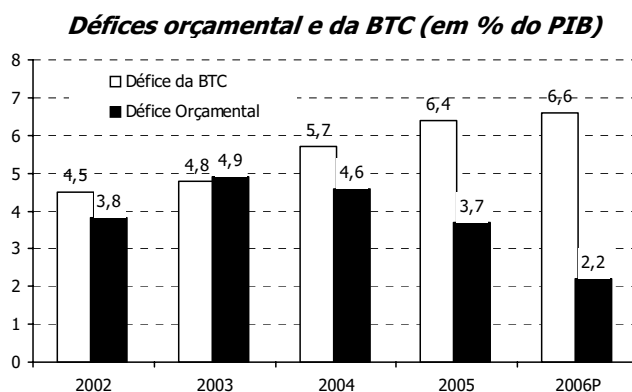


Nota: uma descida (subida) representa depreciação (apreciação) do dólar

Fonte: Reserva Federal dos EUA

Por outro lado, a indústria transformadora beneficiou da depreciação do dólar, pois esta tornou mais competitivos os bens "made in USA" e mitigou as dificuldades de um sector a braços com problemas de reestruturação da construção automóvel e de migração da produção de computadores e outros bens eléctricos e electrónicos, para países com custos de produção mais baixos.

A depreciação do dólar foi contudo insuficiente para iniciar um processo de correcção do desequilíbrio das contas externas norte-americanas, com a estimativa para o défice da balança de transacções correntes (BTC) em 2006 a aproximar-se dos 7% do PIB.



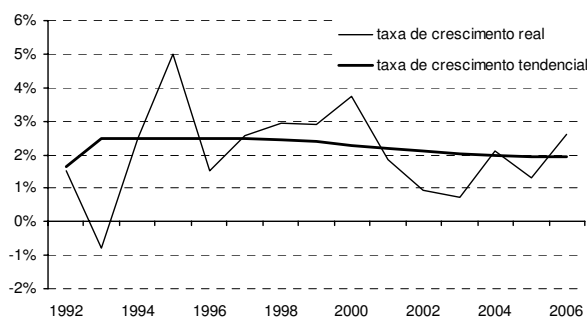
Fonte: FMI, World Economic Outlook, Setembro 2005

Há que salientar as melhorias observadas ao nível do défice orçamental, que recuou de 3,7% do PIB em 2005 para apenas 2,2% do PIB em 2006, não obstante a pressão orçamental decorrente da presença militar em países como o Afeganistão e o Iraque. Igualmente é de referir a melhoria do défice comercial nos últimos meses do ano, que deverá ter como contrapartida uma revisão em baixa do défice da BTC, possivelmente estabilizando-o nos valores de 2005 (ie em 6,4% do PIB).

## Economia da Zona Euro

As estimativas de crescimento para a zona euro apontam para uma aceleração da actividade, de uma taxa de crescimento de 1,3% em 2005 para 2,7% em 2006, o que representa o mais robusto crescimento desde 2000 e o regresso a taxas de crescimento acima da tendência de longo prazo. Este maior dinamismo decorre sobretudo dos elevados níveis de investimento e foi particularmente vincado em algumas economias de dimensão média, como sejam os casos de Espanha (3,8%) e Irlanda (5,3%), mas as três maiores economias da zona euro, Alemanha, França e Itália, contabilizaram também melhorias significativas.

### Taxa de crescimento real e tendencial da zona euro



Fonte: Comissão Europeia e; Finibanco (cálculos)

No segundo semestre de 2005 a economia começou a acelerar dos moderados níveis de crescimento que caracterizaram a recuperação económica desde meados de 2003, com a taxa de variação homóloga do PIB a subir de 0,5% no segundo trimestre de 2003 para 2,9% no segundo trimestre de 2006. Este regresso a taxas de crescimento acima do potencial está associado ao impulso da realização do Campeonato do Mundo de Futebol na Alemanha e correspondeu à revitalização da procura interna e à substituição da procura externa pela procura interna como motor de crescimento.

Findo aquele importante evento, a zona euro deu sinais de alguma fraqueza, não obstante os elevados níveis dos indicadores qualitativos, dando a entender que a economia estaria na ressaca do Mundial de Futebol e a ser afectada pela conjugação de factores desfavoráveis, como sejam a subida do preço dos combustíveis, o abrandamento da economia norte-americana e a adopção de políticas fiscal e monetária menos expansionistas.

Com o aproximar do fim do ano a economia da zona euro apresentou um renovado vigor, claramente superior às estimativas iniciais e que se consubstanciou na aceleração da taxa de crescimento homólogo do PIB de 2,7% para 3,3%, no quarto trimestre, consolidando o cenário de auto-sustentação do processo de expansão em curso. Este dinamismo, o mais elevado desde o trimestre homólogo de 2000, indicia que estão reunidas as condições para a zona euro ultrapassar sem dificuldades os obstáculos esperados para 2007, onde a subida do IVA na Alemanha assume um papel preponderante.

A inflação, medida pela variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor, mostrou uma tendência ascendente no primeiro semestre do ano, reflectindo sobretudo o aumento dos custos energéticos. Após ter permanecido em máximos de 2,5% entre Abril e Junho, recuou para um mínimo de 1,6% em Outubro e fechou o ano em 1,9%, antecipando-se a sua manutenção próximo do valor de referência de 2,0%, em 2007 e 2008.



Fonte: Reuters EcoWin

A estabilidade de preços é mais visível quando excluídas as componentes mais voláteis de energia e alimentação, já que as variações homóloga e média do IPC "core" permaneceram relativamente estáveis ao longo de 2006, em torno de 1,4%.

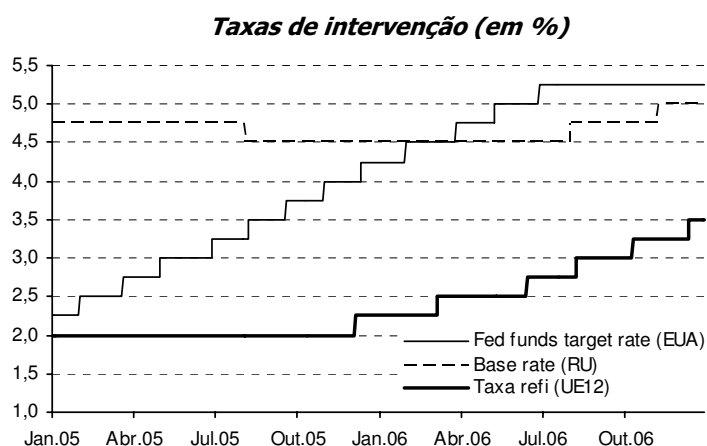
O défice orçamental para o conjunto da UE12 recuou de 2,4% em 2005 para 2,0% em 2006. Portugal e Itália são as excepções a este quadro de disciplina das finanças públicas, não obstante a adopção de medidas excepcionais de redução do défice. No período abrangido pelas Previsões de Outono de 2006 da Comissão Europeia, Portugal deverá ser o único país a ultrapassar o valor de referência para o défice em 2007 e 2008.

O rácio da dívida pública, em percentagem do PIB, deverá descer de 70,6% para 69,4% em 2006, interrompendo a tendência ascendente verificada nos últimos 3 anos. Ainda assim, a maioria dos países continua com um rácio da dívida superior a 60% do PIB, com esse valor a ultrapassar os 100% nos casos da Itália (107,2%) e da Grécia (104,8%).

## Política Monetária

No decurso de 2006, a Reserva Federal norte-americana (Fed) e o Banco Central Europeu (BCE) prosseguiram o processo de remoção das condições monetárias acomodáticas, ajustando as políticas monetárias a uma situação onde são dominantes os riscos à estabilidade de preços. O Banco Central do Japão (BoJ) abandonou finalmente a política de taxas de juro nulas, que ficou conhecida por "ZIRP", marcando o fim dos riscos deflacionistas no país.

O Fed procedeu a quatro subidas de 25 pontos base (pb) na "fed funds target rate", para 5,25%, a última das quais na reunião do dia 29 de Junho. A política monetária nos EUA é agora neutral ou mesmo levemente contraccionista, pelo que existem expectativas de reposição parcial das condições monetárias acomodáticas em 2007. Na zona euro, o BCE procedeu a cinco subidas da taxa principal de refinanciamento, colocando-a nos 3,50%.



Fonte: Reuters EcoWin

No Japão, após quatro anos de crescimento económico acima da tendência, os preços começaram a dar sinais de subida, primeiro nos estágios mais baixos da cadeia produtiva e com posterior contágio ao nível dos preços do consumidor, afastando o cenário de deflação do país.

O retorno à tendência ascendente dos preços permitiu ao BoJ abandonar faseadamente a ZIRP. Numa primeira fase, a 9 de Março, o BoJ abandonou a política de cedência de liquidez conhecida por "quantitative easing", criada com o intuito de descer as taxas de longo prazo para próximo de zero. Mais tarde, a 14 de Julho, procedeu à primeira subida de taxas de intervenção, para 0,25%, desde que estas foram colocadas em zero em Março de 1999.

No entanto, a posterior revisão dos principais índices de preços no consumidor, reflectindo a recomposição do cabaz de compras das famílias, trouxe novamente os níveis de inflação para próximo de zero, pelo que o BoJ acabou por suspender temporariamente o processo de ajustamento da política monetária.

## 1.2 Enquadramento Nacional

Em 2006, a economia portuguesa deverá ter crescido 1,2%, acelerando face ao anémico crescimento de 0,4% do ano anterior. A recuperação em curso está associada a uma alteração na composição do crescimento, com a procura externa a assumir o papel de motor da expansão em detrimento da procura interna. Estas alterações estão a permitir a correcção dos desequilíbrios causados pelos excessos do ciclo económico anterior, nomeadamente o sobreendividamento das famílias, o elevado défice orçamental e o crescente défice da balança de transacções correntes.

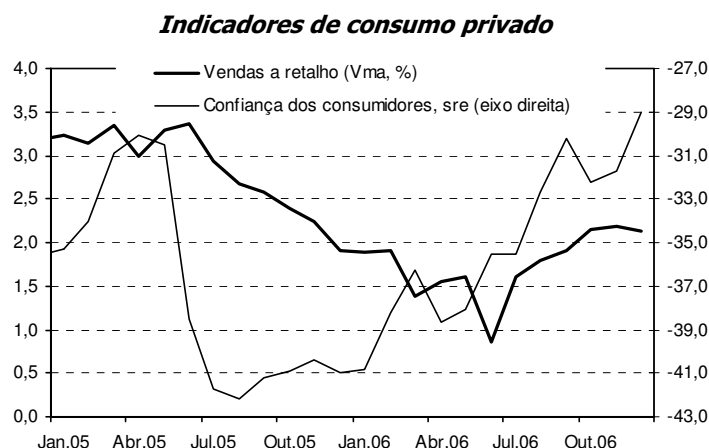
Em sintonia com a aceleração do crescimento, a situação no mercado de trabalho registou significativas melhorias, para a posição cíclica actual, com aumento do emprego e estabilização da taxa de desemprego. Ao nível da estabilidade de preços, a evolução da inflação foi dominada pela variação dos preços dos combustíveis nos mercados internacionais, bem como pelo impacto das alterações fiscais introduzidas no princípio do ano.

<i>Proiecções económicas para Portugal</i>			
	2005	2006e	2007p
Consumo Privado	1,7	1,2	1,5
Consumo Público	1,9	-0,2	0,0
FBCF	-2,6	-3,1	0,0
Procura Interna	0,6	0,1	1,1
Exportações	1,0	9,3	6,2
Importações	1,6	4,3	3,5
PIB	0,4	1,2	1,8
<hr/>			
Balança Corrente + Capital (% do PIB)	-8,1	-7,6	-7,3
<hr/>			
IHPC	2,1	3,0	2,3

Notas: e - estimado ; p - previsto

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico, Dezembro de 2006

A recuperação foi mais vinctada no primeiro semestre, onde o PIB acumulou um ganho de 1,2%, com as exportações a assumirem o papel do motor de crescimento, enquanto se intensificava a tendência de desaceleração do consumo privado, iniciada em meados de 2005. A desaceleração da taxa de crescimento do consumo privado terá sido potenciada pela subida das taxas de juro, num contexto de sobreendividamento das famílias, e influenciado por efeitos de base decorrentes do consumo antecipado, em face do aumento da taxa normal do IVA em Julho de 2005. No segundo semestre, o crescimento económico terá sido marginal ou mesmo nulo.



Fonte: Reuters EcoWin

Os mais recentes dados disponíveis apontam para alguma recuperação do consumo privado na fase final do ano, o que, a par da manutenção de elevados níveis de exportações, permite perspectivar um crescimento económico acima das estimativas actuais.

Tal como em 2005, a formação bruta de capital fixo (FBCF) foi a componente da despesa mais deprimida, devendo ter recuado uns adicionais 3,1%, a acrescentar à quebra de 2,6% de 2005. O menor dinamismo do investimento foi liderado pela quebra do investimento em construção, que representa a maior fatia da FBCF, enquanto que o investimento em equipamentos apresentou algumas melhorias.

As exportações foram a componente da procura mais dinâmica em 2006, estimando-se que tenham crescido a uma robusta taxa de 9,3%, acelerando do modesto crescimento de 1,0% em 2005, num contexto de forte crescimento do comércio internacional. Os dados disponíveis até ao momento indiciam que o bom desempenho das exportações não se limita aos principais parceiros comerciais europeus, observando-se também elevadas taxas de crescimento para países exteriores à União Europeia, como sejam os EUA no continente norte-americano, Angola em África ou Singapura na Ásia.

Por oposição, a contenção da procura interna, em particular no que se refere à componente do investimento empresarial (de elevado conteúdo importado), contribuiu para um acréscimo mais moderado das importações, pese embora acelerando face ao crescimento de 2005.

A dinâmica das exportações e importações reflectiu-se num contributo bastante positivo da procura externa para o crescimento do PIB - o Banco de Portugal estima que a procura externa tenha um contributo líquido de 1,1 pontos percentuais (pp) para o crescimento do PIB em 2006 (-0,3pp em 2005).

### **Política Orçamental**

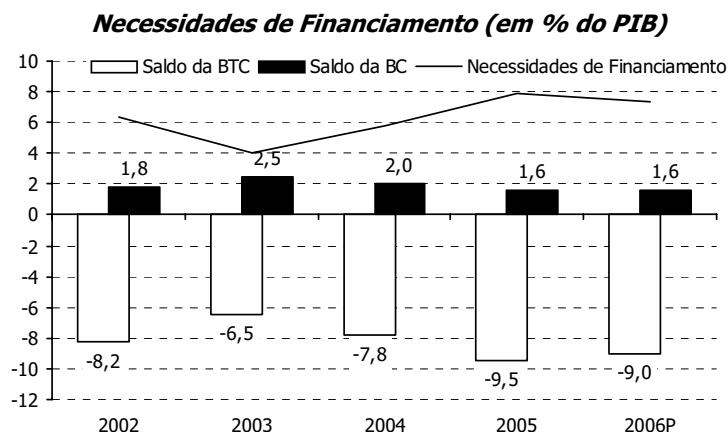
A actual situação orçamental das Administrações Públicas continua a ser marcada pelo défice excessivo e pela tomada de medidas para a sua correcção, no que se constitui como um forte limite ao crescimento da despesa pública.

No que respeita à política orçamental, o défice do Sector Público Administrativo situou-se em 4,6% do PIB em 2006, recuando dos 6,0% de 2005. Esta dinâmica reflecte não só a tomada de medidas de contenção orçamental, de curto a longo prazo, mas sobretudo a assunção de situações passadas em 2005.

Quanto ao rácio da dívida pública, a Comissão Europeia estima que o mesmo tenha subido 3,4 pontos percentuais, para 67,4% do PIB no final de 2006.

### **Balança de Pagamentos**

As necessidades de financiamento da economia portuguesa, medidas pelo défice conjunto das balanças corrente e de capital, inverteram a tendência de agravamento observada em 2004 e 2005, descendo de 7,9% para 7,4% do PIB. Esta melhoria resulta da redução do défice da balança de transacções correntes, de 9,5% para 9,0% do PIB. O excedente da balança de capitais deverá ter aumentado em linha com o PIB nominal, reflectindo uma ligeira recuperação das transferências públicas de capital recebidas no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.



Fonte: Comissão Europeia, Previsões de Outono de 2006

Ao nível da balança corrente, a redução do peso do seu défice no PIB decorre sobretudo de um ligeiro decréscimo nominal do défice da balança comercial, que beneficiou de um crescimento das exportações superior ao das importações, mais que compensando o efeito preço negativo associado ao aumento da factura energética. Adicionalmente observou-se um crescimento de 27,5% do excedente da balança de serviços, beneficiando essencialmente das melhorias registadas ao nível do turismo, transportes, construção e de outros serviços fornecidos por empresas. Estas melhorias foram parcialmente anuladas por um agravamento de 39,9% do défice da balança de rendimentos.

Ao nível da balança financeira, observou-se uma redução de 6,0% da entrada líquida de fundos. A desagregação do saldo permite confirmar que a economia portuguesa continua a ser financiada sobretudo por via de "outro investimento", pese embora este tenha descido em simultâneo com o crescimento do "investimento directo" e com o "investimento em carteira" – este último assumiu-se como a segunda maior fonte de fundos, recuperando do decréscimo de 2005.

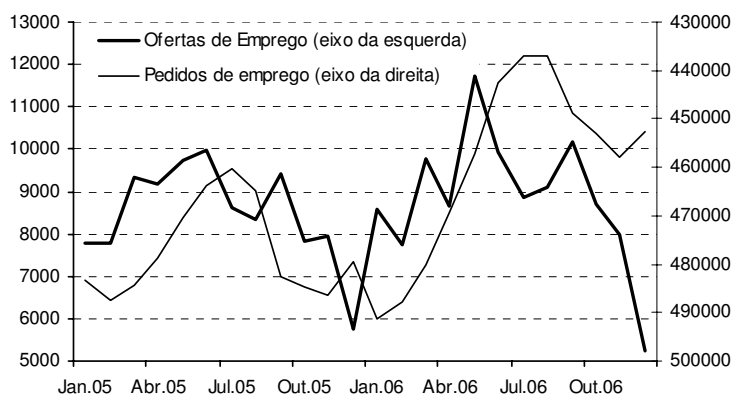
### Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho em Portugal mostrou um dinamismo superior ao que se poderia esperar, dado a actual posição cíclica e o dinamismo económico ainda aquém do crescimento de longo prazo, condições que historicamente não se coadunam com a melhoria das condições no mercado de trabalho. Esta aparente discrepância pode ser explicada pelo elevado dinamismo do sector exportador na primeira metade do ano, período em que são visíveis claras melhorias, por oposição a um segundo semestre de apatia económica e em que se observa um mercado de trabalho novamente a deteriorar-se.

Em 2006, o emprego aumentou 0,7%, após ter virtualmente estagnado entre 2003 e 2005. À semelhança dos anos recentes, foram os serviços que mais contribuiriam para o aumento do número de postos de trabalho, com cerca de 75% da criação líquida de emprego.

Ao nível do desemprego as melhorias não são tão visíveis, já que a taxa média de desemprego aumentou marginalmente de 7,6% em 2005 para 7,65% em 2006.

### ***Pedidos e ofertas de emprego nos Centros de Emprego***



Fonte: IEFP

O número médio de desempregados inscritos nos Centros de Emprego situou-se em 517.762 em 2006, apresentando uma quebra de 1,0% (ou de 5.245 pedidos/mês) face ao número de inscritos em 2005. Relativamente à duração do período de desemprego, constata-se que as melhorias ocorreram sobretudo ao nível do desemprego de longa duração.

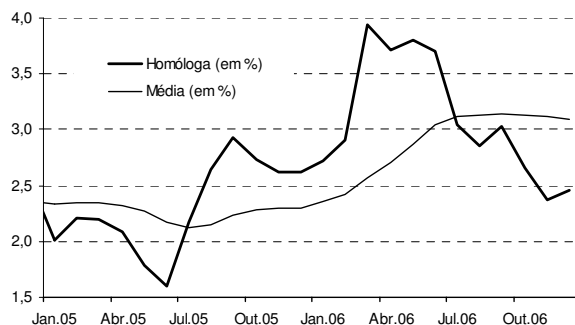
A descida do desemprego foi ajudada por um aumento das ofertas de emprego e das colocações. No cômputo de 2006 houve um incremento de 4796 ofertas de emprego (ou de 4,7%), enquanto que as colocações aumentaram mais moderadamente, 3,5% ou 1993 por mês.

As estimativas do Eurostat apontam para um ligeiro abrandamento da taxa de crescimento das remunerações por trabalhador, de 3,1% para 2,9%, o que permite reduzir a taxa de crescimento dos custos unitários em trabalho de 2,7% para 2,3%. Este aumento dos custos, 1,4 pp acima da média da zona euro (tal como em 2005), resulta numa perda de competitividade dos produtos portugueses nos principais mercados de exportação. Esta tendência foi agravada pela evolução da taxa de crescimento da produtividade, que embora duplicando para 0,6%, na prática resulta num afastamento dos padrões da zona euro.

### **Estabilidade de Preços**

Tal como na generalidade dos países mais desenvolvidos do hemisfério Norte, em 2006 agravaram-se as pressões inflacionistas ao nível dos preços intermédios, num movimento associado à subida do preço do petróleo nos mercados internacionais. Após ter atingido um máximo de 6,1% em Junho, a variação homóloga dos preços dos bens industriais começou a apresentar uma tendência descendente, em linha com a evolução do preço do barril do petróleo.

### ***Inflação ainda acima do valor de referência e da média da zona euro***



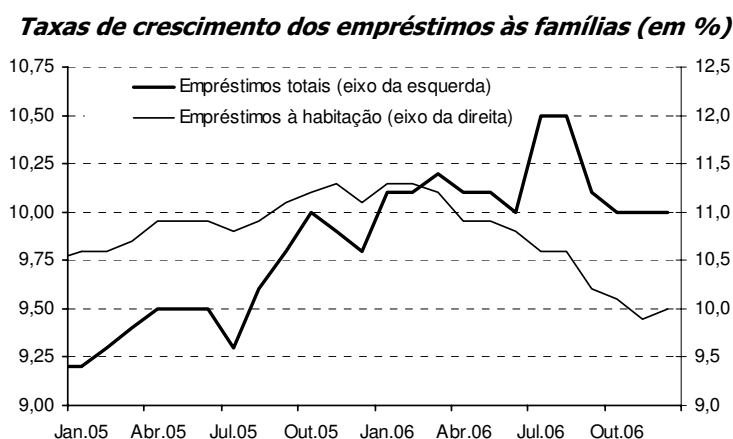
Fonte: Reuters EcoWin e INE



Os preços no consumidor registaram um aumento médio anual de 3,1% em 2006, acelerando significativamente face ao crescimento de 2,3% em 2005. Este aumento foi especialmente vincado no primeiro semestre do ano, reflectindo a manutenção da tendência ascendente do preço do petróleo, bem como o agravamento de alguns impostos em Janeiro de 2006 e ainda os efeitos desfasados do aumento da taxa normal do IVA, em Julho de 2005. A variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) permaneceu acima dos 3,5% entre Março e Junho, caindo para 3,0% em Julho e encetando a tendência descendente que se verificou até ao final do ano.

### Situação Monetária e Financeira

De Janeiro a Agosto o crédito total concedido a residentes exibiu uma trajectória de aceleração, reflectindo sobretudo o comportamento do crédito a particulares, uma vez que se observou um abrandamento do crédito concedido às Administrações Públicas e uma relativa estabilidade do ritmo de crescimento do crédito a sociedades não financeiras. Com o final do Verão a tendência inverteu-se e o ritmo de crescimento do crédito concedido começou a abrandar, dando seguimento a igual movimento iniciado nos primeiros meses do ano pelo crédito à habitação cedido aos particulares.



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico de Fevereiro de 2007

O elevado ritmo de crescimento do crédito concedido ao sector privado (superior ao crescimento nominal do PIB e do rendimento disponível), reflecte-se num aumento das várias medidas de endividamento. A dívida acumulada das famílias deverá aproximar-se dos 75% do PIB e superar os 120% do rendimento disponível em 2006. Não obstante, o crédito de cobrança duvidosa manteve-se relativamente estável e marginalmente abaixo dos padrões de 2005, ficando aquém dos 2% do crédito total concedido a famílias e empresas.

As taxas de juro activas e passivas aumentaram ao longo de 2006, reflectindo essencialmente o comportamento das taxas directoras do BCE, as quais subiram de 2,25% em Janeiro para 3,5% no final do ano. As taxas Euribor a 3 e 6 meses, os dois indexantes mais difundidos em Portugal, situavam-se em 3,725% e 3,853% a 29 de Dezembro, respectivamente 123 e 121 pontos base acima do valor de 30 de Dezembro de 2005.

### 1.3 Mercado de Capitais

Em 2006 assistimos a vincadas valorizações dos principais índices de referência, sustentadas pela manutenção de condições financeiras favoráveis e pelas expectativas de crescimento dos resultados das empresas. Tal como no ano anterior, observou-se uma reduzida correlação entre as principais praças mundiais e o índice tecnológico Nasdaq, havendo mesmo uma evolução dissonante quando comparada com a evolução do nipónico Nikkey.

No primeiro semestre, a evolução das bolsas foi dominada por uma tendência descendente, associada à subida do preço do petróleo nos mercados internacionais e consequentes expectativas de repercussões inflacionistas e de esmagamento das margens operacionais das empresas.

A recuperação dos índices bolsistas iniciou-se no princípio do Verão, beneficiando do recuo do preço do petróleo e de uma menor aversão ao risco por parte dos investidores.

***Evolução de alguns índices de referência em 2006***

	2005	2006		Mínimo do ano			Máximo do ano		
	30-Dez	29-Dez	Variação*	valor	Variação*	data	valor	Variação*	data
<b>EUA</b>									
Dow Jones	10717,5	12463,2	16,3	10667,4	-0,5	20-Jan	12510,6	16,7	27-Dez
Nasdaq	2205,3	2415,3	9,5	2020,4	-8,4	21-Jul	2466,0	11,8	22-Nov
<b>UE12</b>									
IBEX35	10733,9	14146,5	31,8	10665,6	-0,6	24-Jan	14387,6	34,0	15-Dez
DAX30	5408,3	6596,9	22,0	5292,1	-2,1	13-Jun	6611,8	22,3	28-Dez
PSI20	8618,7	11197,6	29,9	8602,0	-0,2	02-Jan	11197,6	29,9	29-Dez
CAC40	4715,2	5541,8	17,5	4615,4	-2,1	14-Jun	5541,8	17,5	29-Dez
MIB30	35371,0	41570,0	17,5	34732,0	-1,8	14-Jun	41573,0	17,5	15-Dez
STOXX50	3578,9	4119,9	15,1	3408,0	-4,8	13-Jun	4140,7	15,7	15-Dez
<b>Emergentes</b>									
RTS (\$)	1125,6	1921,9	70,7	1190,3	5,8	10-Jan	1921,9	70,7	29-Dez
ISE100	39777,7	39117,5	-1,7	31950,6	-19,7	26-Jun	47728,5	20,0	27-Fev
Hang Seng	14876,4	19964,7	34,2	14944,8	0,5	03-Jan	20001,9	34,5	28-Dez
MERVAL	1543,3	2090,5	35,5	1497,2	-3,0	13-Jun	2090,5	35,5	28-Dez
BOVESPA	33455,9	44473,7	32,9	32847,6	-1,8	13-Jun	44526,4	33,1	27-Dez
<b>Outros</b>									
Nikkey225	16111,4	17225,8	6,9	14218,6	-11,7	13-Jun	17563,4	9,0	07-Abr
FTSE100	5618,8	6220,8	10,7	5506,8	-2,0	14-Jun	6260,0	11,4	15-Dez
MSCI World	969,6	1100,6	13,5	934,7	-3,6	13-Jun	1103,5	13,8	27-Dez

\* Face a 30 de Dezembro de 2005, em %

Fonte: Reuters EcoWin e; GESE

Na Europa, os últimos dias de Dezembro marcaram o terceiro ano consecutivo de ganhos para as principais praças internacionais e, em alguns casos, o melhor desde 1999, com muitos dos máximos do ano a serem atingidos nos último e penúltimo dias de negociação. No entanto e ao contrário do que aconteceu no final da década transacta, as valorizações não são generalizadas a todas as empresas dos índices, característica típica de um período de euforia bolsista, coexistindo antes significativas valorizações de títulos/sectores com valorizações nulas ou mesmo desvalorizações de outros títulos/sectores. De entre os sectores que mais se valorizaram na Europa, destaque para os financeiro, recursos básicos e construção.

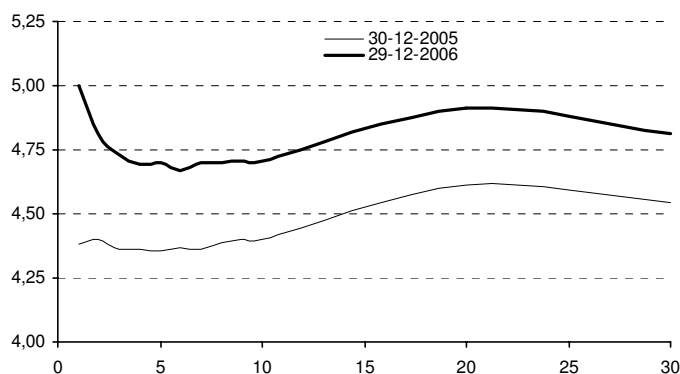
O espanhol IBEX35 liderou os ganhos entre as economias mais desenvolvidas, beneficiando de uma extensa onda de fusões e aquisições. O CAC40, o MIB30, o DAX30, e o FT100 registaram subidas mais moderadas, ainda que significativas, de 17,5% para os dois primeiros, de 22,0% para o índice germânico e de 10,7% para o índice das ilhas britânicas.

A praça lisboeta não só acompanhou este sentimento positivo, como foi uma das que evidenciou uma maior valorização, apenas ultrapassada pela vizinha Espanha e por alguns emergentes, beneficiando sobretudo da agitação em redor das Ofertas Públicas de Aquisição que animaram o mercado português em 2006. O índice PSI20 fechou o ano no máximo de 11.197,6 pontos, com uma valorização de 29,9%.

A evolução dos índices norte-americanos foi muito semelhante à dos índices europeus, apenas com uma valorização mais limitada. Após ter iniciado o ano em queda, tendo mesmo acumulado uma desvalorização de 8,4% em Julho, o tecnológico Nasdaq retomou a tendência ascendente e acabou por fechar o ano relativamente próximo dos máximos, com um ganho de 9,5%. Por oposição, o Dow Jones Industrial Average mostrou uma evolução mais em linha com os índices europeus e terminou o ano próximo do máximo histórico obtido dois dias antes, com os mínimos do ano a serem atingidos em Janeiro.

No segmento obrigacionista, as taxas de juro de médio e longo prazo registaram mais um ano de elevada volatilidade, permanecendo no entanto em níveis historicamente baixos e mostrando que as expectativas de inflação futura permanecem bem ancoradas. Não obstante, as curvas de rendimentos da zona euro e dos "treasuries" norte-americanos registaram uma deslocação para cima, especialmente vinculada nos prazos mais curtos, o que conduziu a que a curva de rendimentos dos EUA mostrasse uma inclinação negativa, no final do ano.

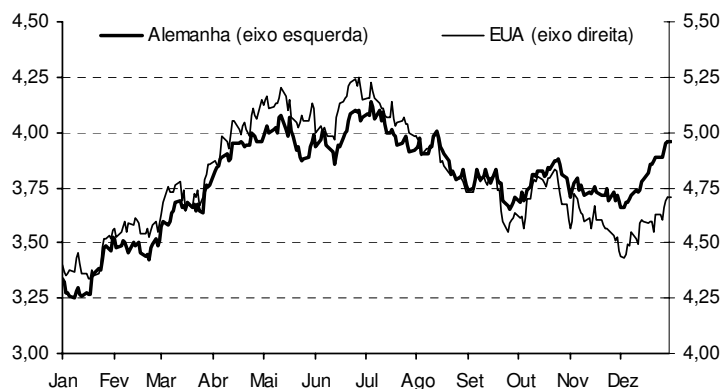
#### ***Evolução das taxas de rentabilidade dos "treasuries" a 10 anos (em %)***



Fonte: Reuters EcoWin

Nos EUA, as taxas de rentabilidade da dívida pública mostraram uma tendência claramente ascendente no primeiro semestre, tendo atingido os máximos do ano em finais de Junho, penalizadas pelo processo de remoção gradual das condições monetárias acomodatórias, por parte do Fed. No entanto, à medida que se foi agravando a crise do mercado de habitação, as taxas de rentabilidade foram caindo, arrastando consigo as suas congéneres europeias.

#### ***Evolução das "yields" a 10 anos (em %)***



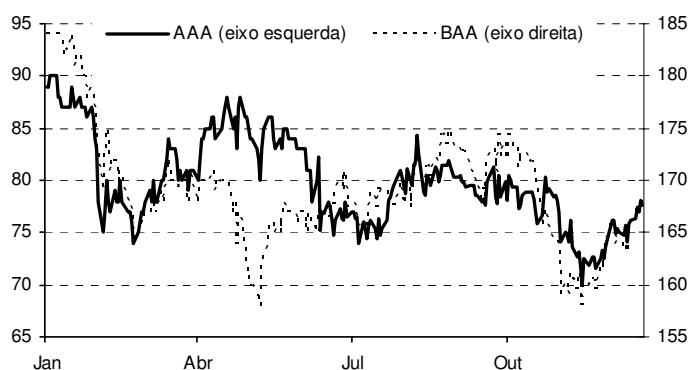
Fonte: Reuters EcoWin

A recolagem das taxas de juro de longo prazo entre os EUA e a zona euro durou até aos últimos meses do ano, período em que voltaram a descolar e em que se reduziram drasticamente os diferenciais de taxas de rentabilidade dos dois blocos. Esta divergência está associada a expectativas de consolidação da expansão da zona euro, que conduziram a uma superior subida das taxas de rentabilidade da dívida da zona euro, enquanto que os títulos de dívida norte-americana encontraram mais resistência à desvalorização, em face das dúvidas sobre a pujança da economia norte-americana e da necessidade de reciclagem de dólares, num contexto de redução de oferta de títulos em mercado primário.

No Japão, o abandono do “quantitative easing” e a posterior subida de taxas de intervenção precipitou uma subida das taxas de juro de longo prazo, em especial nos prazos mais longos, tornando mais atractivos os títulos de dívida nipónica aos olhos dos investidores estrangeiros.

Os ainda historicamente baixos níveis de taxas de juro de longo prazo, embora consistentes com o actual regime de reduzida inflação, parecem corroborar o cenário de excessiva tomada de risco nos mercados financeiros.

#### ***Prémios de risco das melhores empresas***

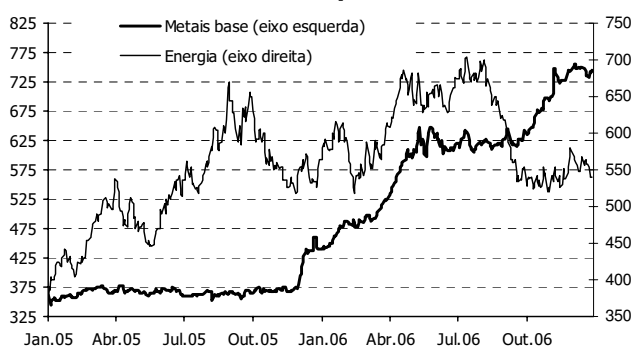


Nota: Diferenciais de taxas de juro face aos “treasuries” a 10 anos, em pontos base

Fonte: Reserva Federal dos EUA

O diferencial de taxas de juro entre a dívida das melhores empresas privadas, com notação de risco AAA, e a dívida pública emitida por países sem risco percebido, importante medida dos prémios de risco, evidenciou uma dinâmica descendente ao longo do ano, embora intercalada com períodos de maior aversão ao risco. Esta evolução foi comum a outra dívida privada e à dívida pública dos países emergentes e em desenvolvimento, confirmando a descida do prémio exigido pelos investidores para assumirem um mais elevado nível de risco.

#### ***Matérias-primas***



Nota: Diferenciais de taxas de juro face aos “treasuries” a 10 anos, em pontos base

Fonte: Reserva Federal dos EUA

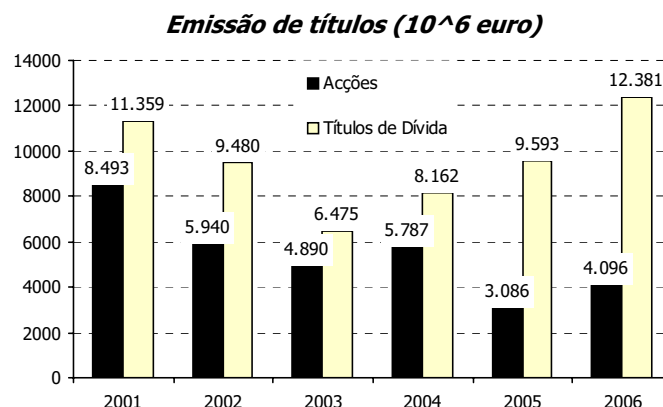
Outro sinal da excessiva tomada de risco nos mercados financeiros pode ser encontrado no mercado das “commodities”, onde a entrada de investidores à procura de diversificação dos seus investimentos parece ter conduzido a valorizações dificilmente justificadas pelos fundamentais. O caso mais mediático será o do petróleo, cujo preço recuou acentuadamente no final do ano, após ter atingido máximos próximos dos 80 dólares por barril, num movimento cujo início é atribuído à falência de fundos de risco. Os metais base, onde se inclui o cobre, foram outra categoria que também mostrou uma elevada valorização em 2006 e cujas indicações, à data da elaboração deste relatório, eram no sentido de acentuada descida de preço.

Globalmente, as condições financeiras permaneceram favoráveis à expansão económica em curso, num contexto de ampla liquidez e de procura de investimentos alternativos.

## Mercado Nacional

### Mercado Primário

No exercício de 2006, a emissão líquida de valores mobiliários em Portugal fixou-se em 16.476 M€, o que representa uma recuperação de 30,0% face ao valor do exercício anterior e o mais elevado registo desde 2001. Este dinamismo resulta do maior recurso das Instituições Financeiras Monetárias ao financiamento através do mercado de capitais, seja ao nível da emissão líquida de acções ou do recurso à emissão de títulos de dívida, mais que compensando a menor actividade evidenciada pelos restantes sectores institucionais.



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico de Fevereiro de 2007

A emissão líquida de acções ascendeu a 4.096 M€, recuperando parcialmente da quebra observada no ano anterior. As emissões concretizadas por entidades cotadas totalizaram 1.626 M€, mais que duplicando o montante emitido no exercício de 2005, enquanto que as empresas não cotadas emitiram acções no valor de 2.470 M€, valor 1,9% superior ao observado no ano transacto.

Em termos sectoriais, esta performance reflecte o maior recurso ao mercado de capitais português como fonte de financiamento por parte das Instituições Financeiras Monetárias (118,9%) e Sector Não Financeiro (220,0%), cujo dinamismo combinado mais que compensou a menor actividade das Instituições Financeiras Não Monetárias (-93,0%).

Em termos do segmento de títulos de dívida, o montante líquido emitido ascendeu a 12.381 M€, o que se traduz num incremento de 29,1% face ao ano transacto e num novo recorde para o mercado de capitais português, ultrapassando o anterior máximo de 11.359 M€, de 2001.

Este crescimento reflecte o recurso ao financiamento através de títulos de dívida pelas Instituições Financeiras Monetárias, em 1.800 M€, após dois anos consecutivos de amortizações líquidas de emissões, em especial em 2005 (-10.420 M€). Os restantes sectores institucionais dos emitentes mantiveram saldos positivos, embora menores do que os observados no ano anterior.

Comparando o recurso aos diversos prazos, observa-se um acentuado incremento das emissões de médio e longo prazo, em detrimento das emissões de curto prazo, situação a que não será indiferente o reduzido nível das taxas de juro de longo prazo.

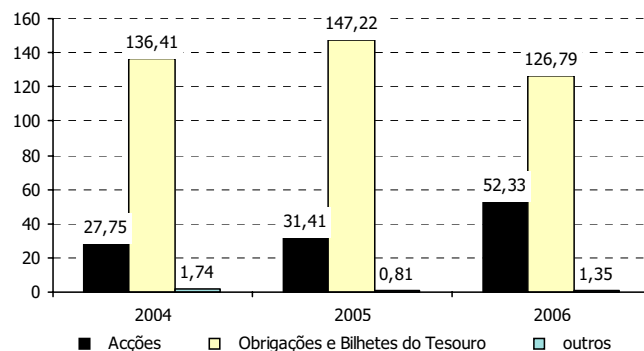
## Mercado Secundário

### *Volume de Transacções*

O volume de transacções de valores mobiliários ascendeu a 196.017,7 M€ em 2006, o que representa um decréscimo de 2,4% face ao volume transaccionado no ano anterior. Esta quebra do volume transaccionado reflecte uma diminuição acentuada das operações fora de mercado, as quais caíram 34,8%, para 13.324,4 M€. Por oposição, o volume de transacções nos mercados regulamentados e não regulamentados aumentou 0,6% e 107,4%, respectivamente.

O acréscimo das transacções nos mercados regulamentados, que contabilizam mais de 90% do total das transacções, reflecte comportamentos distintos dos diferentes instrumentos financeiros, com uma redução de 13,9% no volume de transacções de obrigações e outros títulos de dívida a anular parcialmente o incremento de 66,6% das acções. Do mesmo modo, o volume de transacções do Mercado Especial de Dívida Pública (MEDIP) caiu 13,6%, enquanto as transacções nos mercados de bolsa, onde as acções representam a quase totalidade dos títulos, aumentaram 64,3%.

#### ***Volume de transacções nos mercados regulamentados (10<sup>9</sup> Euros)***



Fonte: CMVM; cálculos, GESE

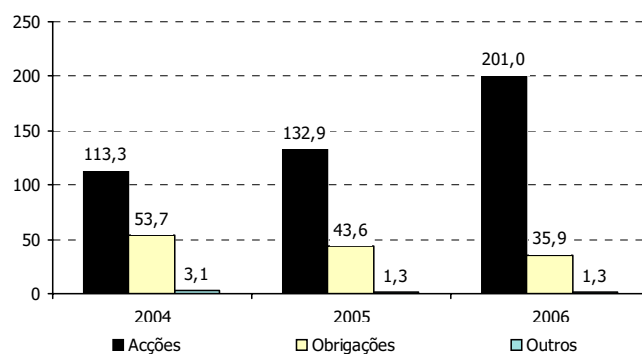
Nos mercados de bolsa ressalta o crescimento de 63,6% do volume transaccionado em sessões normais, a que se adicionou uma duplicação (+114,3%) das sessões especiais.

Quanto aos mercados não regulamentados, estes registaram crescimentos superiores a 100% nas suas diferentes vertentes, de onde se destaca, pelo montante envolvido, o aumento de 112,5% no volume dos "warrants" transaccionados na EasyNext Lisbon.

### Capitalização bolsista da Euronext Lisbon

A capitalização bolsista da Euronext Lisbon atingiu os 238.285,8 M€ no final de 2006, valor 34,0% superior ao observado no período homólogo de 2005 e que reflecte sobretudo o incremento de 33,7% da capitalização bolsista nos mercados regulamentados.

**Capitalização bolsista da Euronext Lisbon (10<sup>9</sup> Euros)**



Fonte: CMVM; cálculos, GESE

Refira-se que a capitalização bolsista do segmento accionista, no âmbito dos mercados regulamentados e não regulamentados, ascendeu a 201.021 M€, reforçando a sua maior preponderância em termos de capitalização bolsista global. Para este reforço muito contribuiu a valorização dos títulos admitidos à cotação, que se cifrou em 29,9% quando medida pela variação do índice PSI20, mas também um efeito positivo das inclusões líquidas de exclusões à negociação.

A capitalização bolsista do total das obrigações apresentou uma redução de 17,6%, continuando a perder peso na capitalização global (desceu de 24,5% para 15,1%). Nos outros instrumentos, destaque para o incremento de 35,1% da capitalização dos "warrants", que ainda assim permanecem como uma categoria residual, totalizando apenas 0,3% da capitalização bolsista global.

## 2. Actividade do Finibanco, SA

### 2.1 Linhas de Acção

No exercício de 2006, o Finibanco, SA, no cumprimento do seu objecto social, desenvolveu as iniciativas e concretizou as acções de que no presente Relatório se dá notícia.

A sua actividade comercial processou-se maioritariamente apoiada nas redes de distribuição, cujo reforço se continua a desenvolver, designadamente:

- Na rede tradicional de Balcões, em número de 127, que no exercício foi acrescida de 16 unidades;
- Na rede de Promotores de Negócios, que totaliza 278;
- No Net-Banking, que viu juntarem-se-lhe novas funcionalidades.

Prosseguiu-se o trabalho de desenvolvimento dos projectos necessários à adopção do Acordo Basileia II, no âmbito dos quais merecem relevo especial os seguintes:

- Ultimaram-se os modelos para avaliação do risco de crédito;
- Concluiu-se o lançamento do novo aplicativo para cálculo do risco de taxa de juro;
- Prosseguiu-se o desenvolvimento do projecto de risco operacional;
- Foi lançado um projecto que visa obter um melhor alinhamento entre os modelos de quantificação do risco desenvolvidos no âmbito de Basileia II, o *pricing* das operações e a optimização da alocação dos Fundos próprios.

Ainda nesta matéria e em obediência aos princípios e às recomendações definidas no Acordo de Basileia II, procedeu-se à revisão da estratégia assumida e das políticas adoptadas no que respeita à gestão do risco de crédito e aprovou-se idêntico documento com a mesma estrutura, definindo os princípios, objectivos, estratégias, monitorização, acompanhamento e "stress testing" quanto à gestão do risco de liquidez.

A melhoria da qualidade de serviço prestado aos nossos clientes tem sido uma constante no desenvolvimento da nossa acção comercial, o que justificou o lançamento de um novo projecto "Plataforma de Balcão", que visa desenvolver e implementar uma nova solução aplicacional, mais funcional porque dotada de capacidade informativa, que permitirá um muito melhor desempenho no front-office.

Como vem acontecendo ao longo dos anos e constituía um dos objectivos eleitos para o exercício a que nos reportamos, privilegiaram-se os segmentos de negócio menos exigentes em matéria de capitais próprios, designadamente a desintermediação financeira, que registou um crescimento de 30,4%, e o crédito à habitação, que evoluiu 12,2%.

As operações de crédito continuaram a merecer cuidada análise no que respeita ao risco, sempre em obediência ao aprofundamento da política conservadora que vem sendo seguida, justificando-se o crescimento das provisões e imparidades, em 64,6%, com o esforço suplementar que foi feito no sentido de obter um maior nível de conforto.

A nível de organização, foi constituída uma Comissão de Prevenção de Branqueamento de Capitais, composta por um Administrador, por um jurista e pelo responsável da auditoria, tendo por funções a análise da informação disponível sobre as hipotéticas situações que mereçam dúvidas sobre a sua legalidade, bem como do normativo publicado sobre a matéria, e a sua comunicação às autoridades competentes.

Tendo em consideração as recomendações do Banco de Portugal, designadamente através da Carta-Circular nº 100/2005/DSB, de 26 de Agosto, com vista a garantir o contínuo funcionamento da Instituição e evitar perdas humanas, financeiras, de imagem e outras, em situações de crise, aprovou-se o Plano de Contingência e constituiu-se uma equipa com ampla capacidade de intervenção, para exercer a coordenação do plano e traçar directivas sobre as situações nele não previstas.

Com o objectivo de assegurar a capacidade de resposta em situações de crise de liquidez, quer originada por eventos que lhe estejam associados, quer por razões de ordem externa, aprovou-se o Plano de Contingência de Liquidez, contendo a definição dos diferentes cenários possíveis, as linhas de acção a implementar e os órgãos a envolver para cada um dos cenários estabelecidos.

Para o exercício de 2007 o Finibanco elegeu um conjunto de objectivos de que se destacam os seguintes:



- A optimização da gestão da base de capital, salvaguardando-se o adequado rácio de solvabilidade;
- A rentabilidade dos capitais próprios num mínimo de 15%;
- A continuação do reforço das redes de distribuição, com a abertura de 25 novos Balcões e com vista a aproximar a Instituição dos clientes;
- O desenvolvimento de acções diversas visando o incremento da competitividade na relação com o cliente e a permanente melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços prestados;
- O controlo dos custos e o incremento do produto bancário, em termos compatíveis com o alargamento das redes de distribuição;
- A desintermediação financeira, como forma de obter um crescimento significativo desta vertente;
- A assunção de uma postura conservadora na análise do risco, visando a melhoria significativa do Indicador de Qualidade de Activos, do rácio de crédito vencido e da constituição de provisões;
- A dinamização da gestão de activos sem rendimento, com recurso a novos métodos de acção;
- A homologação dos modelos de quantificação de risco, desenvolvidos no âmbito de Basileia II;
- A assunção de uma postura socialmente responsável, ética e deontologicamente, nas empresas do Grupo.

A nível de organização interna, procedeu-se a alguns ajustamentos na estrutura da área comercial, segmentando-a em Centros de Empresas e em Direcções Comerciais, fazendo corresponder estas às grandes regiões do país.

Em matéria de gestão do crédito introduziram-se diversos ajustamentos no Regulamento Geral de Crédito e no Regulamento de Pricing e criou-se a Direcção de Auditoria de Crédito, para avaliar o cumprimento dos objectivos, políticas e estratégias superiormente definidas pelos órgãos que nela participam, desde o momento da originação, passando pela decisão, gestão e recuperação.

Criou-se ainda um Manual de Procedimentos para avaliação das Imparidades no Crédito, documento que tem por finalidade adaptar os processos e procedimentos internos aos princípios, normas e regras definidas no contexto regulamentar, no caso da imparidade nos activos e concretamente no crédito, e incluiu-se na estrutura do Banco um órgão para acompanhar de perto este processo.

Celebrou-se com a IBM um contrato de prestação de serviços a 10 anos, que consiste na colocação dos computadores centrais em centros especializados daquela Companhia e na utilização da sua equipa técnica nas tarefas de operação, gestão e administração da infra-estrutura dos sistemas de informação do Banco em instalações de alto nível, especialmente concebidas para aquele efeito.

A decisão tomada insere-se na recente tendência do sistema financeiro, nos termos da qual a quase totalidade dos bancos entregou a "outsourcing" a manutenção e a operação dos seus sistemas, tirando partido da capacidade de organização e da tecnologia de empresas da especialidade e visando a optimização dos custos pela via da eficácia da operação e da gestão de infra-estruturas.

## 2.2 Banca Comercial

A Banca Comercial é constituída pela Banca de Empresas e pela Banca de Negócios e Particulares, subdivididas em Direcções de Empresas e Direcções Comerciais, consoante o caso, em função das grandes regiões do país.

A Banca de Empresas e a Banca de Negócios e Particulares desenvolveram a sua acção em perfeita complementaridade e em obediência às regras definidas em matéria de captação de recursos e do que se encontra estabelecido no Regulamento Geral de Crédito, no que toca às aplicações.

Apoiada na rede de Balcões, de Promotores de Negócios, de Homebanking e da Banca Telefónica, a Banca Comercial angariou recursos no montante de 1.631 milhões de euros e concedeu crédito num total de 1.648 milhões de euros, apresentando estes valores um crescimento de 15,9% no primeiro caso e 13,1% no segundo, situação que se nos afigura muito significativa, tendo em conta que a conjuntura económica não evoluiu tão satisfatoriamente.

Ainda no desenvolvimento da sua actividade, a Banca Comercial do Finibanco angariou 13.769 novos clientes, o que representa uma média de 1.147 clientes/mês.

O crédito concedido pela Banca Comercial distribuiu-se pelos seguintes sectores mais representativos:

	2006	2005
Crédito a Particulares	29,4%	29,2%
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	18,6%	18,4%
Comércio, Restaurantes e Hotéis	21,8%	21,8%
Serviços	7,2%	6,1%
Produtos Metálicos, Máquinas e Materiais de Transporte	3,4%	3,5%
Têxteis, Vestuário e Calçado	3,1%	3,4%
Madeira, Cortiça e Papel	2,4%	2,6%
Indústria Química e Actividades Conexas	1,9%	2,0%
Empresários em Nome Individual	1,9%	1,9%
Alimentação, Bebidas e Tabaco	1,6%	1,7%

O restante crédito, que representa cerca de 8,7% do total, encontra-se disseminado por dez outros sectores, com peso relativo que variam entre 0,03% (Electricidade, Água e Gás) e 1,42% (Produtos Minerais não Metálicos).

Para além do aumento do peso relativo registado no sector de Serviços e da redução dos Têxteis, Vestuário e Calçado, a evolução dos restantes sectores não merece referência especial.

### 2.2.1 Banca de Empresas

Apoiada na rede de distribuição do Finibanco e em quatro grandes Centros, a Banca de Empresas trabalha o universo de clientes empresas e empresários em nome individual, com volume de negócios superiores a dez milhões de euros anuais e exposição potencial igual ou superior a um milhão de euros.

No respeito pelas normas estabelecidas, designadamente em matéria de risco, procede à análise das solicitações de crédito que lhe são colocadas, gere o risco, faz o acompanhamento do crédito concedido e vela pela sua normal evolução.

A Banca de Empresas angariou no exercício em análise 2.575 novos clientes, concedeu e geriu 29,4% do total da carteira de crédito e captou 13,8% dos recursos, verificando-se uma redução de 8,1% no peso relativo do crédito e de 4,5% no dos recursos. Este decréscimo do peso relativo do crédito, e também dos recursos, resulta em parte do facto de o universo das empresas que constitui esta Banca ter passado a ser constituída por empresas e empresários em nome individual com um volume de negócios de 10 milhões de euros e não 3 milhões como anteriormente.

## **2.2.2 Banca de Negócios e Particulares**

Igualmente apoiada na rede de distribuição do Finibanco e também em quatro grandes Direcções Comerciais, a Banca de Negócios e Particulares actua em complementaridade com a Banca de Empresas, trabalhando o segmento de clientes particulares, institucionais e pequenas e médias empresas e empresários em nome individual, com volume de negócios anual inferior a dez milhões de euros e exposição potencial inferior a um milhão de euros.

Também ela procede à análise das solicitações de crédito que lhe são apresentadas, tratando-as em conformidade com as normas estabelecidas, quer em matéria de risco, quer de acompanhamento.

No final do exercício esta Banca angariou 11.194 novos clientes, detinha 70,6% do crédito concedido e angariou 86,2% dos recursos.

De assinalar o aumento de 8,1% do peso relativo do crédito e de 4,5% dos recursos. De assinalar ainda que já no exercício de 2007 e até esta data, a Banca de Particulares angariou 2.715 novos clientes, muito acima da média mensal registada em 2006. De igual modo, também esta Banca beneficiou da transferência, que atrás se refere, dos clientes empresas e empresários em nome individual com volume de negócios compreendido entre 3 milhões e 10 milhões de euros.

## **2.3 Banca de Investimentos**

### **2.3.1 Private Banking**

O Private Banking desenvolveu a sua actividade num enquadramento de mercado particularmente favorável, que lhe permitiu levar a efeito as mais variadas realizações, com especial destaque para a captação de novos clientes e para o lançamento de produtos inovadores, sem contudo descuidar o seu principal activo, que consiste na relação com o cliente, no serviço de excelência que se lhe pretende prestar.

A atenção às necessidades específicas de cada cliente ocupou sempre e continua a ocupar os nossos *Private Bankers*. Nesta conformidade, intensificaram-se os contactos não só junto daqueles que estão já sedeados no Private como também junto de outros potenciais clientes que se encontram dispersos pelos Balcões, a quem é disponibilizado um conjunto de produtos e serviços especialmente criados para o efeito.

O sucesso desta iniciativa, no qual acreditamos, provocará um incremento cada vez mais significativo dos montantes geridos pelo Private Banking e, mais importante ainda, permitirá estender a um número cada vez maior de clientes os elevados índices de qualidade que pretendemos ver associados aos nossos serviços e o excelente nível de satisfação que se lhes pretende proporcionar.

Assim é que, para minimizar os efeitos de possíveis situações de turbulência de mercado, por norma se propõe sempre a afectação de parte do património, variável com a situação particular de cada caso, a capital garantido, sem contudo comprometer o perfil de risco inerente a cada um deles.

Desenhado o caminho e conhecido o método a usar para o percorrer, com a nossa firme determinação em continuar a crescer, o exercício de 2007 será certamente melhor, sobretudo se o enquadramento dos mercados continuar favorável.

### **2.3.2 Gestão de Activos e Desintermediação**

O montante total da desintermediação atingiu 499,5 milhões de euros, maioritariamente obtidos através da actividade da Participada Finivalor, patenteando um crescimento da ordem de 30%.

Os fundos imobiliários, dado o seu baixo perfil de risco, cresceram 44% e situaram-se em cerca de 224 milhões de euros.

Igualmente registaram significativo crescimento os fundos mobiliários de acções, em razão do bom comportamento do índice bolsista, tendo passado de 21,8 para 43,7 milhões de euros.

Os fundos mobiliários de obrigações, não obstante o seu baixo perfil de risco, viram os seus activos sob gestão reduzir de 110,5 para 93,5 milhões de euros.

Já os fundos mobiliários mistos, consubstanciados no Finiglobal, cresceram cerca de 14%, situando-se em 68,3 milhões de euros.

A gestão de patrimónios foi a vertente da área de desintermediação que melhor evoluiu, na medida em que passou de 35,5 para 70,2 milhões de euros.

### **2.3.3 Mercado de Capitais**

Durante o exercício a que nos reportamos, foram estruturados e colocados:

- Instrumentos de Captação de Aforro Estruturado, constituídos por um depósito a prazo a 6 meses e pela subscrição de unidades de participação de vários fundos de investimento mobiliário geridos pela Finivalor (Finifundo Acções Internacionais, Finicapital e Finiglobal);
- Várias Aplicações Financeiras, exclusivamente dedicadas ao específico segmento do Private Banking;
- 2 Aplicações Financeiras, no montante total de 25.300 mil euros, para colocação através de toda a rede comercial;
- 3 novas emissões de obrigações de caixa, por subscrição pública, para o Finibanco, como segue:

#### **"FNB Índices 06/08"**

Empréstimo, no montante de 4.000 mil euros, com um prazo de 2 anos proporciona uma rentabilidade indexada à performance dos índices Nikkei 225 e S&P 500.

Paga cupões anuais e tem uma taxa de remuneração mínima de 2% para os 2 anos.

### **"FNB Cupão Anual 06/11"**

Empréstimo obrigacionista "FNB Cupão Anual 06/11", emitido em Abril, também com cupões anuais.

A remuneração do obrigacionista é fixa no 1º ano e dependerá do número de eventos de crédito que possa ocorrer num cabaz de acções previamente fixado, nos anos seguintes.

### **"FNB Remuneração Garantida 2006"**

Empréstimo obrigacionista "FNB Remuneração Garantida 2006" emitido simultaneamente com o anterior.

A sua remuneração tem como base o comportamento da Euribor a 6 meses, sendo maximizada com a subida deste indexante.

No decurso do exercício e de acordo com as condições previamente estipuladas nas respectivas fichas técnicas, foram reembolsados antecipadamente os empréstimos obrigacionistas "FNB Taxa Garantida 10% 04/09" e "FNB Cupão Semestral 04/09", emitidos pelo Finibanco, e o "Finibanco Holding 04/09 Novembro", emitido pela Holding do Grupo. Todos eles proporcionaram aos seus subscritores iniciais uma taxa anual de remuneração efectiva entre 4,6% e 5,5%.

No total, o montante de obrigações amortizadas ascendeu a 41.130 mil euros, enquanto que as novas emissões, quer de obrigações quer de outros instrumentos de captação de aforro estruturado, que excluem os produtos com unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, foi de 48.660 mil euros.

Em 2006, o Finibanco liderou alguns *Private Placements* e participou em diversos Programas de Papel Comercial, bem como numa colocação pública de Obrigações de um emitente estrangeiro.

### **Comportamento Bolsista das Acções do Finibanco Holding (FNB AM)**

A evolução da cotação das acções FNB AM durante o ano de 2006 está patente no gráfico seguinte:



Gráfico 1. – Evolução das cotações de fecho das acções FNB AM vs PSI  
Fonte: Bloomberg

A cotação das acções do Finibanco-Holding oscilou entre 2,03 euros e 3,77 euros, correspondendo esta à registada no fecho do exercício. Foi no segundo semestre do ano que se verificou a maior subida de cotações do título FNB AM, principalmente a partir do mês de Agosto, muito acima da "performance" registada nos índices de referência.

A valorização, face à cotação de fecho do ano anterior, foi de 89% (tinha fechado o primeiro semestre a valorizar 10%), sendo que os *benchmarks* PSI-20 e PSI Sectorial dos Serviços Financeiros (PSI Financials), variaram, respectivamente, 30% e 36%.

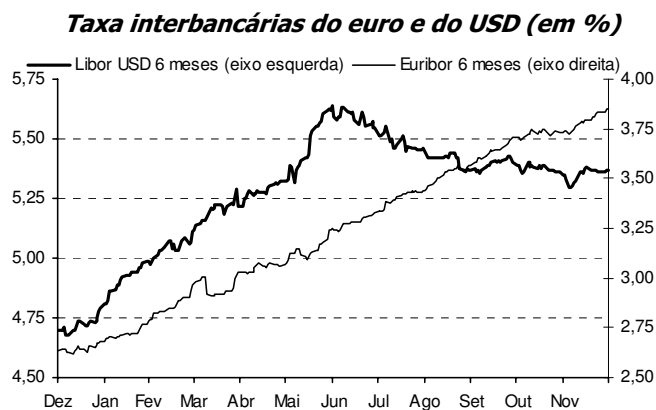
Em termos de quantidade mensal transaccionada de acções Finibanco Holding, o mês com maior volume de acções transaccionadas foi Março, tendo sido Julho o mês de mais fraca liquidez. A média de acções transaccionadas por sessão ascendeu a 48.590 (contra 16.431 no ano anterior).

No ano de 2006, a um *Pay-Out Ratio* de 35,5%, correspondeu um *Dividend Yield* \* de 2%, calculado este à cotação de fecho da última sessão de bolsa do ano.

## 2.4 Área Financeira e Internacional

O ano de 2006 foi marcado pelo processo de levantamento gradual das condições monetárias acomodáticas, com as principais autoridades monetárias a ajustarem as políticas monetárias a uma situação onde são dominantes os riscos à estabilidade de preços.

O Fed e o BCE elevaram as suas taxas directoras em 100 e 125 pontos base, para 5,25% e 3,5%, respectivamente, enquanto que o BoJ abandonou a política de taxas de juro nulas, subindo a sua taxa de intervenção pela primeira vez desde 1999, para 0,25%.



Fonte: Reuters EconWin

As taxas de juro do mercado interbancário da zona euro ajustaram progressivamente a esta realidade, com a taxa Euribor a 6 meses, a aumentar 121 pontos base, para 3,853%, entre os últimos dias de negociação de 2006 e os dias homólogos de 2005. As taxas de juro de curto prazo em dólares evidenciaram igualmente um percurso ascendente no primeiro semestre, situação que se inverteu na segunda metade do ano, à medida que se avolumaram os riscos ao crescimento e que ganhou credibilidade o cenário de fim do actual ciclo de subida de taxas nos EUA.

O estreitamento do diferencial de taxas de juro de curto prazo entre o dólar e o euro, num contexto de consolidação da expansão e de expectativas de subidas adicionais de taxas de intervenção da zona euro, contribuiu para a apreciação do euro face ao dólar, em especial no último trimestre.

**Taxa de câmbio do dólar face ao euro**



Fonte: Reuters EconWin

A intervenção da Unidade de Sala de Mercados nos mercados de FX e de Money Market foi pautada pelo cumprimento dos objectivos estabelecidos, tanto em termos de minimização de custos de *funding* como do rigoroso cumprimento das normas internas relativas ao risco de liquidez e ao risco cambial. Em relação à Área de Produtos Estruturados o ano de 2006 foi marcado por um aumento substancial do volume de negócio.

A promoção e a manutenção de relações entre o Finibanco e outras instituições financeiras internacionais foram desenvolvidas pelo Gabinete de Relações Internacionais e "Offshores", no respeito pelos critérios e normas definidas no documento sobre Gestão do Risco de Liquidez, com vista à detecção de novas oportunidades de negócio e à difusão e manutenção da boa imagem da Instituição.

Procurou-se a melhoria e o desenvolvimento do sistema de controlo de correspondentes bem como do sistema de controlo de posições cambiais, operações de que se incumbiu o Serviço de Middle/Back Office (SMB).

Verificou-se um aumento significativo do número de clientes institucionais, bem como do correspondente volume de negócios geridos pela unidade que deles se ocupa. Foram ainda introduzidas melhorias nos procedimentos relativos a "customer relationship".

A Direcção Financeira e Internacional, através do seu Gabinete de Apoio Técnico, estudou e propôs melhorias a introduzir no documento sobre a Gestão do Risco de Liquidez e também no respectivo Plano de Contingência de Liquidez, tendo presentes as boas práticas recomendadas pelo Comité de Basileia e pelo Banco de Portugal.

Tendo como objectivo evitar riscos operacionais e minimizar custos, o regulamento interno da Sala de Mercados foi oportunamente revisto e melhorado.

Por força da entrada em vigor das Normas Internacionais de Contabilidade, foram desenvolvidas aplicações que permitem, de forma eficaz, proceder ao correcto apuramento dos *fair values* de derivados negociados.

Deu-se início a uma operação de securitização de activos constituídos por créditos sobre PME's, que se completará no decurso do exercício de 2007.

## **2.5 Gestão do Risco**

O Relatório do Finibanco até ao exercício de 2005 apresentou sempre neste capítulo uma pormenorizada descrição do modelo de gestão de risco adoptado pela Instituição, da política seguida na análise das operações e da evolução que o processo tem experimentado no decurso dos sucessivos exercícios.

Por imperativo expresso nas Normas Internacionais de Contabilidade esta matéria passou a integrar a Nota 35 sobre Gestão de Riscos, anexa às Demonstrações Financeiras, onde se encontra pormenorizadamente descrita, e se abordam, com o pormenor adequado, todas as categorias de risco em presença, ou seja, os riscos de crédito, os riscos de mercado, nas componentes risco taxa de juro, cambial e de cotações e índices, os de liquidez e ainda os riscos operacionais.

## **2.6 Área de Operações, Organização e Sistemas de Informação**

No que respeita aos sistemas de informação, deu-se continuidade a alguns projectos que se encontravam em desenvolvimento, designadamente para apoio à acção comercial do Grupo, e iniciaram-se outros, visando a contenção de custos e a melhoria da "performance" obtida nesta sensível área.

No que toca a infra-estruturas técnicas, reforçou-se o parque de servidores e aperfeiçoou-se a distribuição de cargas de trabalho, proporcionando maiores níveis de operacionalidade e de pesquisa e procurando a eliminação de erros.

Criaram-se e instalaram-se ainda mecanismos de monitorização da rede de comunicações, visando a antecipação de eventuais intervenções correctivas e a disponibilização atempada de informação em qualquer parte.

Estabeleceu-se um contrato de prestação de serviços com a Companhia IBM Portuguesa com vista à gestão, construção e implementação das aplicações informáticas dos sistemas centrais operacionais. Este contrato de prestação de serviços tem ainda como objectivo o fornecimento de serviços de operação tanto dos sistemas de produção como da solução de "back-up" e de "disaster recovery plan" em zona geográfica distinta.

Quanto aos sistemas operativos de apoio comercial os nossos esforços dirigiram-se no sentido da obtenção de melhorias nas interligações de sistemas, tanto presenciais como não presenciais, reduzindo custos e aumentando a velocidade de tratamento das operações. Neste âmbito, os canais não presenciais (Finibanco onLine) beneficiaram da integração do canal Internet com o canal telefónico e possibilitam o conhecimento cruzado e instantâneo das transacções efectuadas em cada um deles.

Deu-se ainda início ao desenvolvimento de uma nova aplicação de Balcões que integrará as operações dos canais não presenciais.

Estas aplicações vêm na sequência das novas funcionalidades requeridas pelas áreas de negócio e da necessidade de realizar o refrescamento de tecnologias em fim de vida útil e são o corolário das opções tecnológicas tomadas, das quais se destaca a arquitectura SOA.

Deu-se também início a um projecto que visa obter um melhor alinhamento entre os modelos de quantificação do risco desenvolvidos no âmbito do Acordo Basileia II, o pricing das operações e a optimização da alocação dos Fundos Próprios.



Merece também referência o esforço, ainda em curso, de adaptação dos sistemas aos requisitos de informação postos pelas autoridades de supervisão e à informação de reporte a que obrigam as recomendações do referido Acordo Basileia II.

Refira-se, por fim, que se deu início ao processo de revisão global do desenho e do desempenho da área de telecomunicações, essencial ao sistema de informação e facilitador de oportunidades de negócios, por forma a permitir a integração da generalidade das instalações do Grupo num “edifício único virtual”.

## **2.7 Recursos Humanos**

Em 2006, o Finibanco fechou o ano com 1.119 trabalhadores/colaboradores, representando um aumento do seu quadro de pessoal de 125 trabalhadores, 12,6% face ao ano anterior, aumento justificado em grande medida pela abertura de novos Balcões.

Tendo em conta que o número de Balcões do Finibanco é agora de 127, o número médio de elementos por Balcão situa-se em cerca de 8,6.

Esta estratégia de crescimento da rede comercial e, concomitantemente, de aumento dos efectivos da Instituição, têm permitido a manutenção de uma política de rejuvenescimento, patente na média etária relativamente baixa em comparação com a média do sector. Permite ainda a qualificação dos seus quadros, na medida em que se privilegia o recrutamento de jovens de significativo potencial, em grande parte com formação académica ao nível de licenciatura. Permite também, por fim, a assunção de importante papel no domínio da responsabilidade social, ao contribuir de forma empenhada para a inserção de jovens na vida activa.

Ainda no plano da qualificação dos seus activos humanos, deu-se continuidade à forte aposta que, de uma forma contínua, vem sendo feita na formação:

- Com vista à integração e à preparação dos novos quadros, através de acções de acolhimento e de familiarização com as técnicas e os serviços bancários;
- Promovendo o aperfeiçoamento dos restantes elementos, em matérias tão variadas como os produtos e serviços bancários, as novas exigências regulamentares que têm sido postas à actividade da Banca, a vertente comportamental, virada para a qualidade do atendimento, negociação, gestão de equipas e liderança, e tantas outras.

Tudo isto por que se tem consciência de que a mais-valia do negócio reside não só na formatação e disponibilização de novos produtos e serviços, cada vez mais padronizados sectorialmente, mas também na necessidade permanente de criar formas inovadoras de, através da capacidade relacional, satisfazer o cliente e dar corpo ao nosso *slogan* “Finibanco em Privado...”.

Em apoio da estratégia de formação, foram sendo sedimentados alguns aspectos organizativos, reforçando-se o *staff* dedicado a esta área e fomentando-se a interdisciplinaridade e o envolvimento alargado da estrutura da Instituição. Tudo isto no sentido da criação de um clima propício à valorização e ao auto-desenvolvimento dos colaboradores, para o que se continuou a privilegiar as ofertas formativas, já com provas dadas, consubstanciadas nomeadamente através das parcerias e protocolos com entidades de reconhecido mérito, nestas merecendo especial destaque o Instituto de Formação Bancária.

No que toca às metodologias utilizadas, deu-se continuidade reforçada à aposta na formação *onLine/e-learning*, mantendo algumas ofertas e diversificando-se as que são consideradas mais relevantes e críticas para a Instituição. Manteve-se a estratégia de acompanhamento e apoio local aos quadros, através do "Projecto *On Job*", incidindo a sua acção nos novos Balcões e nos elementos recém admitidos, de forma a:

- Facilitar a sua integração e alertá-los e sensibilizá-los para a importância de que se reveste o cumprimento das novas exigências legais;
- Acompanhar as equipas no lançamento das campanhas prestígio;
- Incentivar um atendimento de qualidade.

No plano da motivação, revitalizaram-se os esquemas de incentivos e recompensas com o arranque do Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI), instrumento considerado crítico, porque potenciador de elevados desempenhos e propiciador da criação de condições e oportunidades de evolução e progressão de carreira, numa primeira fase destinado à rede comercial, já em pleno funcionamento, e numa segunda fase com implementação prevista para o primeiro semestre de 2007, para as áreas de suporte.

Manteve-se igualmente uma cuidada atenção às questões de âmbito social, de clima interno e de condições de trabalho. Nesta medida, as acções ligadas à realização de jantares de Natal e à distribuição de prendas aos filhos de empregados, contaram-se como eventos relevantes para aquele objectivo, tal como as medidas de apoio aos colaboradores, patentes no leque de ofertas de financiamento para fazer face a situações várias, desde as de natureza social (habitação, saúde, formação), às de consumo (automóvel, viagens, etc).

Ainda nesta área e no que respeita ao Fundo de Pensões, o mecanismo de salvaguarda das pensões de reforma e de sobrevivência para a maioria dos trabalhadores bancários, o Grupo Finibanco continuou a pautar a sua actuação por um criterioso acompanhamento da sua gestão, optando por soluções exigentes em matéria de cumprimento das responsabilidades.

## **2.8 Análise Económica e Financeira**

Utilizando o regime transitório para o exercício de 2005 previsto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005 as demonstrações financeiras do Finibanco SA, divulgadas naquele exercício, foram preparadas de acordo com as regras do Plano de Contas para o Sector Bancário (PCSB), constantes da Instrução do Banco de Portugal nº 4/96, de 17 de Junho.

Em 1 de Janeiro de 2006 procedeu-se à conversão das contas para o referencial NCA's (Normas de Contabilidade Ajustadas). Consequentemente, as demonstrações financeiras do exercício de 2006 não são directamente comparáveis com as do exercício de 2005.

Com o objectivo de assegurar a sua comparabilidade foram preparadas demonstrações financeiras reexpressas em NCA's, reportadas a 31 de Dezembro de 2005.

### **2.8.1 Balanço**

O Activo líquido do Finibanco atingiu 2.193 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 16,3% face a Dezembro de 2005.

mil euros

	31-12-2005	31-12-2006	Var 06/05 (abs)	Var 06/05 (%)
Activo total	1.885.182	2.192.917	307.735	16,3%
Desintermediação	383.150	499.485	116.335	30,4%
<b>Activo total + Desentemediação</b>	<b>2.268.332</b>	<b>2.692.402</b>	<b>424.070</b>	<b>18,7%</b>

A rubrica Disponibilidades registou um decréscimo de 15,6 milhões de euros, mas as Aplicações em Instituições de Crédito tiveram um aumento de 44,8 milhões de euros.

A rubrica que mais contribuiu para o aumento do activo foi o Crédito a clientes líquido de provisões, com um crescimento de 198,1 milhões de euros, que regista uma evolução positiva de 13,7%.

mil euros

<b>Crédito s/ clientes</b>	31-12-2005	31-12-2006	Var 06/05 (abs)	Var 06/05 (%)
<b>Crédito bruto</b>				
1) Crédito a particulares	439.893	504.188	64.295	14,6%
....Habituação	254.453	268.752	14.299	5,6%
....Outros créditos	185.440	235.436	49.996	27,0%
2) Empresas	1.031.653	1.167.660	136.006	13,2%
<b>Total da carteira de crédito (Bruto)</b>	<b>1.471.546</b>	<b>1.671.848</b>	<b>200.302</b>	<b>13,6%</b>
<b>Rendimentos a receber</b>	3.491	5.379	1.888	54,1%
<b>Provisões para crédito vencido</b>	(26.743)	(30.857)	(4.114)	15,4%
<b>Crédito s/ clientes líquido</b>	<b>1.448.294</b>	<b>1.646.370</b>	<b>198.076</b>	<b>13,7%</b>

Contudo, este crédito a cliente líquido de provisões diminuiu o seu peso no activo líquido, em 1,7 pp, situando-se em 75,1%, para o que contribuiu o reforço do peso relativo dos activos financeiros, em 3,2 pp.

Os Indicadores de qualidade do crédito evidenciam uma melhoria, confirmada pelo crédito em incumprimento, calculado nos termos da definição do Banco de Portugal, que se situou em 2,1%, do crédito total, em 31 de Dezembro de 2006 (era 2,3% no final do exercício anterior).

A carteira de crédito vencido total, deduzido dos créditos totalmente provisionados, situa-se em 1,4% da carteira total (+0,2 pp face a 2005). O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias é de 1,1%.

A cobertura do crédito total por provisões, deduzido do totalmente provisionado, registou um aumento de 8,4 pp, passando de 137,7% para 146,1%. A cobertura para o crédito vencido há mais de 90 dias também apresentou uma melhoria, pois era de 165,7% e situa-se agora em 179,1%.

(mil euros)

<b>Carteira de crédito a Clientes e provisões / imparidades</b>	<b>31-12-2005</b>	<b>31-12-2006</b>
Carteira de crédito a Clientes (bruta)	1.471.546	1.671.848
(-) Crédito Provisionado a 100%	(17.418)	(13.904)
	<b>1.454.129</b>	<b>1.657.944</b>
Crédito vencido total	34.465	36.431
(-) Crédito provisionado a 100%	(17.418)	(13.904)
	<b>17.047</b>	<b>22.528</b>
Crédito vencido há mais de 90 dias	31.587	32.280
(-) Crédito provisionado a 100%	(17.418)	(13.904)
	<b>14.169</b>	<b>18.376</b>
Provisões totais para crédito	40.897	46.816
(-) Crédito provisionado a 100%	(17.418)	(13.904)
	<b>23.479</b>	<b>32.912</b>
<b>Crédito vencido em percentagem do crédito total</b>		
Rácio de crédito vencido total	1,2%	1,4%
Rácio de crédito vencido há mais de 90 dias	1,0%	1,1%
<b>Cobertura por provisões totais para crédito</b>		
do crédito vencido total	137,7%	146,1%
do crédito vencido há mais de 90 dias	165,7%	179,1%
<b>Crédito com incumprimento <sup>(1)</sup> / Crédito total</b>	2,3%	2,1%
<b>Crédito com incumprimento, líquido <sup>(1)</sup> / Crédito total líquido</b>	0,5%	0,2%

<sup>(1)</sup> O crédito a clientes não inclui juros e outros valores a receber/pagar

<sup>(1)</sup> De acordo com o critério definido pelo Banco de Portugal o crédito em incumprimento engloba o crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento nos termos da alínea a) do nº1 do nº 4 do Aviso 3/95

A Carteira de títulos registou um acréscimo de 77,1 milhões de euros, situando-se em 114,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. A carteira de títulos estava repartida por títulos de negociação e títulos detidos para venda, no montante de 58,9 milhões de euros e 55,8 milhões de euros, respectivamente. O aumento do peso da carteira de títulos no activo total (2% em 2005 e 5,2% em 2006), teve como reflexo um aumento significativo dos resultados de 2006, relacionados com a actividade de "trading".

O imobilizado líquido apresentou um aumento de 3,4 milhões de euros (+11%), reflectindo o custo da abertura de 16 novos Balcões e a preparação de outros com abertura prevista para o primeiro trimestre de 2007.

Os Outros activos (87,3 milhões de euros) registaram uma diminuição de 0,9 milhões de euros em termos homólogos.

A rubrica Outros activos inclui as aplicações por recuperação de créditos, no montante de 48 milhões de euros (42 milhões de euros em 2005).

No final do exercício anterior o Banco de Portugal, através do Aviso 12/2005, veio introduzir alterações ao Aviso 12/2001. Tendo o Finibanco, em matéria de Fundo de Pensões, e com referência a 31 de Dezembro de 2005, ajustado quer os pressupostos financeiros, quer a tábua de mortalidade, procedeu ao registo contabilístico dos impactos decorrentes destas alterações, de acordo com os artigos 13-A e 13-B, aditados ao Aviso 12/2001 pelo referido Aviso 12/2005. Deste modo, o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração dos pressupostos financeiros (17 milhões de euros) foi registado na conta de Despesas com encargo diferido, que serão levados a Resultados Transitados durante um período de 5 anos.

No que concerne ao acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da Tábua de mortalidade (4,7 milhões de euros) foi o mesmo registado por contrapartida de Flutuação de Valores. Estes montantes integram a rubrica de Outros activos, deduzidos de 20% do acréscimo decorrente da alteração de pressupostos que, de acordo com o regime transitório, foram registados em Resultados transitados.

mil euros				
	31-12-2005	31-12-2006	Var 06/05 (abs)	Var 06/05 (%)
...Depósitos <sup>(1)</sup>	1.353.774	1.684.176	330.402	24,4%
...Obrigações colocadas em clientes <sup>(1)</sup>	210.866	197.186	(13.680)	(6,5%)
Recursos de clientes no balanço <sup>(1)</sup>	1.564.640	1.881.362	316.722	20,2%
Desintermediação	383.150	499.485	116.335	30,4%
<b>Total dos Recursos</b>	<b>1.947.790</b>	<b>2.380.847</b>	<b>433.057</b>	<b>22,2%</b>

(1) Inclui depósitos, empréstimos obrigacionistas e subordinados não considerando juros e outras correcções

A rubrica Débitos para com Instituições de Crédito patenteia um aumento de 4 milhões de euros.

Os depósitos de clientes registaram um acréscimo de 24,4%, ascendendo a 1.684 milhões de euros.

Os Recursos de clientes no balanço (depósitos+obrigações subordinadas e não subordinadas), também evoluíram positivamente (20,2%) e representam 85,8% do Activo líquido.

Os empréstimos não subordinados diminuíram 13,7 milhões de euros e passou a financiar 4,7% do Activo líquido.

Os empréstimos subordinados representam 4,3% do total do passivo e situação líquida e atingem 95 milhões de euros.

Os Passivos financeiros de negociação registaram um acréscimo de 15,1 milhões de euros face ao período homólogo. Esta rubrica inclui o registo dos instrumentos de derivados, com justo valor negativo.

As Provisões situaram-se em 16,1 milhões de euros, das quais 16 milhões são relativas a Provisões para riscos gerais de crédito. As Provisões para riscos gerais de crédito registaram um acréscimo de 1,8 milhões de euros, correspondente ao aumento da actividade creditícia ocorrido no exercício.

Os Capitais próprios ascendem a 111,7 milhões de euros, tendo-se situado ao nível do ano anterior. Esta rubrica inclui as Reservas de justo valor, no montante de 3,4 milhões de euros.

O Resultado líquido situou-se em 10,2 milhões de euros, ligeiramente acima do verificado em 2005 (+167 mil euros).

O rácio de solvabilidade em 31 de Dezembro de 2006 situava-se em 8,1%.

## 2.8.2 Demonstração de Resultados

Em 31 de Dezembro de 2006, o Produto bancário ascendeu a 108,1 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 23,3%.

mil euros				
	31-12-2005	31-12-2006	2006/2005	
<b>Demonstração de Resultados</b>			<b>Valor</b>	<b>%</b>
Margem financeira	65.214	70.960	5.746	8,8
Outros resultados correntes	22.449	37.150	14.701	65,5
Rendimentos de instrumentos de capital	208	119	(89)	(42,8)
Comissões líquidas	9.482	11.869	2.387	25,2
Resultados em operações financeiras	3.037	10.333	7.296	240,2
Outros proveitos líquidos	9.722	14.829	5.107	52,5
<b>Produto bancário</b>	<b>87.663</b>	<b>108.110</b>	<b>20.447</b>	<b>23,3</b>
Provisões e Imparidades líquidas	11.926	19.635	7.709	64,6
Encargos de estrutura	63.310	74.020	10.710	16,9
Gastos administrativos	56.525	67.512	10.987	19,4
Amortizações	6.785	6.508	(277)	(4,1)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>12.427</b>	<b>14.455</b>	<b>2.028</b>	<b>16,3</b>
Impostos Diferidos	(1.229)	182	1.411	(114,8)
Impostos sobre os lucros	3.590	4.040	450	12,5
<b>Lucro do exercício</b>	<b>10.066</b>	<b>10.233</b>	<b>167</b>	<b>1,7</b>
<b>Cash-flow antes de impostos</b>	<b>31.138</b>	<b>40.598</b>	<b>9.460</b>	<b>30,4</b>

A Margem financeira aumentou 8,8% relativamente a 2005, representando 65,6% do Produto bancário. O crescimento da Margem financeira está relacionado com o acréscimo da actividade creditícia ocorrida no exercício de 2006.

Os Outros resultados correntes apresentam um incremento de 65,5% (+14,7 milhões de euros), justificado pelos Resultados em operações financeiras (+7,3 milhões de euros) e Outros proveitos líquidos (+5,1 milhões de euros).

Os resultados em operações financeiras atingiram 10,3 milhões de euros, para o que contribuiu, essencialmente, o bom desempenho na actividade de "trading", em contraponto com o valor das reavaliações de "swap's e de futuros", que tiveram um comportamento desfavorável.

Os Outros proveitos líquidos obtiveram um resultado de 14,8 milhões de euros, registando um acréscimo de 52,5%. Os proveitos relacionados com a actividade comercial tiveram um bom desempenho, espelhado no reembolso de despesas (+64,3%) e na prestação de serviços (+27,5%). Nesta rubrica incluem-se as recuperações dos créditos abatidos ao activo, no montante de 2,9 milhões de euros.

As Comissões líquidas cresceram 25,2%, situando-se em 11,9 milhões de euros. A progressão do comissionamento ficou a dever-se, principalmente, ao bom desempenho da actividade da banca de retalho e das comissões associadas à gestão dos cartões.

Os Encargos de estrutura registaram um crescimento de 16,9%, reflectindo o reforço ocorrido no quadro de pessoal e nos custos de funcionamento, em resultado da abertura dos 16 Balcões novos e da preparação dos que estão previstos abrir no primeiro trimestre de 2007.

Contudo, o rácio de eficiência registou uma melhoria de 3,6 pp, passando de 72,1% em 2005 para 68,5% em 2006.

Constituíram-se Provisões, líquidas de anulações, no montante de 19,6 milhões de euros, registando-se um aumento de 7,7 milhões de euros face a 2005.

O reforço líquido de Provisões para crédito foi de 16 milhões de euros.

As Provisões constituídas em 2006 representam 18,2% do Produto bancário.

Os Resultados antes de impostos cresceram 2 milhões de euros, correspondendo-lhe um crescimento de 16,3%.

A dotação para Imposto sobre lucros aumentou 1,9 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de tributação de 29,2%.

Os Resultados líquidos foram de 10,2 milhões de euros, registando um aumento de 167 mil euros face a 2005.

O "cash flow" líquido registou um crescimento de 30,4%, atingindo os 40,6 milhões de euros.

### **3. Aplicação de Resultados**

No exercício de 2006 o Finibanco, SA obteve um Lucro de 10.233.208,17 euros, para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal (10%)	1.023.320,82 euros
Para Dividendo	5.000.000,00 euros
Para Reservas Livres	4.209.887,35 euros
Total	<hr/> 10.233.208,17 euros

### **4. Nota Final**

Terminado mais um exercício de intenso e proveitoso trabalho, o Conselho de Administração entende da mais elementar justiça expressar o seu reconhecido agradecimento a todos quantos contribuíram para o êxito da sua missão, tarefa de que se ocupa com o maior gosto:

- À Autoridade Monetária e Financeira e à CMVM-Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, pela compreensão e pelo diálogo que sempre souberam pôr nos contactos havidos;
- Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral e Fiscal Único, Ernst & Young Audit & Associados-SROC, SA, pela cooperação evidenciada;
- Aos Colaboradores do Grupo Finibanco, pelo empenhamento e dedicação que souberam colocar no desempenho das suas funções;
- Ao Conselho de Administração do Finibanco-Holding, SGPS S.A., pelo interesse demonstrado no acompanhamento da nossa actividade.

Porto, 26 de Fevereiro de 2007  
O Conselho de Administração

Álvaro Pinho da Costa Leite

Humberto da Costa Leite

Armando Esteves

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Joaquim Mendes Cardoso



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**em 31 de Dezembro de 2006**

**FINIBANCO S.A.**

**Balanco em base individual (NCA) em 31 de Dezembro de 2006**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Activo	Notas / Quadros anexos	31-12-2006 NCA			31-12-2005 NCA	Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	31-12-2006 NCA	31-12-2005 NCA
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor liquido					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	56.169	0	56.169	84.701	Recursos de bancos centrais		0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	60.449	0	60.449	47.439	Passivos financeiros detidos para negociação	14	25.812	10.762
Activos financeiros detidos para negociação	5	58.919	0	58.919	13.504	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	15	182.952	211.258
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0	Recursos de outras instituições de crédito	16	120.488	116.510
Activos financeiros disponíveis para venda	6	55.836	0	55.836	24.110	Recursos de clientes e outros empréstimos	17	1.693.105	1.358.260
Aplicações em instituições de crédito	7	182.795	0	182.795	138.004	Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Crédito a clientes	8 e 18	1.677.227	30.857	1.646.370	1.448.294	Passivos financeiros associados a activos transferidos		0	0
Investimentos detidos até à maturidade		0	0	0	0	Derivados de cobertura		0	0
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0	Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0	Provisões	18	16.122	16.395
Activos não correntes detidos para venda	9	21.763	0	21.763	19.202	Passivos por impostos correntes	19	1.555	2.707
Propriedades de investimento		0	0	0	0	Passivos por impostos diferidos	19	3.439	2.056
Outros activos tangíveis	10	74.486	39.839	34.647	31.201	Instrumentos representativos de capital		0	0
Activos intangíveis	11	11.387	9.732	1.655	989	Outros passivos subordinados		0	0
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0	0	0	Outros passivos	20	27.495	45.371
Activos por impostos correntes	12	2	0	2	0	<b>Total de Passivo</b>		<b>2.070.968</b>	<b>1.763.319</b>
Activos por impostos diferidos	12	8.704	0	8.704	8.688	Capital	21	104.000	104.000
Outros activos	13 e 18	66.469	861	65.608	69.050	Prémios de emissão		0	0
						Outros instrumentos de capital		0	0
						Ações próprias		0	0
						Reservas de reavaliação		3.431	306
						Outras reservas e resultados transferidos		4.285	7.491
						Resultado do exercício		10.233	10.066
						Dividendos antecipados		0	0
<b>Total de Activo</b>		<b>2.274.206</b>	<b>81.289</b>	<b>2.192.917</b>	<b>1.885.182</b>	<b>Total de Capital</b>		<b>121.949</b>	<b>121.863</b>
						<b>Total de Passivo + Capital</b>		<b>2.192.917</b>	<b>1.885.182</b>

As notas anexas fazem parte integrante do Balanco em 31 de Dezembro de 2006

# FINIBANCO S.A.

## Demonstração de Resultados em base individual (NCA) em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Rubricas	Notas Quadros Anexos	31-12-2006 NCA	31-12-2005 NCA
Juros e rendimentos similares	22	141.522	120.866
Juros e encargos similares	22	70.562	55.652
<b>Margem financeira</b>		<b>70.960</b>	<b>65.214</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	23	119	208
Rendimentos de serviços e comissões	24	13.819	11.018
Encargos com serviços e comissões	24	1.950	1.536
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	25	10.100	429
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	26	293	2.939
Resultados de reavaliação cambial		( 60)	( 331)
Resultados de alienação de outros activos		0	0
Outros resultados de exploração	27	14.829	9.722
<b>Produto bancário</b>		<b>108.110</b>	<b>87.663</b>
Custos com pessoal	28	43.099	35.564
Gastos gerais administrativos	29	24.413	20.961
Amortizações do exercício		6.508	6.785
Provisões líquidas de reposições e anulações		( 210)	3.279
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		19.585	11.493
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	18	260	( 2.846)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>14.455</b>	<b>12.427</b>
Impostos		4.222	2.361
Correntes	30	4.040	3.590
Diferidos		182	( 1.229)
<b>Resultado após impostos</b>		<b>10.233</b>	<b>10.066</b>
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0	0
<hr/>			
Resultados por acção básicos (em Euros)		0,10	0,10
<hr/>			
Resultados por acção diluídos (em Euros)		0,10	0,10

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2006

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITALS PRÓPRIOS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Acções próprias	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldos em 31.12.2005 (em PCSE)	104.000	0	0	1	4.346	0	0	0	11.281	119.628
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior										
Transferência para reservas	0	0	0	0	2.281	0	0	0	(2.281)	0
Distribuição de dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	(9.000)	(9.000)
Aquisição de acções próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda -										
Ganhos e perdas não realizados no período	0	0	0	0	0	0	4.310	0	0	4.310
Variações cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas por impostos diferidos										
Reforços no período	0	0	0	0	0	0	-1.185	0	0	-1.185
Reversões no período	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Utilização de reservas de reavaliação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impacto da adopção dos NCA's em 1 de Janeiro de 2006	0	0	0	0	0	1.929	306	0	0	2.235
Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	0	0	10.233	10.233
Outras variações em capital próprio	0	0	0	0	0	(4.272)	0	0	0	(4.272)
<b>Saldos em 31.12.2006 ( em NCA's )</b>	<b>104.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>6.627</b>	<b>-2.343</b>	<b>3.431</b>	<b>0</b>	<b>10.233</b>	<b>121.949</b>
Saldos em 31.12.2004 (em PCSE)	100.000	0	0	0	1.180	0	0	0	2.734	103.914
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior										
Transferência para reservas	0	0	0	0	2.734	0	0	0	(2.734)	0
Distribuição de dividendos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda -										
Ganhos e perdas não realizados no período	0	0	0	0	0	0	626	0	0	626
Variações cambiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impacto da adopção dos NCA's em 1 de Janeiro de 2005	0	0	0	0	0	(89)	(320)	0	0	(409)
Resultado líquido do período	0	0	0	0	0	0	0	0	10.066	10.066
Outras variações em capital próprio	4.000	0	0	0	0	3.666	0	0	0	7.666
<b>Saldo em 31.12.2005 ( em NCA's )</b>	<b>104.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.914</b>	<b>3.577</b>	<b>306</b>	<b>0</b>	<b>10.066</b>	<b>121.863</b>

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

## DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro)

	Notas	31.12.2006
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Juros e comissões recebidos		153.152
Juros e comissões pagos		(60.396)
Impostos pagos		(4.009)
Recuperação de crédito e juros vencidos		2.886
Fluxo das operações financeiras		10.451
Pagamentos ao pessoal		(41.804)
Outros recebimentos operacionais/ outros pagamentos operacionais		(17.731)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos		42.549
Diminuições (Aumentos) dos activos operacionais		
Disponibilidades em outras instituições de crédito		(13.009)
Aplicações em instituições de crédito		(44.343)
Créditos a Clientes		(215.921)
Activos financeiros detidos para negociação		(45.415)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0
Activos financeiros disponíveis para venda		(31.726)
Activos com acordo de recompra		0
Derivados de cobertura		0
Activos não correntes detidos para venda		(2.561)
Outros activos		8.103
Fluxo líquido dos activos operacionais		(344.872)
Aumentos (diminuições) dos passivos operacionais		
Recursos de outras instituições de crédito		3.514
Recursos de clientes e outros empréstimos		330.401
Passivos financeiros detidos para negociação		15.050
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0
Derivados de cobertura		0
Passivos não correntes detidos para venda		0
Outros passivos		(20.041)
Fluxo líquido dos passivos operacionais		328.924
Fluxos das actividades operacionais (1)		26.601
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
Diminuições (aumentos) Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0
Diminuições (aumentos) Investimentos detidos até à maturidade		0
Diminuições (aumentos) Propriedades de investimento		0
Diminuições (aumentos) Outros activos tangíveis		(9.248)
Diminuições (aumentos) Activos Intangíveis		(1.372)
Aumentos (diminuições) Capital subscrito		0
Fluxos das actividades de investimento (2)		(10.620)
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
Emissões de dívida titulada e subordinada		197.186
Amortizações de dívida titulada		(217.137)
Juros de Dívida Titulada		(15.563)
Dividendos		(9.000)
Venda (Aquisição) de acções próprias		0
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(44.514)
Aumento de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(28.533)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3	84.702
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	3	56.169

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**em 31 de Dezembro de 2006**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## ÍNDICE

1. Informação Geral
2. Bases de apresentação, e principais políticas contabilísticas

## BALANÇO: ACTIVO

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais
4. Disponibilidades em outras instituições de crédito
5. Activos financeiros detidos para negociação
6. Activos financeiros disponíveis para venda
7. Aplicações em instituições de crédito
8. Crédito a clientes
9. Activos não correntes detidos para venda
10. Outros activos tangíveis
11. Activos intangíveis
12. Activos por impostos correntes e impostos diferidos
13. Outros activos

## BALANÇO: PASSIVO

14. Passivos financeiros detidos para negociação
15. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados
16. Recursos de outras instituições de crédito
17. Recursos de clientes e outros empréstimos
18. Imparidade acumulada e provisões acumuladas
19. Passivos por impostos correntes e impostos diferidos
20. Outros passivos

## BALANÇO: CAPITAL

21. Capital

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

22. Margem financeira
23. Rendimentos de instrumentos de capital
24. Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões
25. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados
26. Resultados de activos financeiros disponíveis para venda
27. Outros resultados de exploração
28. Custos com o pessoal
29. Gastos gerais administrativos
30. Impostos correntes

## INFORMAÇÕES ADICIONAIS

31. Rubricas extrapatrimoniais
32. Activos e passivos expressos em moeda estrangeira
33. Relato por segmento
34. Justo Valor de instrumentos financeiros
35. Gestão de riscos
36. Pensões e outros benefícios de empregados
37. Relações com entidades relacionadas
38. Eventos subsequentes

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 1. INFORMAÇÃO GERAL

O Finibanco, S.A. (Finibanco ou Banco) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social no Porto, constituída por escritura pública outorgada em 28 de Junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, actualmente com o capital social de Euros 104.000.000 representada por 104.000.000 acções nominativas, tituladas, e cujo objecto social é a “realização de todas as operações permitidas aos bancos”.

O Finibanco, S.A. resultou da transferência de uma parte autónoma do estabelecimento bancário com todo o seu aviamento, da sociedade anteriormente denominada Finibanco, S.A., hoje Finibanco-Holding, SGPS S.A.. Esta transferência inseriu-se no processo de reestruturação do Grupo Finibanco realizado com efeitos a partir de 1 de Julho de 2001, pelo qual o Finibanco foi transformado em sociedade gestora de participações sociais, com a denominação Finibanco-Holding, SGPS S.A. e foi criado um novo banco para substituição do anterior, também denominado Finibanco, S.A., que tomou a generalidade do património e negócio bancário daquele, e que é detido a 100% pelo Finibanco-Holding, SGPS S.A., que ocupa o topo da hierarquia do Grupo. Consequentemente, as transacções do Banco são influenciadas pelo Grupo em que se insere.

Em 21 de Julho de 2005 realizou-se a escritura pública de fusão por incorporação no Finibanco, S.A. da sociedade Título – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A. detida a 100% pela mesma empresa mãe, o Finibanco-Holding, SGPS S.A.. Consequentemente o capital social do Finibanco, S.A. foi elevado de m€ 100.000.000 para m€ 104.000.000.

A fusão teve efeitos contabilísticos reportados a 1 de Janeiro de 2005.

O Finibanco integra o denominado Grupo Finibanco que é composto por um grupo de empresas multiespecializadas que oferecem um extenso leque de produtos e serviços financeiros para empresas e investidores, institucionais e particulares.

Para a realização das suas operações, o Banco conta com uma rede nacional de 127 balcões, com uma Sucursal nas Ilhas Cayman e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira.

O Banco obtém os seus principais recursos através dos mercados monetários interbancários e depósitos, os quais aplica, juntamente com os seus capitais próprios e equiparados, principalmente na concessão de crédito a clientes, em aplicações em outras instituições financeiras e em títulos de investimento e de negociação.

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de Fevereiro de 2007 e serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de accionistas de 30 de Março de 2007.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas pela primeira vez de acordo com as Normas de Contabilidade ajustadas (NCA) conforme definido no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas até à data pela Comissão Europeia diferem da versão integral em vigor das IFRS/IAS publicadas pelo IASB no que se refere à eliminação de certas restrições na aplicação da contabilidade de cobertura prevista na IAS 39 – Instrumentos Financeiros – reconhecimento e mensuração.



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, excepto para os activos e passivos financeiros detidos para negociação, activos e passivos ao justo valor através de resultados, Activos financeiros disponíveis para venda e derivados que foram mensurados ao justo valor.

**2.2. Informação comparativa**

Utilizando o regime transitório previsto no Aviso 1/2005 para o exercício de 2005, as demonstrações financeiras divulgadas naquele exercício foram preparadas de acordo com as regras do Plano de Contas para o Sector Bancário (PCSB) e constante da Instrução nº 4/96 de 17 de Junho do Banco de Portugal. Consequentemente as demonstrações financeiras do exercício de 2006 não são directamente comparáveis com as publicadas no exercício de 2005. Com o objectivo de assegurar a comparabilidade foram preparadas demonstrações financeiras reexpressas em NCA's reportadas a 31 de Dezembro de 2005.

**2.3. Principais impactos nos capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005 e 2006 e no resultado de 2005 decorrentes da aplicação das NCA's**

Em consequência da entrada em vigor das novas normas contabilísticas os Capitais Próprios e o Resultado de 2005, em base NCA's alteraram-se conforme segue:

**Impacto da passagem para NCA's nos capitais próprios**

	<b>01.01.2006</b>	<b>01.01.2005</b>
Situação líquida (em PCSB)	119.628	103.914
Ajustamentos para NCA's		
Benefícios aos empregados	2.813	347
Tangíveis	(145)	(237)
Intangíveis	(949)	(1.580)
Impostos diferidos activos	1.003	415
Activos não correntes disponíveis para venda	(623)	(228)
Provisões activos e passivos contingentes	459	459
Periodificação de comissões	(1.185)	(749)
Instrumentos financeiros		
Derivados	22	(284)
Carteira de títulos negociação	535	1.769
Carteira de títulos disponíveis para venda	305	(321)
	2.235	(409)
<b>Situação líquida em NCA's</b>	<b>121.863</b>	<b>103.505</b>

Nota: Os Impostos diferidos activos referem-se a situações já existentes à data de entrada em vigor das novas normas. Os restantes impactos estão líquidos de impostos diferidos.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**Impacto da passagem para NCA`s no resultado líquido**

	<b>31.12.2005</b>
Resultado líquido (em PCSB)	11.281
Ajustamentos para NCA`s	
Benefícios aos empregados	(768)
Tangíveis	92
Intangíveis	631
Impostos diferidos activos	588
Activos não correntes disponíveis para venda	(395)
Provisões activos e passivos contingentes	-
Periodificação de comissões	(435)
Instrumentos financeiros	
Derivados	306
Carteira de títulos negociação	(1.234)
	(1.215)
<b>Resultado líquido em NCA`s</b>	<b>10.066</b>

Resumidamente apresentam-se a origem dos ajustamentos efectuados:

**Benefícios aos Empregados**

De acordo com o PCSB os valores suportados com prémios de antiguidade, subsidio por morte e SAMS eram reconhecidos como custo no momento do respectivo pagamento. Em NCA`s foram registados em Resultados Transitados o valor actual dos prémios de antiguidade a pagar no futuro por serviços passados.

**Tangíveis**

Na data de transição foi analisada e registada a imparidade observada para a totalidade dos Activos tangíveis.

**Intangíveis**

Os critérios constantes da norma IAS 38 para o reconhecimento de activos intangíveis são muito mais exigentes comparativamente às normas PCSB. Assim foram desreconhecidos os activos que não cumpriam com os citados critérios.

**Impostos diferidos**

De acordo com as normas PCSB não é permitido o reconhecimento de impostos diferidos activos. Em NCA`s o seu reconhecimento é preconizado até ao montante que seja possível a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua utilização.

**Activos não correntes disponíveis para venda**

Os bens recebidos em recuperação de crédito foram classificados como activos não correntes disponíveis para venda, actualizadas as avaliações e registados ao menor entre o custo histórico e o seu justo valor deduzido das despesas de venda previstas.

**Provisões, activos e passivos contingentes**

O impacto registado refere-se à anulação de valores que, nos termos na IAS 37, configuravam um passivo contingente.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**Instrumentos Financeiros**

Os ajustamentos efectuados no âmbito da IAS 39 referem-se à reavaliação de derivados e ainda à aplicação das novas regras de mensuração aos activos financeiros detidos para negociação, disponíveis para venda e Outros passivos ao justo valor através de resultados.

**Periodificação de comissões**

De acordo com as NCA's os proveitos e custos associados a activos e passivos financeiros são reconhecidos ao longo da vida das operações. As comissões totalmente contabilizadas como proveito até 31.12.2005, mas que em termos das NCA's deveriam ser reconhecidas ao longo da vida das operações, foram retiradas a resultados transitados em 01.01.2006.

**2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão do Banco tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, réditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas. As situações onde o uso de estimativas é mais significativo são as seguintes:

*Justo valor dos instrumentos financeiros*

Quando os justos valores dos instrumentos financeiros não podem ser determinados através de cotações (*marked to market*) nos mercados activos, são determinados através da utilização de técnicas de valorização que incluem modelos matemáticos (*marked to model*). Os dados de input nesses modelos são, sempre que possível, dados observáveis de mercado, mas quando tal não é possível um grau de julgamento é requerido para estabelecer os justos valores, nomeadamente ao nível da liquidez, correlação e volatilidade.

*Perdas por Imparidade em créditos a clientes*

Os créditos de clientes com posições vencidas e responsabilidades totais consideradas de montante significativo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade. Nesta análise é estimado o montante e prazo dos fluxos futuros. Estas estimativas são baseadas em assumções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade por segmentos de crédito cujas características e riscos similares e determinadas perdas por imparidade com base no comportamento histórico das perdas em activos similares. De destacar que, de acordo com o estabelecido pelo Banco de Portugal as perdas por imparidade só são reconhecidas se superiores aos valores de provisões calculados de acordo com o Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

*Imparidade em instrumentos de capital*

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo e prolongado" requer julgamentos. Neste contexto o Banco determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% por 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

*Activos por impostos diferidos*

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

*Benefícios de reforma*

O nível de responsabilidades relativas a benefícios de reforma é determinado através de avaliação actuarial, na qual se utilizam pressupostos e assumpções sobre taxas de desconto, taxa de retorno esperado dos activos do Fundo de Pensões, aumentos salariais e de pensões futuros e tábuas de mortalidade. Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas. Na Nota 36 são apresentados os pressupostos utilizados.

**2.5 Principais políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

**1) Instrumentos financeiros****a) Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros**

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Os instrumentos financeiros derivados são igualmente reconhecidos na data da transacção.

A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

**b) Mensuração subsequente de instrumentos financeiros**Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Os passivos financeiros de negociação incluem também vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subseqüentes de justo valor relevadas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Outros activos e passivos ao justo valor através de resultados

Estas rubricas incluem os activos e passivos financeiros classificados pelo Banco de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista na IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos e passivos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Em 31 de Dezembro de 2006 o Banco não tinha activos classificados nesta rubrica.

Os passivos financeiros foram designados como passivos ao justo valor através de resultados por se tratarem de instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

*Activos financeiros detidos até à maturidade*

Os activos financeiros detidos até à maturidade compreendem os investimentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto na data de aquisição e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”. À data de 31 de Dezembro de 2006 o Banco não tinha quaisquer activos registados nesta rubrica.

*Activos financeiros disponíveis para venda*

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e outros instrumentos de dívida. Após o reconhecimento inicial são subsequentemente avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda”. Os juros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os dividendos são reconhecidos em resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido, na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”. Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

*Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes*

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido a clientes do Banco.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado acrescido de todos os custos directamente inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas por imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta rendimentos ou encargos directamente imputáveis à originação do activo como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

*Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos, Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados*

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Derivados

Na sua actividade corrente, o Banco utiliza alguns instrumentos financeiros derivados quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nominais das operações de derivados são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respectivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os contratos "forwards" representam compromissos para comprar ou vender um determinado activo (nomeadamente instrumentos do mercado monetário ou divisas) numa data futura a um preço previamente acordado. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

Os "swaps" de moeda correspondem geralmente a uma troca de fluxos financeiros em duas diferentes divisas e respectivas taxas de referência cujo capital é trocado no início e novamente trocado no sentido inverso no termo do contrato, a taxas previamente especificadas. Este instrumento é sujeito a risco de mercado e a risco de crédito.

Os "swaps" da taxa de juro correspondem quer a operações de cobertura quer a operações de negociação relativas a uma troca de juros na mesma moeda onde não se verifica troca de capitais, os quais estão sujeitos a risco de mercado e a risco de crédito.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

Os instrumentos derivados utilizados pelo Banco na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos na IAS 39 para cobertura de justo valor, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos nesta norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos. Caso contrário, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Na designação de uma operação de cobertura, a relação entre o elemento de cobertura e o elemento coberto é formalmente documentada, nomeadamente em relação a:

- Natureza do(s) risco(s) subjacente(s) e estratégia da operação de cobertura de acordo com as políticas de risco do Banco;
- Descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia da cobertura e periodicidade da sua realização.

Caso sejam considerados derivados de cobertura, periodicamente, são efectuadas análises da eficácia realmente atingida com a relação de cobertura, nomeadamente, através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto, atribuíveis ao risco coberto.

Os resultados apurados no âmbito dos instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos nos proveitos e custos do exercício, tal como no caso dos instrumentos derivados de negociação, caso o resultado do teste de eficácia efectuado se encontre dentro dos parâmetros definidos na IAS 39 (80%-125%).

Os instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos em balanço pelo seu justo valor (no activo se o mesmo for positivo e no passivo se for negativo). Os resultados da avaliação subsequente do justo valor são reconhecidos nos resultados do exercício em simultâneo com os resultados de avaliação ao justo valor do instrumento coberto na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O recurso a derivados pelo Banco para cobertura de exposições a riscos financeiros e de mercado ocorre, principalmente, nas seguintes situações:

- Cobertura de passivos com indexação a activos de referência  
O Banco emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivados OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor;
- Cobertura do risco de operações de derivados com clientes  
O Banco contrata derivados OTC (essencialmente forwards) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado;
- Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos efectuadas pelo Banco.

Contudo, nas demonstrações financeiras não se encontram consideradas quaisquer operações de cobertura, dado que todos os instrumentos derivados existentes ou foram classificados como de negociação por não cumprirem os requisitos de contabilidade de cobertura da IAS 39, ou estão associados a passivos designados ao justo valor através de resultados. Consequentemente todos os derivados encontram-se registados em activos e passivos de negociação.

**Determinação do justo valor**

Para efeitos de mensuração subsequente, o justo valor utilizado na mensuração de activos e passivos financeiros foi determinado da seguinte forma:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

**Imparidade em instrumentos financeiros**

O Banco avalia em cada data de apresentação de contas se existe alguma evidência objectiva que um activo ou grupo de activos financeiros se encontra em imparidade. Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) após a data de reconhecimento inicial, tiver um impacto mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros desse activo ou grupo de activos.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Banco traduz-se na observação de eventos de perda, dos quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor, sendo provável que o devedor entre em processo de reestruturação financeira, ou venha a ser considerado falido ou insolvente; ou
- Ocorrência de alterações adversas das condições e/ou capacidade de pagamento ou das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

**Créditos a clientes**

Para os créditos a clientes mensurados ao custo amortizado, o Banco inicialmente procede à uma análise individual, para os clientes com responsabilidades totais consideradas significativas, para aferir se existe

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

evidência objectiva de imparidade. Caso seja determinado que não existe evidência objectiva de imparidade, estes créditos são incluídos na análise colectiva efectuada por segmentos com características e riscos similares, juntamente com os créditos considerados não significativos.

Se existir evidência de perda por imparidade num activo ou grupo de activos, o montante da perda é determinado pela diferença entre o seu valor e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade estabelecido, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto (avaliação colectiva), os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Banco entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, a fim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

O valor de balanço do activo ou do grupo de activos é reduzido por contrapartida da rubrica de resultados de perdas por imparidade "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações". Os juros destes activos continuam a ser reconhecidos sobre o montante reduzido do Balanço com base na taxa efectiva original.

O valor da imparidade assim obtido é confrontado com o montante das provisões registadas nos termos do Aviso nº 3/95, que é o referencial mínimo de provisionamento permitido pelo Banco de Portugal. Dos cálculos até ao momento efectuados, a diferença entre as provisões registadas em cumprimento do Aviso nº 3/95 e o valor da imparidade para crédito tem sido positiva, prevalecendo portanto os montantes registados nos termos daquele Aviso.

Os activos e imparidade associada são abatidos do activo quando existem baixas probabilidades de recuperação.

Se nos exercícios subsequentes, o montante de imparidade estimada aumentar ou reduzir em resultado de eventos subsequentes ao reconhecimento da imparidade inicial, o valor de imparidade é aumentado ou reduzido por contrapartida da rubrica de resultados acima referida. Se forem recuperados créditos abatidos o montante recuperado é creditado em resultados de mesma rubrica de Imparidade acima referida.

***Activos disponíveis para venda***

Os activos financeiros disponíveis para venda são considerados em imparidade quando se verifica um significativo e prolongado declínio nos justos valores, abaixo dos preço de custo, ou quando existam outras evidências objectivas de imparidade. Neste contexto o Banco determinou que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 50% por mais 1 ano é considerado significativo e prolongado. Adicionalmente, são avaliados outros factores, tal como o comportamento da volatilidade nos preços dos activos.

**c) *Desreconhecimento de activos e passivos financeiros******Activos financeiros***

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- i) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou
- ii) os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
- iii) Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Quando os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos ou tenha sido celebrado um acordo de "pass-through" e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Banco pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

*Passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respectivos valores é reconhecida em resultados do exercício.

**2) Transacções em moeda estrangeira**

As transacções em moeda estrangeira são reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. Diferenças cambiais originadas por operações liquidadas em datas diferentes da transacção ou diferenças não realizadas em activos e passivos monetários não liquidados são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica “Resultados de Reavaliação cambial”.

**3) Operações de locação financeira**

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que contratualmente sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. Estas operações são registadas da seguinte forma:

➤ Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor do activo, em Outros activos fixos tangíveis e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como em resultados na rubrica “Juros e encargos similares”.

➤ Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como em resultados na rubrica “Juros e rendimentos similares”.

**4) Activos não correntes detidos para venda**

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo do Banco e se houver suficiente prova de que o Banco continua comprometido com o seu plano de vender o activo.

O Banco regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Os imóveis recebidos em dação que não cumpram integralmente os critérios acima referidos são registados temporariamente em “Outros Activos”.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Os activos registados nesta categoria e os imóveis registados em “Outros Activos” são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

### 5) Outros Activos Tangíveis

A rubrica de “Outros Activos tangíveis” inclui imóveis de serviço próprio, viaturas de serviço e outros equipamentos.

Os outros activos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifiquem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias daí resultantes são incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta “reservas legais de reavaliação”.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada:

	Anos
Imóveis de serviço próprio:	
Edifícios	50
Benfeitorias	8
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento:	
Instalações	20
Mobiliário e material	10
Equipamento informático	4 a 8
Outras imobilizações corpóreas	8 a 16

Um activo tangível é desreconhecido quando vendido ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros Resultados de exploração”.

### 6) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

### 7) Benefícios aos empregados

#### Plano de pensões de reforma por benefício definido

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, reforma antecipada, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para cobertura destas responsabilidades, o Banco dispõe de um Fundos de Pensões autónomo gerido por entidade independente, para os quais são realizadas contribuições anualmente.

O Banco procede à avaliação das responsabilidades por serviços passados dos seus trabalhadores, tendo em consideração a posição que assumiu no momento de adesão ao ACTV, na qual prevê que a sua responsabilidade é determinada apenas a partir da data de admissão no Banco e não na data de admissão dos seus trabalhadores no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão no Banco será imputável às anteriores entidades financeiras, pelo que estas responsabilidades por serviços passados não são asseguradas pelos Fundos de Pensões do Banco. Esta posição é suportada por pareceres da Direcção Jurídica do Finibanco, S.A. e de peritos independentes.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19.

O passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 36). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos no balanço (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição para as NCA’s, o Banco adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos.

Em Dezembro de 2005 o Banco de Portugal, através do Aviso 12/2005, veio introduzir alterações ao Aviso 12/2001. Tendo o Finibanco, em matéria de Fundo de Pensões, e com referência a 31 de Dezembro de 2005, ajustado quer os pressupostos financeiros, quer a tábua de mortalidade, procedeu ao registo contabilístico dos impactos decorrentes destas alterações de acordo com os artigos 13-A e 13-B, aditados ao Aviso 12/2001 pelo referido Aviso 12/2005.

Deste modo o acréscimo de responsabilidades decorrente da alteração dos pressupostos financeiros, foi registado na conta de Despesas com encargo diferido, que serão levados a Resultados Transitados durante um período de 5 anos. No que concerne ao acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da Tábua de mortalidade, foi o mesmo registado por contrapartida de Flutuação de Valores. Os valores que ainda não foram relevados como custo, estão registadas em Outros Activos (Nota 13).

#### Outros benefícios

Para além das pensões, o Banco tem ainda outras responsabilidades por benefícios aos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica (SAMS), Subsídio por morte e Prémio de Antiguidade.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de Outros Passivos por contrapartida da rubrica de resultados “Custos com o pessoal”.

### **8) Provisões e Passivos contingentes**

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Banco de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Adicionalmente, o Banco regista no Passivo as provisões para riscos gerais de crédito, conforme previsto no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

### **9) Impostos**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

O Finibanco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira ao abrigo do artigo 41º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, beneficia de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

O imposto corrente é reconhecido como um custo com base na taxa aplicável em cada território no exercício em que os lucros tributáveis foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros por prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos como activos por impostos diferidos na medida em que é provável a existência de lucros fiscais no futuro que permitam a utilização dessas perdas fiscais.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O Banco regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar ou a recuperar no futuro decorrentes de diferenças temporárias nos activos ou passivos, tributáveis ou dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, impactos de conversão para as Normas de Contabilidade Ajustadas que só vão ser reconhecidos fiscalmente nos exercícios seguintes, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base mensal, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

**10) Distribuição de dividendos**

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de Capital quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício aprovados pelo Conselho de Administração após a data de referência das demonstrações financeiras são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras (Nota 21).

**11) Reconhecimento de proveitos e custos**

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Banco e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

**12) Rendimentos e encargos por serviços e Comissões**

O Banco cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado serviço pontual.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um serviço pontual são reconhecidas no momento em que ocorre o referido serviço.

**13) Garantias financeiras**

No decurso normal das suas actividades bancárias, o Banco presta garantias financeiras, tais como cartas de crédito, garantias bancárias, e créditos documentários, as quais são reconhecidas em contas extrapatrimoniais pelo seu valor contratual (Nota 31). Estas exposições são incluídas na análise individual e colectiva de imparidade considerando factores de conversão em crédito, tal como definidos nas disposições prudenciais do Banco de Portugal sobre esta matéria. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas de forma linear em resultados, na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

**14) Fundo de garantia de depósitos**

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, foi criado em Novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e títulos de depósito e foi amortizada em 60 meses a partir de Janeiro de 1995. As contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como um custo no exercício a que dizem respeito.

**15) Caixa e equivalentes de caixa**

Na Demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa correspondem a valores em caixa, saldos à ordem junto do banco central e outras instituições de crédito.

**3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS**

O detalhe da rubrica "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 é como segue:

	31-12-2006	31-12-2005
Caixa	40.136	35.666
Disponibilidades à ordem no Banco de Portugal	16.033	49.035
	<b>56.169</b>	<b>84.701</b>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 é como segue:

	31-12-2006	31-12-2005
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos à ordem	45	72
Cheques a cobrar	53.360	40.119
	<u>53.405</u>	<u>40.191</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	5.506	5.074
Cheques a cobrar	1.538	2.174
	<u>7.044</u>	<u>7.248</u>
	<u>60.449</u>	<u>47.439</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país em 31 de Dezembro de 2006 foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2007.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

O detalhe da rubrica de outros "Activos financeiros detidos para negociação" era em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 como a seguir se mostra:

	31-12-2006	31-12-2005
<b><u>Títulos</u></b>		
<b>Instrumentos de capital</b>		
Emitidos por residentes		
Acções	15.017	4.695
Emitidos por não residentes		
Acções	12.752	5.165
	<u>27.769</u>	<u>9.860</u>
<b>Outros</b>		
Emitidos por residentes	758	-
Emitidos por não residentes	28.016	-
	<u>28.774</u>	<u>-</u>
	<u>56.543</u>	<u>9.860</u>
<b><u>Instrumentos derivados com justo valor positivo</u></b>		
<b>Swaps</b>		
Divisas	49	480
Taxa de juro	2.327	3.164
	<u>2.376</u>	<u>3.644</u>
	<u>58.919</u>	<u>13.504</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II. Não existem títulos não cotados nesta rubrica.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos financeiros disponíveis para venda” era, em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, como a seguir se demonstra:

	31-12-2006	31-12-2005
<b><u>Títulos</u></b>		
<b>Instrumentos de dívida</b>		
Emitidos por residentes		
De dívida pública portuguesa	10.495	5.571
De outros residentes	971	4.724
	<u>11.466</u>	<u>10.295</u>
Emitidos por não residentes		
Emissores públicos estrangeiros	5.216	9.615
	<u>16.682</u>	<u>19.910</u>
<b>Instrumentos de capital</b>		
Emitidos por residentes		
Acções	37.476	2.703
Perdas de imparidade (Nota 36)	( 691)	( 691)
	<u>36.785</u>	<u>2.012</u>
Emitidos por não residentes		
Acções	8	8
	<u>36.793</u>	<u>2.020</u>
<b>Outros</b>		
Emitidos por não residentes	2.361	2.180
	<u>55.836</u>	<u>24.110</u>

Os títulos incluídos nesta rubrica encontram-se detalhados no Anexo II.

Todos os títulos incluídos nesta rubrica são cotados, excepto o valor líquido de m.Euros 2.051 relativos a instrumentos de capital (m.Euros 2.012 em 2005).

A totalidade dos títulos da dívida pública portuguesa e ainda m.Euros 456 relativos a instrumentos de dívida por emissores públicos estrangeiros encontram-se penhorados a favor de terceiros.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31-12-2006	31-12-2005
Até 3 meses	251	-
De 3 meses a 1 ano	604	9.144
De 1 a 5 anos	12.509	10.766
Superior a 5 anos	3.318	-
	<u>16.682</u>	<u>19.910</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O detalhe da rubrica de “Aplicações em instituições de crédito” era, em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, como a seguir se mostra:

	31-12-2006	31-12-2005
<b><u>Aplicações</u></b>		
<b>No país</b>		
Em outras instituições de crédito		
Mercado monetário interbancário	-	40.000
Empréstimos	139.786	92.805
	<u>139.786</u>	<u>132.805</u>
<b>No estrangeiro</b>		
Em outras instituições de crédito		
Aplicações a muito curto prazo	20.000	-
Outras aplicações	21.686	4.323
	<u>41.686</u>	<u>4.323</u>
	<u>181.472</u>	<u>137.128</u>
<b><u>Juros a receber</u></b>		
<b>De aplicações em instituições de crédito</b>		
Instituições de crédito no país	1.008	850
Instituições de crédito no estrangeiro	315	26
	<u>1.323</u>	<u>876</u>
	<u>182.795</u>	<u>138.004</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31-12-2006	31-12-2005
Até 3 meses	119.281	122.152
De 3 meses a 1 ano	62.191	14.976
	<u>181.472</u>	<u>137.128</u>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

8. CRÉDITOS A CLIENTES

O detalhe da rubrica “Crédito a clientes” era, em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, como a seguir se mostra:

	31-12-2006	31-12-2005
<b><u>Crédito</u></b>		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	1.564.876	1.366.337
Ao exterior	19.511	22.955
	<u>1.584.387</u>	<u>1.389.292</u>
Crédito e juros vencidos		
Crédito interno e juros vencidos	35.638	33.835
Crédito externo e juros vencidos	141	184
Juros vencidos a regularizar	403	219
Despesas de crédito vencido	139	118
	<u>36.321</u>	<u>34.356</u>
	<u>1.620.708</u>	<u>1.423.648</u>
Perdas de imparidade (Nota 18)	( 30.747)	( 26.634)
	<u><b>1.589.961</b></u>	<u><b>1.397.014</b></u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	51.029	47.790
Créditos e juros vencidos		
Outros créditos vencidos	110	110
Perdas de imparidade (Nota 18)	( 110)	( 110)
	<u><b>51.029</b></u>	<u><b>47.790</b></u>
<b><u>Juros a receber, Receitas com rendimento diferido e Despesas com encargo diferido</u></b>		
Juros a receber		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	8.012	6.401
Externo	74	107
	<u>8.086</u>	<u>6.508</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida	489	326
	<u><b>8.575</b></u>	<u><b>6.834</b></u>
Receitas com rendimento diferido		
Crédito não representado por valores mobiliários		
Interno	( 3.195)	( 3.344)
	<u><b>1.646.370</b></u>	<u><b>1.448.294</b></u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

A rubrica “Crédito a clientes”, inclui créditos reestruturados no montante de m.Euros 10.731, para os quais dispõe de perdas de imparidade no montante de m.Euros 2.229.

Do total da carteira de crédito 27% foi objecto de análise individual de imparidade e 73% objecto de análise colectiva (em 2005 25% e 75% respectivamente).

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, o detalhe da rubrica “Crédito não representado por valores mobiliários” por tipo de crédito era como segue:

	31-12-2006	31-12-2005
Empresas e administrações públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	233.004	239.222
Empréstimos	216.941	154.559
Créditos em conta corrente	509.787	429.420
Descoberto em depósitos à ordem	16.482	12.315
Locação financeira mobiliária	35.960	29.517
Locação financeira imobiliária	75.972	62.187
Outros créditos	1.184	30.297
	<u>1.089.330</u>	<u>957.517</u>
Particulares		
Habitação		
Locação financeira	16.770	24.020
Outros créditos	249.889	228.140
	<u>266.659</u>	<u>252.160</u>
Consumo		
Locação financeira	4.444	3.582
Outros créditos	142.147	158.420
	<u>146.591</u>	<u>162.002</u>
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	16.477	12.320
Empréstimos	9.771	2.607
Créditos em conta corrente	37.590	2.630
Descoberto em depósitos à ordem	5.767	-
Locação financeira	12.202	37
Outros créditos	-	19
	<u>81.807</u>	<u>17.613</u>
	<u>1.584.387</u>	<u>1.389.292</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 a rubrica "Créditos a clientes" apresenta a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31-12-2006	31-12-2005
Crédito não representado por valores mobiliários		
Até 3 meses	441.685	427.135
De 3 meses a 1 ano	459.997	377.008
De 1 a 5 anos	234.536	198.910
Superior a 5 anos	448.169	386.239
	<u>1.584.387</u>	<u>1.389.292</u>
Outros créditos e valores a receber (titulados)		
De 3 meses a 1 ano	1.249	1.250
De 1 a 5 anos	49.780	46.540
	<u>51.029</u>	<u>47.790</u>
	<u>1.635.416</u>	<u>1.437.082</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

9. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de “Activos não correntes detidos para venda”, em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, bem como o movimento ocorrido no exercício de 2006, era como a seguir se mostra:

	<b>Valor inicial</b>	Aquisições	Alienações no	<b>Valor de</b>
	<b>31-12-2005</b>	no período	período	<b>Balanço</b>
				<b>31-12-2006</b>
<b>Activos tangíveis não correntes detidos pa venda</b>				
Imóveis	12.827	10.562	( 7.983)	15.406
Equipamento	18	32	( 50)	-
Outros	6.357	-	-	6.357
	<b>19.202</b>	<b>10.594</b>	<b>( 8.033)</b>	<b>21.763</b>

10. ACTIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2006 na rubrica de “Outros activos tangíveis” são apresentados no anexo III.

11. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2006 nas rubrica de “Activos intangíveis” são apresentados no anexo III.

12. ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 a rubrica “Activos por impostos correntes e diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

	<b>31-12-2006</b>	<b>31-12-2005</b>
<b>Activos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	2	-
	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>Activos por impostos diferidos</b>		
Diferenças temporárias		
Provisões não aceites fiscalmente	1.413	1.011
Activos tangíveis	11	55
Activos intangíveis	170	360
Benefícios de empregados	5.661	6.405
Instrumentos financeiros	1.260	621
Activos não corrente disponíveis para venda	189	236
Prejuízos fiscais	-	-
	<b>8.704</b>	<b>8.688</b>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

13. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica “Outros activos” em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, é como segue:

	31-12-2006	31-12-2005
Outras disponibilidades	4	5
Devedores e outras aplicações vencidas	861	854
Devedores e outras aplicações		
Devedores por operações sobre futuros e opções	654	450
Aplicações diversas	26.959	23.515
Sector público administrativo	321	647
Devedores diversos	570	644
Outros activos		
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	107	121
Outros juros e rendimentos similares	232	311
Outros rendimentos a receber	6.957	5.930
Outras despesas com encargo diferido		
Fundo de Pensões e outros benefícios de longo prazo	17.759	22.032
Outros	1.307	1.067
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 36)		
Excesso do Fundo (Nota 36)	584	-
Flutuação de valores	2.884	3.480
Outras contas de regularização	7.270	10.595
	<u>66.469</u>	<u>69.651</u>
Imparidade acumulada (Nota 18)	( 861)	( 601)
	<u><b>65.608</b></u>	<u><b>69.050</b></u>

O saldo da rubrica “Devedores por operações sobre futuros e opções” refere-se a margens depositadas em instituições financeiras estrangeiras para realização de operações de futuros.

A rubrica “Aplicações diversas” inclui o valor dos imóveis recebidos em dação que não cumprem os requisitos da IFRS5 (m.Euros 26.268 em 31 de Dezembro de 2006 e m.Euros 22.847 em 31 de Dezembro de 2005). Contudo, foi mantido o critério de mensuração pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor dos imóveis.

14. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A rubrica de “Passivos financeiros detidos para negociação” em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 detalha-se como o quadro seguinte demonstra:

	31-12-2006	31-12-2005
Vendas a descoberto		
Instrumentos de capital	5.245	4.092
Instrumentos derivados com justo valor negativo		
Swaps		
Divisas	31	-
Taxa de juro	20.501	6.529
Futuros e outras operações a prazo		
Divisas	35	141
	<u><b>25.812</b></u>	<u><b>10.762</b></u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 15. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” têm a seguinte composição:

	31-12-2006	31-12-2005
Dívida emitida		
Obrigações não subordinadas	102.210	115.890
Obrigações subordinadas	94.976	94.976
	<u>197.186</u>	<u>210.866</u>
Correcções de valor de passivos que sejam objecto da opção pelo justo valor		
Obrigações não subordinadas	( 8.388)	( 2.117)
Obrigações subordinadas	( 9.295)	( 954)
	<u>( 17.683)</u>	<u>( 3.071)</u>
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Sem carácter subordinado	3.344	3.063
Com carácter subordinado	105	400
	<u>3.449</u>	<u>3.463</u>
	<u><b>182.952</b></u>	<u><b>211.258</b></u>

Os passivos incluídos nesta rubrica foram designados no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados por incluírem derivados embutidos. A estes passivos estão associados derivados de taxa de juro que foram classificados como derivados de negociação em conformidade com as disposições da IAS 39 sobre a opção pelo justo valor (*fair value option*) (Notas 5 e 14).

O detalhe da rubrica " Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" em 31 de Dezembro de 2006 é como segue:

Descrição	Valor nominal	Remuneração	Reembolso e pagamento de juros
<b>DÍVIDA EMITIDA NÃO SUBORDINADA</b>			
<b>Emitidos em anos anteriores</b>			
Obrigações de caixa "FNB Cabaz de Acções 04/07"	4.710	A	26 de Janeiro de 2007
Obrigações de caixa "FNB Cabaz Europa 04/07"	4.550	B	7 de Abril de 2007
Obrigações de caixa "FNB Super Cabaz Europeu 05/11"	15.000	C	21 de Março de 2011
Obrigações de caixa "FNB Rendimento Conservador 05/07"	15.000	D	20 de Junho de 2007
Obrigações de caixa "FNB Rendimento Moderado 05/07"	2.500	E	20 de Junho de 2007
Obrigações de caixa "FNB Cabaz Mundial 05/10"	3.000	F	19 de Dezembro de 2010
Obrigações de caixa "FNB Taxa Acumulada 05/11"	35.000	G	19 de Dezembro de 2011
<b>Emitidos no exercício</b>			
Obrigações de caixa "FNB Índices 06/08"	5.150	H	1 de Março de 2008
Obrigações de caixa "FNB Remuneração Garantida 2006"	2.700	I	7 de Abril de 2012
Obrigações de caixa "FNB Cupão Anual 06/11"	14.600	J	20 de Junho de 2011
	<u><b>102.210</b></u>		
<b>DÍVIDA EMITIDA SUBORDINADA</b>			
<b>Emitidos em anos anteriores</b>			
Obrigações de caixa subordinadas "VARFIX"	9.976	K	7 de Dezembro de 2008
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Garantido 05/13"	25.000	L	9 de Maio de 2013
Obrigações de caixa subordinadas "FNB Rendimento Seguro 05/15"	60.000	M	9 de Junho de 2015
	<u><b>94.976</b></u>		

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- A - A remuneração será paga no fim da vida útil do empréstimo. Considerando o seguinte cabaz de referência:

<u>Acção</u>	<u>Bloomberg</u>	<u>Bolsa</u>
Altria Group	MO UN	NYSE
Bayer AG	Bay GY	Deutsche Borse
Sony Corp	6758 JT	Tokyo Stock Exchange
GlaxoSmithKline	GSK LN	London Stock Exchange
Intel Corporation	INTC UQ	Nasdaq Stock Market,

O cupão será igual a:

<u>Taxa</u>		<u>N</u>
20%	se	5
10%	se	4
5%	se	3
3%	se	2, 1 ou 0,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja cotação, na data de referência final, for maior ou igual do que 95% da sua cotação de fecho em 26 de Janeiro de 2004.

- B - A remuneração, que será paga no final da vida do empréstimo, terá um mínimo de 3% e será indexada à média aritmética dos valores de fecho trimestrais do índice Eurostoxx50, como segue:

$\text{Max}[3\%; 66\% \times \text{MaxAno } i=1 \text{ a } 3(\text{ Observ. Ano } i)]$ , onde

$\text{Observ. Ano } i = (\text{Índice K} - \text{Índice 0}) / \text{Índice 0}$

Índice – Eurostoxx 50, tal como divulgado na Bloomberg (SX5E Index)

Índice K – Média aritmética dos valores de fecho do Índice nos dias 7 dos meses de Julho, Outubro, Janeiro e Abril, com início em 7 de Julho de 2004 e fim no dia 7 de Abril do ano a que respeita a observação, com excepção do último valor que será apurado 5 dias úteis antes do vencimento. Deste modo teremos 4 datas de referência no 1º ano, 8 no 2º ano e 12 no 3º.

Índice 0 – Valor de fecho do Índice no dia 7 de Abril de 2004.

- C - A remuneração será constituída por um cupão fixo e por 4 cupões variáveis.

O cupão fixo será pago no final do 2º ano e será igual a 8% sobre o valor nominal.

Os cupões variáveis serão pagos anualmente, do 3º ao 6º ano, e serão apurados segundo o número de acções (N) do cabaz de referência abaixo cuja performance desde o início seja igual ou superior à do Índice Eurostoxx50 para o mesmo período.

Considerando o seguinte cabaz de referência:

<u>Acção</u>	<u>Bloomberg</u>	<u>Bolsa</u>
E.On	EOA GY	Frankfurt
ENEL	ENEL IM	Milão
ENI	ENI IT	Milão
Fortis	FORA NA	Euronext Amsterdam
France Telecom	FTE FP	Euronext Paris
Ing Groep	INGA NA	Euronext Amsterdam
Nokia	NOK1V FH	Helsínquia
Royal Dutch Petroleum	RDA NA	Euronext Amsterdam
Santander	SAN SQ	Madrid
TIM	TIM IM	Milão,

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

o cupão será igual a:

<u>Taxa</u>		<u>N</u>
8%	se	10
5%	se	7 a 9
1%	se	0 a 6,

onde N é o número de acções do cabaz de referência cuja performance ( $PerfAcção_i^j$ ), for maior ou igual do que a performance do Índice Eurostoxx50 ( $PerfInd_i$ ) para o mesmo período e

$$PerfAcção_i^j = (Acção_i^j - Acção_0^j) / Acção_0^j$$

$$PerfInd_i = (Ind_i - Ind_0) / Ind_0$$

$Acção_i^j$  = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Acção_0^j$  = Cotação de fecho da acção j (j = 1 a 10) na Data de Liquidação

$Ind_i$  = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) nas Datas de Observação i (i = 1 a 4)

$Ind_0$  = Valor de fecho do Índice Eurostoxx 50 (SX5E) na Data de Liquidação

- D - A remuneração, que será paga no final da vida do empréstimo e calculada sobre o valor nominal, terá um mínimo de 3% e um máximo de 33,6%, e será indexada à maior das 24 variações médias mensais acumuladas do índice Eurostoxx 50.

O limite máximo para cada uma das variações positivas é de 1,4%.

A remuneração calcula-se como se segue:

$\text{Max } [3\%; \text{Max}_{i=1 \text{ a } 24} (\text{Performance Acumulada}_i)]$ , onde

$\text{Performance Acumulada}_i = \sum_{k=1 \text{ a } i} (\text{Performance Acumulada Ind}_k)$

$\text{Performance Acumulada Ind}_k = \text{Min} [(Ind_k - Ind_{k-1}) / Ind_{k-1} ; 1,4\%]$

$Ind_k$  = cotação de fecho do índice DJ Eurostoxx 50 (Bloomberg: SX5E) na data de observação k (k = 1 a 24)

- E - A remuneração, que será paga no final da vida do empréstimo e calculada sobre o valor nominal, terá um mínimo de 1% e um máximo de 41,8%, e será indexada à maior das 24 variações médias mensais acumuladas do índice Eurostoxx 50.

O limite máximo para cada uma das variações positivas é de 1,7%.

A remuneração calcula-se como se segue:

$1\% + \text{Max } [0\%; \text{Max}_{i=1 \text{ a } 24} (\text{Performance Acumulada}_i)]$ , onde

$\text{Performance Acumulada}_i = \sum_{k=1 \text{ a } i} (\text{Performance Acumulada Ind}_k)$

$\text{Performance Acumulada Ind}_k = \text{Min} [(Ind_k - Ind_{k-1}) / Ind_{k-1} ; 1,7\%]$

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

$Ind_k$  = cotação de fecho do índice DJ Eurostoxx 50 (Boomberg: SX5E) na data de observação k (k = 1 a 24)

F - A remuneração será constituída por um 1º cupão fixo, no final do 1º ano:

1º cupão: 5%

Será pago um 2º cupão na Data de Cupão que for precedida por uma Data de Observação em que todos os 3 Índices do Cabaz apresentarem um valor igual ou superior ao registado em 19 de Dezembro de 2005.

Quando o 2º cupão for pago o empréstimo obrigacionista reembolsa.

Data de cupão	1º cupão	2º cupão
19-Dez-2006	5,00%	
19-Dez-2007		4,75%
19-Dez-2008		9,50%
19-Dez-2009		14,25%
19-Dez-2010		19,00%

Se qualquer Data de Cupão não coincidir com um dia útil, passará para o dia útil segundo, segundo o calendário Target.

G - A remuneração será paga semestralmente, e os 2 primeiros cupões serão fixos:

1º cupão: 5,5% (taxa anual)

2º cupão: 4,5% (taxa anual)

A partir do 3º cupão, a remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

Cupão anterior \*  $n/N$ , onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Semestre	Intervalo
1º	-
2º	-
3º	[0%; 3,90%]
4º	[0%; 4,00%]
5º	[0%; 4,25%]
6º	[0%; 4,40%]
7º	[0%; 4,40%]
8º	[0%; 4,40%]
9º	[0%; 4,40%]
10º	[0%; 4,40%]
11º	[0%; 4,40%]
12º	[0%; 4,40%]



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- H - A remuneração será anual ( $j=1$  a 2) e calculada de acordo como segue:

$$\text{Cupão}_j = \text{Factor}_4^j * \text{MAX} \{0\%; \frac{1}{4} \sum_{i=1}^{a4} [(NKY_4^*(j-1)+k/NKY_4^*(j-1)+k-1)-SPX_4^*(j-1)+k/SPX_4^*(j-1)+k-1)]\}$$

$$\text{Factor}_i = \text{MAX} (0\%; \text{Factor}_{i-1} + A_i * 10\%), \text{ onde}$$

$$A_i = 1 \text{ se } NKY_i / NKY_{i-1} \geq SPX_i / SPX_{i-1}$$

$$A_i = -1, \text{ em caso contrário}$$

$$\text{Factor}_0 = 100\%$$

$NKY_i$  – valor de fecho do índice Nikkei225 na Data de Observação  $i$

$SPX_i$  – valor de fecho do índice S&P500 na Data de Observação  $i$

$NKY_0$  – valor de fecho do índice Nikkei225 na Data de Liquidação

$SPX_0$  – valor de fecho do índice S&P500 na Data de Liquidação

Será pago um cupão final, na data de reembolso, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Max} [0\%; (2\% - \text{soma de todos os cupões pagos até à data})].$$

- I - O 1º cupão será pago em 7 de Abril de 2008 sendo igual a

$$3\% * \text{valor nominal}.$$

Se não ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2012 e será igual a:

$$21\% * \text{valor nominal}, \text{ se } \text{Euribor 6 meses}_6 > \text{Euribor 6 meses}_0 + 0,90\%;$$

$$3\% * \text{valor nominal}, \text{ no caso contrário}.$$

Se ocorrer o reembolso antecipado, o 2º cupão será pago em 7 de Abril de 2010 e será igual a  $13\% * \text{valor nominal}$ .

Entende-se por:

$\text{Euribor 6 meses}_0$  a Euribor 6 meses registada em 7 de Abril de 2006;

$\text{Euribor 6 meses}_6$  a Euribor 6 meses registada no 5.º dia útil anterior a 7 de Abril de 2012.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

J - A remuneração é como se segue:

Data Cupão	Taxa
20 de Junho de 2007	5,25%
20 de Junho de 2008	Máx [0; 4,0%* (1-n/2)]
20 de Junho de 2009	Máx [0; 5,0%* (1-n/3)]
20 de Junho de 2010	Máx [0; 6,0%* (1-n/4)]
20 de Junho de 2011	Máx [0; 7,5%* (1-n/5)]

onde n é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito

O valor dos juros a pagar será calculado pela multiplicação entre a taxa do cupão e o valor nominal.

K - Média aritmética da Lisbor 6 meses mais 1% arredondada para a centésima superior. No entanto se a taxa Lisbor ou Euribor for superior a 4.4% a remuneração transforma-se numa taxa fixa de 5.4% até ao final do empréstimo.

L - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$ , onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Euribor 6 meses é a taxa patrocinada pela Federação Bancária Europeia em associação com a Associação Cambista Internacional, na Base Actual/360 e divulgada cerca das 11 horas de Bruxelas, na página EURIBOR01 da Reuters, ou noutra que a substitua.

O valor da Euribor 6 meses observado no 5º dia útil anterior à data de pagamento do cupão respectivo aplicar-se-á aos dias remanescentes desse período.

- M - A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual):

$n/N * 5\% + m/N * 1\%$ , onde

n é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado

m é o nº de dias úteis do período respectivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado

N é o nº de dias úteis do período respectivo

Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão

Período	Data cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60 ; 2,75%]
2º semestre	09-Jun-06	[1,60 ; 3,00%]
3º semestre	09-Dez-06	[1,60 ; 3,25%]
4º semestre	09-Jun-07	[1,60 ; 3,50%]
5º semestre	09-Dez-07	[1,70 ; 3,75%]
6º semestre	09-Jun-08	[1,70 ; 3,75%]
7º semestre	09-Dez-08	[1,70 ; 3,75%]
8º semestre	09-Jun-09	[1,70 ; 4,00%]
9º semestre	09-Dez-09	[1,80 ; 4,00%]
10º semestre	09-Jun-10	[1,80 ; 4,25%]
11º semestre	09-Dez-10	[1,80 ; 4,25%]
12º semestre	09-Jun-11	[1,80 ; 4,50%]
13º semestre	09-Dez-11	[1,90 ; 4,50%]
14º semestre	09-Jun-12	[1,90 ; 4,50%]
15º semestre	09-Dez-12	[1,90 ; 4,50%]
16º semestre	09-Jun-13	[1,90 ; 4,50%]
17º semestre	09-Dez-13	[2,00 ; 4,50%]
18º semestre	09-Jun-14	[2,00 ; 4,50%]
19º semestre	09-Dez-14	[2,00 ; 4,50%]
20º semestre	09-Jun-15	[2,00 ; 4,50%]

Em 31 de Dezembro de 2006, o Finibanco tinha negociado swaps para cobertura do risco associado à remuneração variável dos empréstimos obrigacionistas emitidos.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 16. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Recursos de outras instituições de crédito” têm a seguinte composição:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>No país</b>		
Mercado monetário interbancário	15.000	40.000
Depósitos	48.580	43.774
Empréstimos	20.421	4.238
Outros recursos	-	-
	<u>84.001</u>	<u>88.012</u>
<b>No estrangeiro</b>		
Em outras instituições de crédito		
Recursos de muito curto prazo	-	5.530
Depósitos	178	7.313
Empréstimos	35.000	14.572
Outros recursos	582	820
	<u>35.760</u>	<u>28.235</u>
	<u>119.761</u>	<u>116.247</u>
<b>Juros de recursos de outras instituições de crédito</b>		
Recursos de instituições de crédito no país	611	228
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	116	35
	<u>727</u>	<u>263</u>
	<u>120.488</u>	<u>116.510</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	31-12-2006	31-12-2005
Até 3 meses	81.081	98.604
De 3 meses a 1 ano	38.680	17.643
	<u>119.761</u>	<u>116.247</u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, a rubrica “Recursos de clientes e outros empréstimos” têm a seguinte composição:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>Recursos de clientes</b>		
<b>Depósitos</b>		
<b>De residentes</b>		
Do sector público administrativo		
À ordem	18.758	18.550
A prazo	139.703	38.895
	<u>158.461</u>	<u>57.445</u>
De emigrantes		
À ordem	2.046	1.593
A prazo	11.341	8.854
De poupança	4.283	4.375
	<u>17.670</u>	<u>14.822</u>
De outros residentes		
À ordem	457.207	441.551
A prazo	970.661	773.598
De poupança	25.010	26.687
Outros	48	77
	<u>1.452.926</u>	<u>1.241.913</u>
<b>De não residentes</b>		
À ordem	13.251	11.892
A prazo	33.694	23.468
	<u>46.945</u>	<u>35.360</u>
<b>Outros recursos de clientes</b>		
Cheques e ordens a pagar	8.174	4.235
	<u>8.174</u>	<u>4.235</u>
<b>Juros de recursos de clientes</b>		
<b>Depósitos</b>		
De residentes		
Do sector público administrativo	359	104
De emigrantes	149	105
De outros residentes	8.016	4.103
De não residentes	405	173
	<u>8.929</u>	<u>4.485</u>
	<u>1.693.105</u>	<u>1.358.260</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 as rubricas de poupança e a prazo apresentam a seguinte estrutura de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	Depósitos de poupança	Débitos a prazo
Até 3 meses	11.993	838.327
De 3 meses a 1 ano	16.921	313.916
De 1 a 5 anos	379	3.156
	<u>29.293</u>	<u>1.155.399</u>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 18. IMPARIDADE ACUMULADA E PROVISÕES ACUMULADAS

O detalhe da rubrica imparidade acumulada e provisões acumuladas, em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, bem como o movimento ocorrido no exercício, era como a seguir se mostra.

	Saldo 31-12-2005	Dotações	Utilizações	Anulações/ Reposições	Saldo 31-12-2006
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 6)	691	-	-	-	691
Devedores e outras aplicações (Nota 13)	602	259	-	-	861
Crédito a clientes					
Crédito não representado por valores mobiliários	3.979	5.363	-	( 1.288)	8.054
Crédito e juros vencidos					
Crédito não representado por valores mobiliários	22.655	15.761	( 15.473)	( 250)	22.693
Crédito representado por valores mobiliários	110	-	-	-	110
(Nota 8)	26.744	21.124	( 15.473)	( 1.538)	30.857
Provisões para riscos gerais de crédito	14.153	1.883	-	( 78)	15.958
Outras provisões	2.242	24	( 63)	( 2.039)	164
	16.395	1.907	( 63)	( 2.117)	16.122
	44.432	23.290	( 15.536)	( 3.655)	48.531

## 19. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

Os saldos em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 de “Passivos por impostos correntes e diferidos” são detalhados como a seguir se demonstra:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>Passivos por impostos correntes</b>		
IRC a recuperar	1.555	2.707
	1.555	2.707
<b>Passivos por impostos diferidos</b>		
Diferenças temporárias		
Activos tangíveis	-	237
Provisões, activos e passivos contingentes	139	174
Reavaliações legais	6	8
Benefícios de empregados	922	1.138
Instrumentos financeiros	2.372	499
	3.439	2.056

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

20. OUTROS PASSIVOS

A rubrica “Outros passivos”, em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, é como segue:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>Credores e outros recursos</b>		
Recursos diversos	7	7
Sector público administrativo	3.072	3.094
Cobranças por conta de terceiros	25	22
Juros, dividendos e outras remunerações de capital a pagar	1	1
Contribuições para outros sistemas de saúde	137	126
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	97	132
Credores por fornecimento de bens	5.069	7.315
Outros credores	1.165	1.491
	<u>9.573</u>	<u>12.188</u>
<b>Responsabilidades com pensões e outros benefícios</b> (Nota 36)		
Déficit do fundo	-	16.426
<b>Encargos a pagar</b>		
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Benefícios de longo prazo	6.917	6.206
Outros	5.370	4.785
Outros	4.000	4.150
	<u>16.287</u>	<u>15.141</u>
<b>Receitas com rendimento diferido</b>		
Outros receitas com rendimento diferido	1.635	1.616
	<u>27.495</u>	<u>45.371</u>

21. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital subscrito do Finibanco ascende a m.Euros 104.000 e encontra-se integralmente realizado.

Em 31 de Dezembro de 2006, o Finibanco Holding detém 100% das acções representativas do capital social do Finibanco.

O Finibanco não detém em 31 de Dezembro de 2006 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

No exercício de 2006 o Finibanco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 9 milhões de euros (0,0865 euros por acção).

Conforme apresentado no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração aprovou a proposta de distribuição de dividendos sobre os resultados de 2006, a apresentar na Assembleia Geral, no montante de 5 milhões de euros (0,048 euros por acção).

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

22. MARGEM FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a margem financeira detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>Juros e rendimentos similares</b>	<b>135.311</b>	
Disponibilidades		
Em bancos centrais	835	573
Em outras instituições de crédito	115	45
Aplicações em instituições de crédito	4.942	3.433
Crédito a clientes	100.323	84.196
Crédito vencido	2.032	1.767
Outros activos financeiros		
Activos detidos para negociação	26.242	23.188
Activos financeiros disponíveis para venda	704	1.050
Devedores e outras aplicações	14	66
Outros juros e rendimentos similares	104	34
	<u>135.311</u>	<u>114.352</u>
<b>Outras comissões recebidas</b>		
Operações de crédito	6.211	6.514
	<u>141.522</u>	<u>120.866</u>
<b>Juros e encargos similares</b>		
Recursos de outras instituições de crédito	4.470	2.185
Recursos de clientes	35.847	27.567
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	4.448	3.676
Passivos financeiros de negociação	22.956	17.415
Passivos subordinados	2.760	4.719
Outros juros e encargos similares	81	90
	<u>70.562</u>	<u>55.652</u>
	<u><b>70.960</b></u>	<u><b>65.214</b></u>



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

23. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>Rendimentos provenientes de :</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda	71	164
Outros instrumentos de capital	48	44
	<u>119</u>	<u>208</u>

24. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE E COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Rendimentos e encargos de e com serviços e comissões” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>Rendimentos de serviços e comissões por :</b>		
Garantidas prestadas	1.750	1.839
Compromissos assumidos perante terceiros	877	134
Operações sobre instrumentos financeiros	447	453
Serviços prestados	3.737	2.218
Operações realizadas por conta de terceiros	897	1.526
Outras comissões recebidas	6.111	4.848
	<u>13.819</u>	<u>11.018</u>
<b>Encargos com serviços e comissões por :</b>		
Garantias recebidas	1	1
Serviços bancários prestados por terceiros	1.212	780
Operações realizadas por terceiros	720	699
Outras comissões pagas	17	56
	<u>1.950</u>	<u>1.536</u>
	<u><u>11.869</u></u>	<u><u>9.482</u></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**25. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Rendimentos de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” detalha-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2006</b>	<b>31-12-2005</b>
<b>Ganhos em :</b>		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	19.739	6.788
Instrumentos derivados	15.481	11.071
Passivos financeiros de negociação	688	146
Outros ganhos em operações financeiros		
Operações passivas	21.961	6.374
	<u>57.869</u>	<u>24.379</u>
<b>Perdas em :</b>		
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos	8.062	4.816
Instrumentos derivados	30.451	17.711
Passivos financeiros de negociação	1.907	763
Outras perdas em operações financeiras		
Operações passivas	7.349	660
	<u>47.769</u>	<u>23.950</u>
	<u><b>10.100</b></u>	<u><b>429</b></u>

**26. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda” detalha-se da seguinte forma:

	<b>31-12-2006</b>	<b>31-12-2005</b>
<b>Ganhos em :</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	411	3.993
	<u>411</u>	<u>3.993</u>
<b>Perdas em :</b>		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos	118	1.054
	<u>118</u>	<u>1.054</u>
	<u><b>293</b></u>	<u><b>2.939</b></u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**27. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Outros resultados de exploração” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>Ganhos em :</b>		
Ganhos em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	451	115
Outros activos tangíveis	1.529	239
Outros activos não financeiros	16	17
Outros ganhos e rendimentos operacionais		
Reembolso de despesas	5.850	3.561
Recuperação de créditos, juros e despesas	2.886	4.159
Prestação de serviços diversos	4.689	3.677
Outros	1.803	2.369
	<u>17.224</u>	<u>14.137</u>
<b>Perdas em :</b>		
Outros impostos	278	226
Quotizações e donativos	103	63
Contribuições para o FGD e FGCAM	265	221
Perdas em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	974	2.128
Outros activos tangíveis	234	46
Outros activos não financeiros	23	12
Outros encargos e gastos operacionais	518	1.719
	<u>2.395</u>	<u>4.415</u>
	<u><b>14.829</b></u>	<u><b>9.722</b></u>

**28. CUSTOS COM O PESSOAL**

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Custos com pessoal” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2006	31-12-2005
Remunerações		
Dos órgãos de gestão e fiscalização	1.266	864
De empregados	29.692	26.366
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	4.911	4.440
Fundo de pensões	5.635	2.270
Outros	1.135	922
Outros custos com o pessoal		
Indemnizações contratuais	326	427
Transferências de pessoal	6	4
Outros custos com o pessoal	128	271
	<u><b>43.099</b></u>	<u><b>35.564</b></u>

O desdobramento do valor afecto ao fundo de pensões é apresentado na Nota 36.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número médio de efectivos do Finibanco por categorias profissionais, era o seguinte:

	31-12-2006	31-12-2005
Administração	2	2
Direcção	67	68
Chefia	213	190
Técnicos	301	252
Administrativos	309	286
Outros	17	17
	<b>909</b>	<b>815</b>

29. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica “Gastos gerais administrativos” detalha-se da seguinte forma:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>Com fornecimentos :</b>		
Água, energia e combustíveis	1.342	1.080
Material de consumo corrente	1.080	1.006
Publicações	45	40
Material de higiene e limpeza	35	30
Outros fornecimentos de terceiros	330	91
	<b>2.832</b>	<b>2.247</b>
<b>Com serviços :</b>		
Rendas e alugueres	6.570	5.418
Comunicações	2.243	2.704
Deslocações, estadas e representação	808	815
Publicidade e edição de publicações	1.775	535
Conservação e reparação	1.717	1.714
Transportes	252	300
Formação de pessoal	215	98
Seguros	388	424
Serviços especializados	6.077	5.475
Outros serviços de terceiros	1.536	1.231
	<b>21.581</b>	<b>18.714</b>
	<b>24.413</b>	<b>20.961</b>

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

30. IMPOSTOS CORRENTES

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2006 e 2005 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	31-12-2006	31-12-2005
<b>Imposto corrente :</b>		
1. Resultado antes de impostos (*)	14.455	14.870
2. Taxa legal de imposto (IRC + Derrama)	27,50%	27,50%
3. Carga fiscal normal (1*2)	3.975	4.089
4. Variações patrimoniais positivas	59	-
5. Variações patrimoniais negativas	( 3.698)	-
6. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
6.1. Reintegrações não aceites	-	111
6.2. Provisões não dedutíveis	5.446	7.636
6.3. Mais valias fiscais	-	-
6.4. Derivados	1.002	3.015
6.5. Imputação de lucros de sociedades não residentes	-	-
6.6. Encargos financeiros com a aquisição de participações	-	-
6.7. Outros custos não dedutíveis	797	247
7. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		
7.1. Redução de provisões não tributadas	( 2.039)	( 11.285)
7.2. Benefícios fiscais	( 992)	( 1.176)
7.3. Derivados	( 141)	( 1.002)
7.4. Excesso de estimativa de impostos	( 132)	-
7.5. Rendimentos nos termos do artigo 46º	-	-
7.6. Outros proveitos não tributados	( 253)	( 3.815)
8. Resultados não tributáveis (ZFM)	220	( 4.051)
9. Prejuízos fiscais reportáveis	-	-
10. Lucro tributável (1+4+5-6+7-8+9)	14.284	12.652
11. Imposto antes da tributação autónoma (10*2)	3.928	3.479
12. Tributações autónomas	112	111
<b>13. Imposto total (11+12)</b>	<b>4.040</b>	<b>3.590</b>
12. Taxa efectiva (13/1)	27,95%	24,14%

(\*) Em 31.12.2006 base NCA's e em 31.12.2005 base PCSB

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, Imposto Municipal de Sisa e Imposto sobre as Sucessões e Doações), pelo que as declarações fiscais dos exercícios de 2002 a 2006 poderão ser, assim, sujeitas a revisão.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 57º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações.

No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções, se algumas, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## 31. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 o detalhe das rubricas extrapatrimoniais é como segue:

	31-12-2006	31-12-2005
Garantias prestadas e outros passivos eventuais :		
Garantias pessoais/institucionais	79.153	79.256
Garantias reais (activos dados em garantia)	11.034	11.034
	<u>90.187</u>	<u>90.290</u>
Garantias recebidas :		
Garantias pessoais/institucionais	1.156.531	949.384
Garantias reais (activos recebidos em garantia)	1.061.701	939.019
	<u>2.218.232</u>	<u>1.888.403</u>
Compromissos perante terceiros :		
Compromissos irrevogáveis	164.017	127.747
Compromissos revogáveis	164.053	156.070
	<u>328.070</u>	<u>283.817</u>
Operações cambiais e instrumentos derivados :		
Operações cambiais à vista	135.296	124.516
Instrumentos de negociação	874.022	974.944
Instrumentos de cobertura	1.162.494	831.216
	<u>2.171.812</u>	<u>1.930.676</u>
Responsabilidades por prestação de serviços :		
Depósito e guarda de valores	1.894.978	1.377.306
De cobrança de valores	67.077	60.879
Valores administrados pela instituição	-	-
	<u>1.962.055</u>	<u>1.438.185</u>
Serviços prestados por terceiros :		
Por depósito e guarda de valores	1.133.149	855.925
Por cobrança de valores	49.838	40.410
	<u>1.182.987</u>	<u>896.335</u>
Outras contas extrapatrimoniais :		
Consignações	30	40
Créditos abatidos ao activo	88.337	75.041
Juros vencidos	557	906
Rendas vincendas e valores residuais de contratos de locação financeira	201.063	156.134
Obrigações de caixa emitidas	197.186	210.866
Crédito renegociado	10.731	10.907
Provisões acumuladas para crédito renegociado	2.229	1.772
	<u>500.133</u>	<u>455.666</u>

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

32. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante global dos elementos do activo e passivo do Finibanco, S.A. expressos em moeda estrangeira, convertidos na moeda em que as contas anuais são estabelecidas, é como segue:

Activos		Passivos	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	891	Passivos financeiros detidos para negociação	755
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.233	Recursos de outras instituições de crédito	22.834
Activos financeiros detidos para negociação	18.916	Recursos de clientes e outros empréstimos	32.719
Aplicações em instituições de crédito	23.551	Posição cambial	174
Crédito a clientes	13.905	Outros passivos e contas de regularização	3.560
Outros activos e contas de regularização	546		
	<b>60.042</b>		<b>60.042</b>

33. RELATO POR SEGMENTO

A segmentação por linhas de negócio em 31 de Dezembro de 2006 é apresentada no Anexo IV.

Substancialmente as actividades do Banco desenvolvem-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

34. JUSTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A comparação dos valores de balanço dos activos e passivos financeiros com os respectivos justos valores apresenta-se como segue:

	31-12-2005		31-12-2005	
	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço	Justo valor
<b>Activos</b>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	56.169	56.169	84.701	84.701
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60.449	60.449	47.439	47.439
Activos financeiros detidos para negociação	58.919	58.919	13.504	13.504
Activos financeiros detidos para venda	55.836	55.836	24.110	24.110
Aplicações em instituições de crédito	182.795	182.795	138.004	138.004
Crédito a clientes	1.646.370	1.733.825	1.448.294	1.525.227
<b>Total Activos financeiros</b>	<b>2.060.538</b>	<b>2.147.993</b>	<b>1.756.052</b>	<b>1.832.985</b>
<b>Passivos</b>				
Passivos financeiros detidos para negociação	25.812	25.812	10.762	10.762
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	182.952	182.952	211.258	211.259
Recursos de outras instituições de crédito	120.488	120.488	116.510	116.510
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.693.105	1.692.439	1.358.260	1.357.356
<b>Total Passivos financeiros</b>	<b>2.022.357</b>	<b>2.021.691</b>	<b>1.696.790</b>	<b>1.695.887</b>

As metodologias utilizadas para a determinação dos justos valores foram as seguintes:

Activos e passivos para os quais o justo valor é aproximado ao valor de balanço

Para os activos e passivos financeiros líquidos ou que tenham um prazo de maturidade inferior a 1 ano foi assumido que o valor de balanço é uma aproximação do seu justo valor. Esta assumpção também é aplicável aos depósitos à ordem de clientes e instrumentos com taxa de juro variável.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

O justo valor dos derivados foi estimado utilizando o modelo de actualização dos fluxos de caixa usando as taxas de juro do mercado interbancário e outros indicadores observáveis no mercado.

Os títulos cotados foram valorizados pelo seu valor de cotação no final do exercício. Os títulos não cotados, de valor residual, foram mantidos ao custo dado não estar disponível uma aproximação fiável do seu justo valor.

Passivos ao justo valor através de resultados

O justo valor dos instrumentos designados como ao justo valor através de resultados foi obtido por utilização de técnicas de valorização consideradas adequadas (desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções) utilizando como inputs dados observáveis de mercado.

Instrumentos financeiros com taxa de juro fixa (crédito e recursos de clientes)

O justo valor dos activos e passivos financeiros com taxa de juro fixa foi estimado através da actualização dos fluxos de caixa usando as taxas de juro de mercado para instrumentos similares.

**35. GESTÃO DE RISCOS**

O Finibanco mantém uma política conservadora na assunção dos riscos, expressa num nível máximo de alocação de fundos próprios, calculados por método interno em função do perfil do cliente, não sendo, em princípio, permitidas operações que exijam níveis superiores.

Em função destes princípios, são rejeitadas todas as operações que não satisfaçam os diversos padrões de risco e outras que não se enquadrem na estratégia definida.

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos, tendencialmente compatíveis com as recomendações do Comité de Basileia.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de crédito, de mercado (nas suas componentes risco taxa de juro, cambial, cotações e índices) e de liquidez.

Neste âmbito, continuámos a acompanhar o processo de revisão dos requisitos de capital, elaborado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (Acordo de Basileia II). Este processo de revisão propõe uma maior relação entre os perfis de risco assumidos e os requisitos de capital, aproximando os conceitos de capital regulamentar e de capital económico, permitindo às Instituições Financeiras a utilização de parâmetros calculados internamente para a sua determinação. Estabelece ainda um requisito adicional de capitais para os riscos operacionais, reforça o papel das autoridades de supervisão (Pilar II Processo de Supervisão) e reafirma a necessidade de prestar mais e melhor informação aos mercados (informação qualitativa e quantitativa) sobre a gestão do risco das Instituições Financeiras (Pilar III Disciplina de Mercado). No último trimestre de 2006, o Finibanco deu início ao processo de candidatura para o método das notações internas, junto do Banco de Portugal

A nova regulamentação traz às instituições financeiras maiores responsabilidades já que as metodologias mais avançadas dependem da capacidade de desenvolvimento de modelos internos válidos, que sejam sensíveis aos riscos específicos de cada instituição.

**Risco de Crédito**

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do Finibanco.

Os objectivos, políticas e estratégias da gestão do risco de crédito encontram-se consubstanciadas em documento próprio emanado do Conselho de Administração, e configuram as linhas mestras de actuação nesta área. Nele se referem, nomeadamente, segmentos, sectores, produtos ou tipologia das operações a privilegiar, sempre assentes nos princípios da diversificação, segurança, rendibilidade, liquidez, avaliação do risco de crédito e colegialidade na decisão de crédito.

A gestão do risco de crédito no Finibanco tem como base o Regulamento Geral de Crédito, onde estão estabelecidos os princípios, as regras e a organização do processo de concessão de crédito, assentes na independência nas diversas fases do processo creditício: análise, aprovação, acompanhamento das operações e monitorização da carteira.

A análise do risco de crédito tem por base a avaliação do cliente, o “rating”, o produto, as garantias/colaterais, a maturidade da operação e a consonância com as estratégias de negócio definidas. São estabelecidos limites de exposição por contraparte. Pretende-se constituir uma carteira sã, que tenha subjacente decisão fundamentada em apreciação que pondere, de forma equilibrada, os factores subjectivos e objectivos.

Para a classificação e avaliação do risco dos clientes-empresa, o Finibanco dispõe de um sistema interno de classificação de risco que incorpora as componentes qualitativa e quantitativa, com avaliação da posição do sector em que a empresa se insere.

Para o crédito pessoal, crédito à habitação e cartões de crédito, a avaliação do perfil de risco dos clientes é efectuada através do sistema de “Credit Scoring”, com módulos específicos para cada tipo de crédito. Como ferramenta de apoio à decisão, o sistema de “Credit Scoring” é uma técnica que procura medir o risco de incumprimento de um crédito, através de uma notação a atribuir a um determinado perfil de comportamento, construído com base num conjunto de informações tidas como relevantes para se aferir da solvabilidade associada ao mesmo.

No Finibanco, está implementado um sistema electrónico de gestão e concessão de crédito, um sistema operacional que integra todo o processo de decisão de crédito nas suas várias actividades: propositura, apreciação e decisão, controlando os momentos da formalização e do processamento, com benefícios significativos na diminuição do risco operacional, na maior celeridade na decisão e no registo de informação.

No documento “Regulamento Geral de Pricing”, estão definidos os princípios para a fixação das taxas a praticar, bem como as competências para a respectiva aprovação. Como complemento do processo de decisão, é utilizado um sistema de “pricing” e risco que, em função do risco de cada operação de crédito, calculado por metodologia interna e traduzido em nível de alocação de fundos próprios, indica o preço a praticar que garanta a rentabilidade-objectivo internamente definida para os capitais próprios.

O acompanhamento das operações de crédito, está no âmbito do Gabinete de Acompanhamento de Crédito, que tem como principal objectivo garantir a qualidade da carteira actual de crédito através de uma monitorização sistemática do crédito vivo, vencido e vincendo. No âmbito do crédito vivo, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende identificar antecipadamente clientes com elevada probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades e prevenir situações de degradação. Por outro lado, ao monitorizar o crédito vencido, o Gabinete de Acompanhamento de Crédito pretende tipificar atempadamente o nível de gravidade de incumprimento dos clientes, propondo, em conformidade, a sua transferência para os serviços de recuperação

No processo de monitorização, para além do acompanhamento individualizado por operação e por cliente, procede-se à análise regular da qualidade e da estrutura da carteira de crédito. Assim, exerce-se vigilância sobre a concentração de responsabilidades, nomeadamente, sectorial, por área geográfica, por cliente, por tipo de produto, por notação de risco, por tipo de garantia associada e por maturidade, entre outras. Procede-se à avaliação dos activos recebidos como garantias/colaterais das operações de crédito, por forma a garantir as coberturas desejadas. Paralelamente, analisa-se a evolução do crédito vencido e respectivas recuperações, o grau de cobrabilidade estimado e a adequação das provisões constituídas.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

Está também implementado um modelo interno de avaliação da qualidade da carteira de crédito das diferentes unidades de negócio através do qual, partindo da análise das características das operações de crédito, se calcula o capital económico adequado ao nível de risco incorrido. Com utilização da metodologia RAROC, é apurada a rentabilidade de cada portfolio em função do respectivo risco.

Estão disponíveis sistemas de alerta para situações atípicas, destinados à estrutura comercial, a quem também são disponibilizados, com actualização diária e possibilidade de consulta via intranet, diversos indicadores caracterizadores da carteira de crédito, nomeadamente posição diária, saldos médios mensais, taxas médias, crédito vencido e provisionamento. Dispõe-se, ainda, de informação diária, também via intranet, das situações de incumprimento.

Nos casos de incumprimento, e cumpridos os prazos limite de permanência nesta condição no âmbito das Direcções Comerciais, procede-se à transferência dos créditos para o Serviço de Recuperação e Contencioso, órgão que empreende todas as acções necessárias à recuperação do crédito.

Exposição em risco

O quadro seguinte evidencia o montante máximo de exposição ao risco de crédito, por classe de activos. Os montantes apresentados são líquidos de provisões e imparidades.

Exposição máxima a Risco de Crédito			mil Eur
	Dez-06	Dez-05	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16.033	49.036	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	60.449	47.440	
Activos financeiros detidos para negociação	2.376	3.644	
Activos financeiros disponíveis para venda	16.682	19.910	
Aplicações em instituições de crédito	182.795	138.004	
Crédito a clientes	1.646.370	1.448.294	
Outros activos	8.565	7.590	
<b>TOTAL</b>	<b>1.933.270</b>	<b>1.713.917</b>	
Passivos Contingentes	90.187	90.290	
Compromissos irrevogáveis perante terceiros	161.762	121.552	
<b>Sub-total</b>	<b>251.949</b>	<b>211.842</b>	
<b>Exposição Total a Risco de Crédito</b>	<b>2.185.219</b>	<b>1.925.758</b>	

Concentração de Risco - Sectorial

O quadro seguinte mostra uma análise sectorial da carteira de crédito a clientes. Os valores evidenciados correspondem à exposição máxima para o crédito por desembolso (portfolio líquido de provisões e imparidades), antes e depois do efeito mitigador dos colaterais associados.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

mil Eur

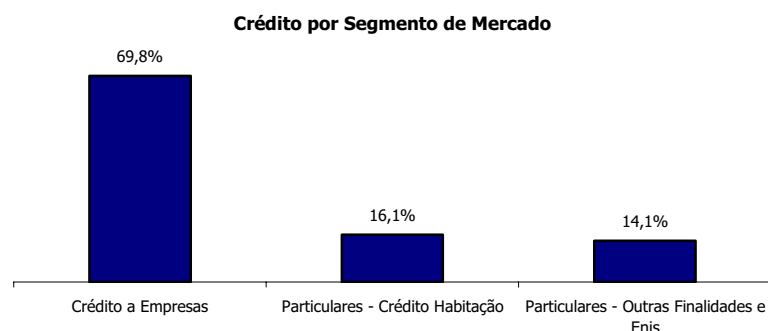
Crédito a clientes - Concentração Risco Crédito				
Sector Actividade	31-Dez-06		31-Dez-05	
	Exposição Máxima Bruta	Líquida	Exposição Máxima Bruta	Líquida
Comércio, Restaurantes e Hotéis	343.296	232.829	305.301	217.025
Construção, Obras Públicas e Actividades Imobiliárias	296.297	115.043	256.225	110.462
Serviços	115.227	62.065	132.688	95.691
Intermediação Financeira, Seguros e Pensões	64.525	55.835	16.676	1.382
Produtos Metálicos, Máq. e Materiais de Transp.	55.547	38.456	50.716	36.158
Têxteis, Vestuário e Calçado	50.446	38.206	48.800	37.413
Madeira, Cortiça e Papel	38.715	35.189	36.811	32.849
Indústria Química e Actividades Conexas	30.373	23.992	27.046	22.871
Alimentação, Bebidas e Tabaco	24.550	17.119	23.491	17.019
Produtos Minerais não Metálicos	22.673	13.588	18.594	13.608
Transportes e Actividades Conexas	20.439	12.068	20.098	12.678
Agricultura, Silvicultura e Pescas	21.219	11.526	14.841	9.340
Papel, Artes Gráficas e Editoriais	15.707	10.288	13.770	8.030
Fabricação de Mobiliário e Outras Ind. Transf.	18.398	9.568	16.358	9.683
Indústrias Extractivas	16.975	7.873	18.976	7.389
Metalúrgicas de Base	5.645	3.702	4.519	3.395
Outros	2.396	1.329	2.876	1.661
Electricidade, Água e Gás	493	318	3.235	3.235
Particulares	468.418	100.758	408.076	95.969
Empresários em Nome Individual	29.652	18.055	25.705	13.898
<b>TOTAL</b>	<b>1.640.991</b>	<b>807.806</b>	<b>1.444.803</b>	<b>749.755</b>

Nota: Rubrica "crédito a clientes" excluída de Proveitos a receber e ajustamentos de custo amortizado, no total de 5,379 Milhões de Euros, em 2006, e 3,491 Milhões de Euros, em 2005

O tipo e valor dos colaterais/garantias exigidos na aprovação das operações de crédito dependem da avaliação do risco da contraparte. Os principais tipos de colaterais são os seguintes:

- Hipotecas
- Penhores de instrumentos financeiros
- Penhores de bens físicos

Nas diversas operações de crédito, o Finibanco também obtém garantias e avales que, no entanto, não estão reflectidos no quadro anterior.



No que respeita aos segmentos de mercado, o crédito a empresas, essencialmente PMEs, representa 69,8% do total do crédito a clientes. O segmento do crédito habitação representa 16,3% do crédito a clientes e o restante crédito a particulares e empresários significa 14,1% do total.

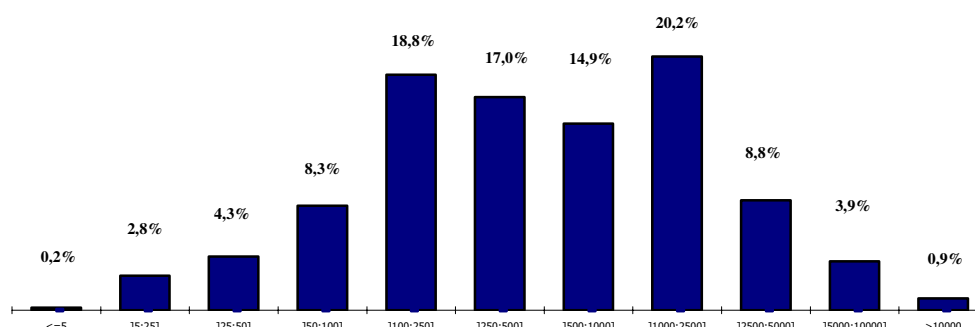
## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## Concentração de risco - montantes

Os gráficos seguintes permitem observar a concentração por montante de crédito concedido, por tipo de cliente.

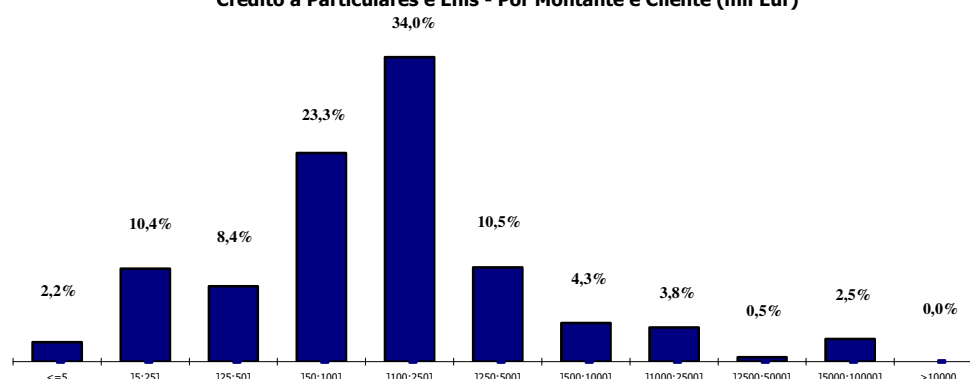
## Crédito a Empresas - Por Montante e Cliente (mil Eur)



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes empresa, existe um elevado grau de diversificação por escalão de montantes, nomeadamente nos quatro escalões situados entre 100 mil Euros e 2.500 mil Euros. Esta distribuição reflecte o peso das PME's no portfolio de crédito a empresas. O escalão com maior relevância tem 20,2% do total da exposição, e diz respeito a clientes com montantes entre 1 milhão de Euros e 2,5 milhões de Euros.

## Crédito a Particulares e Enis - Por Montante e Cliente (mil Eur)



Nota: não inclui crédito titulado

Nos clientes particulares, 34,0% da exposição encontra-se em clientes com montantes entre 100 mil Euros e 250 mil Euros. Neste escalão, a parcela mais significativa diz respeito a crédito imobiliário.

Em 31 de Dezembro de 2006, a maior exposição a risco de crédito a um só cliente/contraparte ascendia a 10,4 Milhões de Euros (8,7 milhões de Euros, em 31 de Dezembro de 2005).

## Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos dos preços de mercado (taxas de juro, câmbios e cotações e índices).

A avaliação interna da exposição ao risco de mercado utiliza um sistema interno do cálculo do VaR – “Value at Risk” – segundo as directrizes do BIS, nomeadamente, distribuição normal de variações dos preços, avaliação da perda potencial num horizonte temporal de duas semanas e 99% de grau de confiança. Igualmente são impostos limites às posições, sendo estas monitorizadas diariamente, nuns casos, e semanalmente noutros.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**Risco de Mercado**

	mil Eur
<b>VaR</b>	<b>31-Dez-06</b>
Risco de Cotações e Índices	1.967,1
Risco Cambial	16,8
	<b>1.983,9</b>

Relativamente ao risco de taxa de juro, são igualmente realizadas análises de sensibilidade que estimam o impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses), resultantes de uma alteração de 200 pontos base nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade Impacto de uma variação de 200 pontos base na curva de taxas juro 31 de Dezembro de 2006		mil Eur
Impacto na Situação Líquida		-5.154
Fundos Próprios		155.194
<b>Impacto na Situação Líquida em % dos Fundos Próprios</b>		<b>-3,3%</b>
Impacto na Margem Financeira, a doze meses		-693
Margem Financeira		70.960
<b>Impacto % na Margem Financeira anual</b>		<b>-1,0%</b>

*Nota* - Análise em cenário de stress: pressupõe uma deslocação paralela da curva de taxas de juro e a inexistência de medidas correctivas. Corresponderá, assim, ao cenário de perda máxima em condições extremas.

Procede-se ainda à análise de “gaps” de taxas de juro dos activos e passivos (desfasamento entre os prazos de revisão de taxas de juro), que permite detectar concentrações de risco de taxa de juro nos diversos prazos.

**Risco Taxa de Juro - Gaps de Repricing/Vencimento**

	mil Eur					
(Activos-Passivos)	6 meses	1 ano	2 anos	5 anos	10 Anos	>10 anos
Gap	-271.221	-30.526	18.074	52.394	19.899	4.284
Gap Acumulado	-271.221	-301.747	-283.673	-231.279	-211.380	-207.096

No exercício de 2006, o tratamento do risco de taxa juro continuou a merecer particular atenção. Tendo sido tomada a decisão de concentrar num só aplicativo a avaliação, a quantificação e a gestão do risco de taxa de juro de todo o balanço do Banco, este foi desenvolvido, quer na vertente de risco de preço, quer na vertente de risco de reinvestimento, com a introdução de modelos de análise de sensibilidade dos Resultados e da Situação Líquida. Além do cumprimento do estipulado na instrução 19/2005 do Banco de Portugal, o Finibanco pretende que os modelos internos sejam capazes de efectuar simulações estáticas e dinâmicas.

**Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

Em documento específico sobre gestão do risco de liquidez, encontram-se definidos os objectivos, políticas, estratégias, estrutura de gestão, planos de contingência, bem como os princípios orientadores e recomendações emanados do Comité de Basileia

A gestão da liquidez de curto prazo incide na análise de todos os fluxos previstos para um determinado horizonte temporal e na avaliação dos meios disponíveis para fazer face a eventuais necessidades de liquidez, que podem passar pela disponibilidade de linhas de crédito ou pela detenção em carteira de instrumentos financeiros de elevada liquidez.

A avaliação do risco de liquidez de médio e longo prazo é efectuada tendo por base a desagregação de todos os activos e passivos pelos prazos residuais, determinando os “gaps” directos e acumulados (“gap” de liquidez). Efectuam-se análises de sensibilidade da liquidez projectando cenários quanto ao comportamento das massas

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

de balanço. Igualmente se controla periodicamente a previsão de endividamento nos mercados monetários, face à evolução dos “gaps” de liquidez. O órgão gestor do risco de liquidez elabora planos de contingência para fazer face a eventuais dificuldades devidas a causas internas ou externas (comportamento dos mercados).

No âmbito da gestão do risco de liquidez, e no que respeita à cobertura de activos de médio e longo prazo, o Finibanco continua a recorrer à emissão de obrigações de caixa e obrigações subordinadas.

***Risco Operacional***

O risco operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, procedimentos ou recursos humanos, ou da ocorrência de acontecimentos externos.

Ao nosso nível a mitigação do risco operacional passa pelo estabelecimento claro de normas, procedimentos e mecanismos de controlo, devidamente documentados e individualmente divulgados. À Direcção de Auditoria e Controlo Interno cabe a tarefa de proceder à análise e avaliação do cumprimento desse normativo.

O Serviço de Controlo e Formalização, órgão estrutural que tem por objectivo tratar, acompanhar e supervisionar todas as acções processuais inerentes ao controlo e formalização dos contratos de crédito, assegura a devida articulação com as estruturas operacionais e de negócio.

Para minimizar os riscos de erro humano, para além das acções de formação presenciais, que são feitas, encontra-se disponível na Intranet, um manual de formação bancária que permite uma consulta imediata, abordando os diversos temas relacionados com a actividade bancária adequados à realidade. Todo o normativo interno se encontra também disponível na Intranet.

No âmbito do Acordo Basileia II, prosseguiu o projecto “Risco Operacional”, com o apoio de consultora externa especializada na matéria. Prossegue o levantamento, por unidade orgânica, das situações de risco que possam ocorrer, a identificação dos factores de risco e a implementação das medidas para os eliminar ou minimizar, no âmbito do desenvolvimento de um modelo quantitativo de apuramento de perdas relacionadas com Risco Operacional. Assim, está a ser desenvolvida uma aplicação que, apoiada em modelos estatísticos que trabalham sobre uma base de dados histórica com as perdas verificadas e os factores de risco que as originaram, possibilitará a alocação de capital económico, por categoria de risco operacional, acompanhando as metodologias mais avançadas preconizadas no Acordo Basileia II, no que respeita à medição de riscos operacionais.

Desta forma, a metodologia de trabalho da Equipa de Projecto de Risco Operacional, assenta nos seguintes vértices:

- ✓ Realização de levantamentos detalhados de todos os processos, tarefas, sistemas e riscos incluídos nas respectivas linhas de negócios, formalizando-os no “Documento de Identificação de Riscos Operativos” e procedendo ao seu desenho em aplicativo próprio; Em cada processo identificado serão descritos os riscos operacionais e acções de mitigação aplicáveis, podendo estes riscos detectados enquadrar-se em várias linhas de negócio
- ✓ Identificação dos Riscos Operacionais inerentes a cada processo e, se aplicável, forma de mitigação
- ✓ Quantificação dos Riscos Operacionais efectivos identificados por cada estrutura orgânica, procedendo estas ao registo das respectivas perdas
- ✓ Consolidação das perdas registadas, por forma a conseguir quantificar o Indicador de Risco Operacional
- ✓ Manutenção dos processos actualizados, articulando com os “Responsáveis pelas Estruturas Orgânicas envolvidas” a identificação e registos das devidas alterações que ocorram

Em matéria de Política de Segurança da Informação, o Finibanco continuou a sua acção de implementação de instruções internas sobre as normas internacionais de segurança ISO 17799 e BS 17799-2. Reconhecendo a “informação” como um activo valioso, estão regulamentadas as seguintes vertentes relacionadas com a sua gestão e segurança:

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

- Política de Utilizadores
- Política de Acesso Remoto
- Política de Internet
- Política de Correio Electrónico
- Política de Palavras-Chave
- Política de Classificação da Informação
- Política de Dispositivos Portáteis
- Política de Segurança Física
- Política com Empresas Externas

36. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

Conforme referido na Nota 2.4 x), e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos e vigente para o Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de atribuir aos seus empregados ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, reforma antecipada, invalidez ou sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Baseado em pareceres de peritos independentes e na cláusula de adesão do Finibanco ao ACTV, não são consideradas no cálculo das responsabilidades a parcela relativa ao período entre a data de admissão de cada funcionário ao sistema bancário e a data de admissão no Finibanco, quando aplicável.

O estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi efectuado pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

## a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no estudo actuarial para efeitos de cálculo das responsabilidades por serviços passados reportados a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, efectuados pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, foram:

	31.12.2006			31.12.2005		
Esquema de benefícios	O estabelecido no ACTV do Sector Bancário			O estabelecido no ACTV do Sector Bancário		
Método actuarial	Projected	Unit	Credit	Projected	Unit	Credit
	Method			Method		
Tábua de Mortalidade	TV 88/90			TV 88/90		
Tábua de Invalidez	EKV 80			EKV 80		
Taxa anual de crescimento salarial	3%			3%		
Taxa anual de rendimento dos activos do fundo	5%			5%		
Taxa de desconto	4,5%			4,5%		
Taxa de crescimento das pensões	3%			3%		

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## b) População

Os cálculos foram efectuados em grupo fechado decompondo-se em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 da seguinte forma:

	31.12.2006	31.12.2005
1.Empregados no activo	832	824
2.Pensionistas	12	9
3.Total (1+2)	844	833
4.Ex – participantes com direitos adquiridos	355	346
5.Total (3+4)	1.199	1.179

## c) Valores reconhecidos no balanço

	31.12.2006	31.12.2005
<b>Valor actual das responsabilidades por serviços passados</b>		
1. Activos e direitos adquiridos	49.554	42.242
2. Pensionistas	1.538	846
3.Total das responsabilidades por serviços passados (1+2)	51.092	43.088
4.Justo valor dos activos do Fundo de pensões	51.676	26.662
<b>5. Passivo reconhecido no Balanço (Nota 21) (3-4)</b>	-	<b>16.426</b>
<b>6. Activo reconhecido no balanço ( Nota 13) (4-3)</b>	<b>584</b>	-

	31.12.2006	31.12.2005
<b>Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidos como custo</b>		
1. Perdas / ( ganhos) actuariais resultantes de diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente realizados		
1.1 Reconhecidos como flutuação de valores	(2.026)	(1.316)
1.2 Reconhecidos como despesas com custo diferido	-	-
2. Perdas / ( ganhos) actuariais resultantes de alteração de pressupostos actuariais e financeiros		
2.1 Reconhecidos como flutuação de valores	4.910	4.796
2.2 Reconhecidos como despesas com encargo diferido		
A amortizar por resultados transitados em 5 anos	15.749	19.687
A amortizar por resultados transitados em 9 anos	-	-
A amortizar por resultados transitados em 7 anos	2.010	2.345
<b>3. Responsabilidades a amortizar ( Nota 13) (1.2+2.2)</b>	<b>17.759</b>	<b>22.032</b>

Nota: Os valores incluem SAMS e subsídio por morte.

O nível de cobertura de financiamento das responsabilidades é de 101,1%



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

## d) Acréscimo anual no valor actual das responsabilidades por serviços passados

	31.12.2006	31.12.2005
1. Valor actual das responsabilidades no início do exercício	43.088	17.302
2. Custos do serviço corrente	5.421	2.691
3. Custo de juros	2.182	1.198
4. Pensões pagas	51	34
5. Perdas (ganhos) actuariais		
Por diferenças entre os pressupostos e valores realizados	452	50
Por alteração de pressupostos – Taxa de desconto	-	17.085
Por alteração de pressupostos – Tábua de mortalidade	-	4.796
6. Acréscimo anual de responsabilidades (2+3-4+5)	8.004	25.786
7. Valor actual das Responsabilidades no fim do exercício	51.092	43.088
(1+6)		

## e) Movimento registado nos activos do Fundo

	31.12.2006	31.12.2005
1. Valor dos activos do Fundo de pensões no início do exercício	26.662	18.552
2. Rendimento líquido do fundo	2.765	1.515
3. Contribuição entregue ao fundo	22.300	6.600
4. Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo	51	34
5. Outras variações líquidas	-	29
6. Valor dos activos do Fundo de pensões no fim do exercício		
(1+2+3-4+5)	51.676	26.662

O rendimento líquido do fundo corresponde a uma taxa anual efectiva de 10,2%.

## f) Gastos reconhecidos no exercício

Os gastos registados pelo Banco nos exercícios de 2006 e 2005 relativos a responsabilidades com pensões foram como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
Em custos com o pessoal		
1. Custo do serviço corrente	5.421	2.691
2. Custo dos juros	2.182	1.198
3. Rendimento esperado dos activos do fundo	(1.603)	(1.273)
4. Perdas/ganhos actuariais	-	-
5. Contribuições dos funcionários	(365)	(346)
	5.635	2.270

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em milhares de Euro – m.Euros - excepto quando expressamente indicado de outro modo)

**37. RELAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS**

Em 31 de Dezembro de 2006, o montante global dos activos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas com o Finibanco SA têm a seguinte composição:

	Accionistas do Finibanco	Empresas filiais e associadas	Membros do Conselho de Administração	Outros	<b>Total</b>
<b><u>Activo</u></b>					
Disponibilidades em instituições de crédito	-	139.661	-	-	139.661
Crédito sobre clientes	-	46.565	30	72	46.667
	-	<b>186.226</b>	<b>30</b>	<b>72</b>	<b>186.328</b>
<b><u>Passivo</u></b>					
Recursos de outras instituições de crédito	-	1.255	-	-	1.255
Recursos de clientes e outros empréstimos	8	23.163	643	3.169	26.983
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	140	409	549
Outros passivos subordinados	-	-	-	85	85
	<b>8</b>	<b>24.418</b>	<b>783</b>	<b>3.663</b>	<b>28.872</b>
<b><u>Proveitos</u></b>					
Juros e rendimentos similares	-	5.873	-	2	5.875
Rendimentos com serviços e comissões	-	32	2	43	77
Outros proveitos de exploração	-	654	-	-	654
	-	<b>6.559</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>6.606</b>
<b><u>Custos</u></b>					
Juros e encargos similares	-	436	6	21	463
Outros custos de exploração	-	1.354	-	-	1.354
	-	<b>1.790</b>	<b>6</b>	<b>21</b>	<b>1.817</b>
<b><u>Extrapatrimoniais</u></b>					
Garantias prestadas	-	1.480	-	-	1.480
	-	<b>1.480</b>	-	-	<b>1.480</b>

**38. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## FINIBANCO S.A.

ANEXO II

INVENTARIO DE TITULOS E DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor		Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação		Valor do balanço ( em moeda )	Valor de Balanço em Euros	
			nominal					Bruto	Líquido
<b>CREDITOS TITULADOS</b>									
Emitidos por residentes									
Títulos de Dívida									
De Outros Residentes									
Dívida Não Subordinada									
POLIMAIA/89 Tx 5,1784%	5.000	EUR	0,50	0,50	-	-	EUR 2.494,89	2.494,89	2.494,89
UIF. 1998/2008	324.218.633	EUR	0,01	0,01	-	-	EUR 3.242.186,33	3.242.186,33	3.242.186,33
INCOMPOL-Indústria de Componentes, Lda.	25	EUR	49.879,79	49.879,79	-	-	EUR 1.246.994,75	1.246.994,75	1.246.994,75
FINIBANCO HOLDING 05/10 AGO	3.957.551	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR 19.787.755,00	19.787.755,00	19.787.755,00
FINIBANCO HOLDING 04/09	1.950.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR 9.750.000,00	9.750.000,00	9.750.000,00
FINIBANCO HOLDING 05/10NOV	3.400.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR 17.000.000,00	17.000.000,00	17.000.000,00
								<b>51.029.430,97</b>	<b>51.029.430,97</b>
<b>ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>									
Títulos									
Emitidos por residentes									
- Instrumentos de Capital									
SONAE INDUSTRIA SGPS	250.000	EUR	5,00	7,57	EUR	7,50	EUR 1.875.000,00	1.875.000,00	1.875.000,00
TERTIR - TERMINAIS PORTUGAL	842	EUR	5,00	10,28	EUR	10,97	EUR 9.236,74	9.236,74	9.236,74
ALTRI, SGPS	1.432.802	EUR	0,50	1,58	EUR	4,06	EUR 5.817.176,12	5.817.176,12	5.817.176,12
IMPRESA	643.000	EUR	1,00	4,99	EUR	4,68	EUR 3.009.240,00	3.009.240,00	3.009.240,00
JERONIMO MARTINS	29.600	EUR	5,00	14,84	EUR	17,00	EUR 503.200,00	503.200,00	503.200,00
SOARES DA COSTA	1.500.000	EUR	1,00	0,68	EUR	0,69	EUR 1.035.000,00	1.035.000,00	1.035.000,00
PORTUCEL NOM.	241.900	EUR	1,00	2,15	EUR	2,40	EUR 580.560,00	580.560,00	580.560,00
PT MULTIMÉDIA, SGPS NOM.	224.153	EUR	0,50	7,940040	EUR	9,76	EUR 2.187.733,28	2.187.733,28	2.187.733,28
- Unidades de Participação									
FINIPREDIAL	23.517	EUR		7,68	EUR	7,82	EUR 183.813,58	183.813,58	183.813,58
FINIRENDIMENTO	36.521	EUR		5,14	EUR	5,17	EUR 188.711,31	188.711,31	188.711,31
FINICAPITAL	13.188	EUR		6,90	EUR	8,54	EUR 112.572,77	112.572,77	112.572,77
FINIBOND	4.787	EUR		10,85	EUR	11,30	EUR 54.088,31	54.088,31	54.088,31
F.ACÇÕES INTERNACIONAL	41.798	EUR		4,51	EUR	5,24	EUR 219.205,43	219.205,43	219.205,43
Emitidos por não residentes									
- Instrumentos de Capital									
QUEENS - S.WALK INVESTEMNT LTD	21.220	EUR		9,24	EUR	10,30	EUR 218.566,00	218.566,00	218.566,00
SOGECABLE	10.000	EUR	2,00	28,48	EUR	27,00	EUR 270.000,00	270.000,00	270.000,00
ABN AMRO HLD	12.090	EUR	0,56	23,94	EUR	24,35	EUR 294.391,50	294.391,50	294.391,50
THOMSON COMP.	8.000	EUR	3,75	17,61	EUR	14,81	EUR 118.480,00	118.480,00	118.480,00
AXA SA	952	EUR	2,29	30,10	EUR	30,67	EUR 29.197,84	29.197,84	29.197,84
PUMA	1.304	EUR		298,20	EUR	295,67	EUR 385.553,68	385.553,68	385.553,68
SAP AG	3.400	EUR		44,30	EUR	40,26	EUR 136.884,00	136.884,00	136.884,00
PPR GROUP	3.000	EUR	4,00	120,10	EUR	113,20	EUR 339.600,00	339.600,00	339.600,00
NOKIA OYJ	33.000	EUR	0,060	16,81	EUR	15,48	EUR 510.840,00	510.840,00	510.840,00
GETRONICS	40.000	EUR	0,280	6,26	EUR	6,14	EUR 245.600,00	245.600,00	245.600,00
BDI BIODIESEL INTL	17.400	EUR		57,09	EUR	49,00	EUR 852.600,00	852.600,00	852.600,00
REPOWER SYSTEMS AG	31.185	EUR		59,73	EUR	78,25	EUR 2.440.226,25	2.440.226,25	2.440.226,25
BNP PARIBAS	5.100	EUR	2,00	83,74	EUR	82,65	EUR 421.515,00	421.515,00	421.515,00
DEUTSCHE BANK N	5.000	EUR		99,40	EUR	101,34	EUR 506.700,00	506.700,00	506.700,00
DAIMLERCHRYSLER AG	4.500	EUR		46,00	EUR	46,80	EUR 210.600,00	210.600,00	210.600,00
GRUPO FERROVIAL	3.500	EUR	1,00	72,30	EUR	73,95	EUR 258.825,00	258.825,00	258.825,00
CONTL	2.300	EUR	1,00	87,66	EUR	88,10	EUR 202.630,00	202.630,00	202.630,00
NUTRECO HOLDING	5.000	EUR	0,24	47,87	EUR	49,39	EUR 246.950,00	246.950,00	246.950,00
APOLLO GROUP	5.000	USD		50,25	USD	38,97	USD 194.850,00	147.949,89	147.949,89
NITROMED	55.300	USD	0,01	6,83	USD	2,45	USD 135.485,00	102.873,96	102.873,96
CRAY INC.	12.750	USD	0,01	12,48	USD	11,88	USD 151.470,00	115.011,39	115.011,39
BOSTON SCIENTIFC	26.000	USD	0,01	17,57	USD	17,18	USD 446.680,00	339.164,77	339.164,77
CHEMTURA	20.000	USD	0,01	9,01	USD	9,63	USD 192.600,00	146.241,46	146.241,46
DOW CHEMICAL	12.800	USD	2,50	31,78	USD	39,94	USD 511.232,00	388.179,20	388.179,20
EMERSON ELECTRIC	1.200	USD	0,50	31,53	USD	44,09	USD 52.908,00	40.173,12	40.173,12
TEVA PHARM	14.600	USD		28,42	USD	31,08	USD 453.768,00	344.546,70	344.546,70
THE GAP INC	8.000	USD	0,05	13,37	USD	19,50	USD 156.000,00	118.451,03	118.451,03
HALLIBURTON CO	4.000	USD	2,50	25,20	USD	31,05	USD 124.200,00	94.305,24	94.305,24
LIMITED BRANDS	6.500	USD	0,50	23,87	USD	28,94	USD 188.110,00	142.832,19	142.832,19
TJX COMPANIES	8.700	USD	1,00	21,87	USD	28,52	USD 248.124,00	188.400,91	188.400,91
SOUTHWEST AIR	12.300	USD	1,00	12,00	USD	15,32	USD 188.436,00	143.079,73	143.079,73
STANLEY WORKS	2.000	USD	2,50	38,59	USD	50,29	USD 100.580,00	76.370,54	76.370,54
SNAP - ON INC	1.500	USD	1,00	36,32	USD	47,64	USD 71.460,00	54.259,68	54.259,68
BLACK & DECKER	1.900	USD	0,50	66,48	USD	79,97	USD 151.943,00	115.370,54	115.370,54
LIFEPOINTS HOSPITALS	7.709	USD	0,010	31,26	USD	33,70	USD 259.793,30	197.261,43	197.261,43
KOOKMIN BANK - ADR	200	USD		59,33	USD	80,64	USD 16.128,00	12.246,01	12.246,01
COGNOS INC	52.000	USD		32,33	USD	42,46	USD 2.207.920,00	1.676.476,84	1.676.476,84
ELECTRONIC ARTS	7.400	USD	0,010	39,51	USD	50,36	USD 372.664,00	282.964,31	282.964,31
WATTS WATER TECH	6.600	USD	0,010	30,47	USD	41,11	USD 271.326,00	206.018,22	206.018,22
GRUPO AEROPORTUARIO - ADR	3.600	USD		32,39	USD	42,47	USD 152.892,00	116.091,12	116.091,12
SANDVIK	1.320	SEK	1,200	7,88	SEK	99,50	SEK 131.340,00	14.528,12	14.528,12

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor		Valor médio de aquisição (euro)	Valor de cotação		Valor do balanço ( em moeda )	Valor de Balanço em Euros	
		nominal						Bruto	Líquido
- Unidades de Participação									
CHEYNE SPRECIAL SIT-A1 FUND	29.124,7305	EUR		171,68	EUR	192,87	EUR	5.617.327,55	5.617.327,55
CHEYNE MULTI-STR F-B1 FUND	46.464,8605	EUR		107,61	EUR	112,72	EUR	5.237.286,75	5.237.286,75
CHEYNE TOT RET CRED FD 1	25.000,0000	EUR		100,00	EUR	104,21	EUR	2.605.225,00	2.605.225,00
WINTON FUTURES FUND - B	6.547,1401	USD		345,02	USD	513,77	USD	3.363.724,17	2.554.080,61
PERMAL JAPAN HOLDINGS NV-A FUND TYPE	1.020,4080	USD		2.213,74	USD	2.817,74	USD	2.875.244,44	2.183.177,25
PERMAL GLOBAL HIGH YLD HLD-A FUND TYPE	2.128,1320	USD		485,17	USD	671,85	USD	1.429.785,48	1.085.638,18
PERMAL LONG/SHORT GLOBAL-A USD FUND TYPE	1.068,9600	USD		1.056,60	USD	1.463,23	USD	1.564.134,34	1.187.649,46
PERMAL EMERGING MKTS HLD-A FUND TYPE	530,2600	USD		2.130,02	USD	3.129,59	USD	1.659.496,39	1.260.058,01
PERMAL INVESTMENT HOLDINGS-A FUND TYPE	678,9300	USD		3.327,18	USD	4.632,49	USD	3.145.136,44	2.388.106,63
PERMAL FX FINANCIAL & FUT-A FUND TYPE	1.343,0060	USD		2.522,98	USD	3.496,55	USD	4.695.887,63	3.565.594,25
SCHRODER INTL BRIC-B AC	469	EUR		88,09	EUR	125,76	EUR	58.981,44	58.981,44
SCHRODER INTL STR BD-ACC	1.031	EUR		103,79	EUR	105,06	EUR	108.316,86	108.316,86
SCHRODER EU BD-B ACC	7.211	EUR		7,46	EUR	7,40	EUR	53.361,40	53.361,40
SCHRODER US LG CAP EU H B-ACC	1.073	EUR		101,87	EUR	102,80	EUR	110.304,40	110.304,40
								56.542.600,98	56.542.600,98
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONIVEIS PARA VENDA									
Títulos									
Emitidos por Residentes									
Instrumentos de dívida pública									
- A médio e longo prazos									
O.T. - AGOSTO 2007 4,875%	60.000.000	EUR	0,01	0,0106	EUR	0,010075	EUR	604.500,00	604.500,00
O.T. - SET 2013 5,45%	255.000.000	EUR	0,01	0,0112	EUR	0,010900	EUR	2.779.500,00	2.779.500,00
O.T. - JUN 2011 5,15%	120.000.000	EUR	0,01	0,0099	EUR	0,010900	EUR	1.308.000,00	1.308.000,00
O.T. - FEV 2007 6,625%	25.000.000	EUR	0,01	0,0109	EUR	0,010035	EUR	250.875,00	250.875,00
O.T. - JUN 2014 4,375%	50.000.000	EUR	0,01	0,0100	EUR	0,010766	EUR	538.300,00	538.300,00
O.T. - JUN 1998 / 2008	100.000	EUR	0,01	0,0108	EUR	0,010105	EUR	1.010,50	1.010,50
O.T. - JUL 2008	500.000.000	EUR	0,01	0,0099	EUR	0,010025	EUR	5.012.500,00	5.012.500,00
De Outros Residentes									
- Dívida não Subordinada									
BRISA- Ob. Indexadas à Inflação 1998/2006/2008	225.000	EUR	3,33	3,31	EUR	4,31635	EUR	971.178,85	971.178,85
- Instrumentos de Capital									
PROCAPITAL - Investimentos imobiliários, SA.	76.940	EUR	4,99	8,98	-	-	EUR	690.907,53	0,00
MATUR	50	EUR	4,99	0,50	-	-	EUR	24,94	24,94
GALP ENERGIA NOM	5.007.570	EUR	1,00	6,046930	EUR	6,94	EUR	34.752.535,80	34.752.535,80
UNICRE - Cartão Internacional de Crédito, SA.	10.882	EUR	4,99	34,38	-	-	EUR	374.098,42	374.098,42
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, SA.	20.000	EUR	4,99	81,92	-	-	EUR	1.638.351,57	1.638.351,57
AVENIDA DOS ALIADOS SA	4.000	EUR	5,00	5,00	-	-	EUR	20.000,00	20.000,00
Emitidos por não Residentes									
Instrumentos de Dívida									
- Emissores Públicos Estrangeiros									
- A médio e longo prazos									
BTPS 5% 2008	450.000	EUR	1,00	1,0074	EUR	1,0143	EUR	456.435,00	456.435,00
BUNDESOBLIGATION 2,5% 08/10/2010	500.000.000	EUR	0,01	0,0095	EUR	0,0095	EUR	4.759.500,00	4.759.500,00
- Instrumentos de Capital									
S.W.I.F.T. - Society For Worldwide Interbank Financial Tele	9	EUR	123,95	908,94	-	-	EUR	8.180,49	8.180,49
- Outros									
CS MULTIFUND (Lux) Constellation Global B	121.582	EUR	10,00	20,51	EUR	19,42	EUR	2.361.122,44	2.361.122,44
								56.527.020,54	55.836.113,01
PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO									
Vendas a Descoberto									
- Instrumentos de Capital									
VIOLIA ENVIRON	-12.200	EUR	5,000	27,15	EUR	58,40	EUR	-712.480,00	-712.480,00
IBERDROLA	-13.100	EUR	3,000	20,59	EUR	33,12	EUR	-433.872,00	-433.872,00
UNION FENOSA	-8.500	EUR	3,000	23,46	EUR	37,50	EUR	-318.750,00	-318.750,00
PUBLICIS GROUPE	-10.600	EUR	0,400	22,76	EUR	31,95	EUR	-338.670,00	-338.670,00
BASF AG	-2.500	EUR		53,17	EUR	73,85	EUR	-184.625,00	-184.625,00
CREDIT AGRICOLE	-18.000	EUR	3,000	21,25	EUR	31,35	EUR	-564.300,00	-564.300,00
BANCO SABADELL	-7.000	EUR	0,500	20,19	EUR	33,91	EUR	-237.370,00	-237.370,00
RENAULT SA	-6.500	EUR	3,810	75,10	EUR	91,00	EUR	-591.500,00	-591.500,00
PHILIPS KON	-19.320	EUR	0,200	26,17	EUR	28,57	EUR	-551.972,40	-551.972,40
CRUCCELL	-6.000	EUR	0,240	16,64	EUR	19,40	EUR	-116.400,00	-116.400,00
CAP GEMINI	-9.000	EUR	8,000	42,44	EUR	47,55	EUR	-427.950,00	-427.950,00
WHITBREAD PLC	-16.065	GBP	0,58	12,75	GBP	16,97	GBP	-272.658,39	-406.043,77
HBOS PLC	-21.400	GBP	0,25	11,26	GBP	11,32	GBP	-242.248,00	-360.756,52
								-5.244.689,69	-5.244.689,69
TOTAL								317.708.725,61	316.326.910,55

**FINIBANCO S.A.**

ANEXO III

**OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS**  
Movimento para o exercício de 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aquisições	Transf.	Amortizações do Exercício	Regulariz.	Abates (líquido)	Valor líquido 31-12-2006
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas						
<b>OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS</b>								
. Sistemas de tratamento automático de dados	9.824	8.994	1.070	71	706	0	0	1.265
. Activos intangíveis em curso	98	0	302	(71)	0	0	0	329
. Outros activos intangíveis	93	32	0	0	0	0	0	61
	10.015	9.026	1.372	0	706	0	0	1.655
<b>OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS</b>								
Imóveis								
. Imóveis de serviço próprio	10.445	860	2.343	257	448	0	0	11.737
. Obras em imóveis arrendados	16.260	11.073	2.990	803	1.445	0	4	7.531
. Outros imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamento	31.361	18.990	3.906	59	3.621	0	99	12.616
Activos em locação operacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Activos em locação financeira	4.288	3.835	0	0	159	0	257	37
Activos tangíveis em curso	1.757	0	124	(1.119)	0	0	0	762
Outros activos tangíveis	2.443	595	245	0	129	0	0	1.964
	66.554	35.353	9.608	0	5.802	0	360	34.647
<b>TOTAIS</b>	76.569	44.379	10.980	0	6.508	0	360	36.302

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS,

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

FINIBANCO, SA

SEGMENTAÇÃO POR LINHAS DE NEGOCIO

31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Corporate Finance	Trading & Sales	Corretagem (Retalho)	Banca de Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Operações intra-segmentos	Total
Juros e rendimentos similares	0	40.284	0	120.813	42.622	0	0	0	0	(62.197)	141.522
Juros e encargos similares	0	34.635	0	70.171	27.953	0	0	0	0	(62.197)	70.562
<b>Margem Financeira</b>	<b>0</b>	<b>5.649</b>	<b>0</b>	<b>50.642</b>	<b>14.669</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>70.960</b>
Rendimentos de serviços e comissões (líquidas)	1.323	(159)	544	3.764	2.234	2.768	1.395	0	0	0	11.869
Rendimentos de instrumentos de capital	0	119	0	0	0	0	0	0	0	0	119
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	0	10.100	0	0	0	0	0	0	0	0	10.100
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0	293	0	0	0	0	0	0	0	0	293
Resultados de reavaliação cambial	0	(60)	0	0	0	0	0	0	0	0	(60)
Resultados de alienação de outros activos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros resultados de exploração (líquidas)	0	0	0	12.422	1.324	317	0	766	0	0	14.829
<b>Produto Bancário</b>	<b>1.323</b>	<b>15.942</b>	<b>544</b>	<b>66.828</b>	<b>18.227</b>	<b>3.085</b>	<b>1.395</b>	<b>766</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>108.110</b>
Custos de estrutura	542	2.231	1.410	53.328	13.296	1.895	837	481	0	0	74.020
Imparidades / provisões para crédito vencido e outros riscos (líquidas)	0	194	0	11.267	8.174	0	0	0	0	0	19.635
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>781</b>	<b>13.517</b>	<b>(866)</b>	<b>2.233</b>	<b>(3.243)</b>	<b>1.190</b>	<b>558</b>	<b>285</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14.455</b>
Imposto diferido											182
Imposto sobre lucros											4.040
<b>Resultado líquido do exercício</b>											<b>10.233</b>
Crédito a clientes (Liq.)	0	10.000	0	1.168.762	467.608	0	0	0	0	0	1.646.370
Crédito Bruto	0	10.000	0	1.191.263	475.964	0	0	0	0	0	1.677.227
Provisões	0	0	0	22.501	8.356	0	0	0	0	0	30.857
Recursos de clientes e outros empréstimos	0	180.295	0	1.291.242	221.568	0	0	0	0	0	1.693.105
Activo líquido total											2.192.917

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS  
E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, do **FINIBANCO, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um total de 2.192.917 milhares de euros e um total de capital próprio de 121.949 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 10.233 milhares de euros), as Demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
  - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores



Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

## ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**OPINIÃO**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **FINIBANCO, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006 o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**ÊNFASE**

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as divulgações da Nota 2.3 do Anexo às Demonstrações Financeiras relativas à aplicação pela primeira vez, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, das Normas de Contabilidade Ajustadas.

Lisboa, 12 de Março de 2007

**ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 178)

Registada na CMVM com o n.º 9011

Representada por:

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas:

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente o Fiscal Único apresenta o seu Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração do **FINIBANCO, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Ao longo do exercício, acompanhámos os negócios e a gestão do Banco, inteiramo-nos dos actos do Conselho de Administração, do qual sempre recebemos todos os elementos e esclarecimentos solicitados.

Analisámos também o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, compreendendo o Balanço, as Demonstrações de Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e os respectivos anexos.

Nesta mesma data emitimos a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, os quais endereçámos ao Conselho de Administração.

Nesta conformidade entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do **FINIBANCO, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2006, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pelo Banco, que constam das Notas às Demonstrações Financeiras.

Nestes termos o Fiscal Único é de Parecer:

- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e os respectivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.
- 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente desejamos agradecer ao Conselho de Administração e a todo o Pessoal ao serviço da Sociedade com quem contactámos, toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 12 de Março de 2007

#### **O FISCAL ÚNICO**

**ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A**  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, (SROC nº 178)  
Representada por

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

## EXTRACTO DA ACTA NÚMERO CATORZE

Aos trinta dias do mês de Março, do ano de dois mil e sete, pelas onze horas e trinta minutos, na sede social, sita à rua de Júlio Dinis, número cento e cinquenta e sete, nesta cidade do Porto, reuniu a Assembleia Geral Extraordinária da sociedade comercial FINIBANCO, SA, pessoa colectiva número quinhentos e cinco milhões, oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e seis, com o capital social de cento e quatro milhões de euros, integralmente realizado, e matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número dez mil, quatrocentos e oitenta e sete.

Constituída a Mesa pelo Presidente, Senhor Professor Doutor António Moreira Barbosa de Melo, pelo Vice-Presidente Senhor Doutor Vitorino Pereira d'Almeida Borges Allen Brandão e pelo Secretário do FINIBANCO, S.A., Senhor Doutor António Alfredo Martins Manso Gigante, aquele verificou a presença do Accionista Único, FINIBANCO-HOLDING, SGPS S.A., detentor da totalidade do capital social e aqui representado pelo seu Administrador, Senhor Doutor Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida, o qual apresentou a respectiva carta de representação, que foi mandada arquivar pelo Senhor Presidente da Mesa.

Encontravam-se também presentes os Membros do Conselho de Administração do FINIBANCO, SA, Senhores, Presidente Álvaro Pinho da Costa Leite, Vice-Presidente Engenheiro Humberto da Costa Leite e Vogais, Professor Doutor Daniel Bessa Fernandes Coelho, Doutor Armando Esteves e Joaquim Mendes Cardoso e o Fiscal Único, Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA, representado pelo Senhor Doutor José Luís Alves, conforme carta de representação de vinte e oito de Março, que foi mandada arquivar no processo da Assembleia pelo Senhor Presidente da Mesa.

O Senhor Doutor Jorge Manuel de Matos Tavares de Almeida propôs que a Assembleia se constituísse e deliberasse sobre a Ordem de Trabalhos seguinte:

PONTO UM: Discutir e votar o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de dois mil e cinco e fiscalização da sociedade;

PONTO DOIS: Discutir e votar a proposta de aplicação de resultados;

.....

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, depois de cumprimentar todos os presentes, informou de que, uma vez que o capital social estava representado a cem por cento, a Assembleia se poderia constituir sem a observância de formalidades prévias, designadamente de convocatória, se assim fosse decidido pelo representante do Accionista Único.

Posto o facto à consideração da Assembleia, esta, com o voto favorável do representante do Accionista Único, decidiu, nos termos do artigo número cinquenta e quatro do Código das Sociedades Comerciais, aceitar a sua constituição e deliberar sobre a Ordem de Trabalhos proposta.

Encontrando-se assim verificados todos os pressupostos para a regular constituição e funcionamento da Assembleia Geral, o Presidente da Mesa, Senhor Professor Doutor António Moreira Barbosa de Melo, declarou a Assembleia regularmente constituída e em condições de funcionar.

Entrando na Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa solicitou à Administração do Finibanco, SA que se pronunciasse sobre o primeiro ponto. Tomou a palavra o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Álvaro da Costa Leite, para referir, com o detalhe adequado, os factos mais importantes que caracterizaram o exercício de dois mil e

seis, salientando que, não obstante a conjuntura não ter sido muito favorável, foi ainda assim possível ao Finibanco registar um lucro líquido de cerca de dez vírgula dois milhões de euros, apenas cerca de dez por cento inferior ao do exercício de dois mil e cinco.

Como ninguém mais quis usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa pôs à votação o primeiro ponto, que foi aprovada pelo representante do Accionista Único.

Entrando no Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, foi apresentada pelo Conselho de Administração a seguinte

#### PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de dois mil e seis o Finibanco, SA obteve um lucro de dez milhões, duzentos e trinta e três mil, duzentos e oito euros e dezassete cêntimos, para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal (dez por cento): um milhão, vinte e três mil, trezentos e vinte euros e oitenta e dois cêntimos;

Para Dividendo: cinco milhões de euros;

Para Reservas Livres: quatro milhões, duzentos e nove mil, oitocentos e oitenta e sete euros e trinta e cinco cêntimos;

Total: Dez milhões, duzentos e trinta e três mil, duzentos e oito euros e dezassete cêntimos.

.....

Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa, Senhor Professor António Moreira Barbosa de Melo, agradeceu a presença de todos e deu a sessão por encerrada, lavrando-se a presente Acta que vai ser assinada por ele, pelo representante do Accionista Único e pelo Secretário do Finibanco, SA, que a redigiu.

António Alfredo Martins Manso Gigante, Secretário do Finibanco, SA, certifica, nos termos da alínea f) do nº 1 do artº 446-B do Código das Sociedades Comerciais, que a transcrição extraída da Acta nº 14 supra, exarada a folhas 33 a 35 do Livro de Actas da Assembleia Geral do Finibanco, SA, é verdadeira, completa e actual e que, da parte restante da referida Acta, nada consta que amplie, restrinja, modifique ou condicione a fracção aqui certificada.

Porto, 2 Abril 2007

O Secretário do Finibanco, SA

António Alfredo Martins Manso Gigante